UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CARLA LANER GARCIA

EMANAÇÕES PERNICIOSAS MORALIDADE CORROSIVA:

Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864).

Florianópolis
2006

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

CARLA LANER GARCIA

EMANAÇÕES PERNICIOSAS MORALIDADE CORROSIVA:

Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864).

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História

Orientadora: Dra. RENATA PALANDRI SIGOLO

Florianópolis
2006

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

CARLA LANER GARCIA

EMANAÇÕES PERNICIOSAS MORALIDADE CORROSIVA:

Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864).

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História

Aprovado em dezembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Renata Palandri Sigolo – Universidade Federal de Santa Catarina

Beatriz Gallotti Mamigonian - Universidade Federal de Santa Catarina

Silvia Maria Fávero Arend – Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis

2006

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Dedico este estudo à minha mãe Ignis, às minhas irmãs, Kátia e Vanessa, à minha avó Domingas e em memória de meu avô David.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

AGRADECIMENTOS

A produção deste trabalho demandou um árduo esforço, dedicação e superação de obstáculos; por isso, gostaria de agradecer a todos que, de alguma forma, somaram para que eu conseguisse concluí-lo. Agradeço aos meus pais, pela educação que recebi e pelo exemplo que deram para a formação do meu caráter. À minha mãe Ignis, exemplo de fibra e obstinação. Às minhas irmãs Kátia e Vanessa, pela acolhida nos momentos mais difíceis. Aos meus amigos Luiza e Marcelo, velhos companheiros de jornada, que me socorreram quando necessitei. À Marcelo Gonzales, pessoa especial que nunca se furtou a me auxiliar nas minhas dificuldades. À Lúcia Prazeres e Fernanda Baggio, grandes amigas, pelas quais tenho muita admiração e que em diferentes momentos me apoiaram. À minha orientadora, Renata Palandri Sigolo, que se disponibilizou a me auxiliar nessa empreitada e deu importantes contribuições na construção do trabalho. À professora Silvia Fávero Arend, pelas conversas e tempo dispensado na leitura e crítica dos meus textos. À professora Beatriz Gallotti Mamigonian, profissional séria e criteriosa, pelas valiosas sugestões dadas na qualificação.. Ao professor Norberto Dallabrida, que me instigou a ter autoconfiança, obrigada por acreditar no meu potencial. Ao professor Paulo Rogério Mello, sempre disposto a emprestar material e ajudar. Aos professores da UDESC, que muito somaram para minha formação profissional. Aos funcionários do Centro de Memória da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, do Arquivo Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central da UFSC, do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e do Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública de Florianópolis, pelo zelo e respeito com que sempre me atenderam.

.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

A sutileza do pensamento consiste em descobrir a semelhança das coisas diferentes e a diferença das coisas semelhantes. (Montesquieu)

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

RESUMO

Este trabalho propõe a análise dos discursos científicos e estatais veiculados em Nossa Senhora do Desterro, durante o período de 1831-1864. Objetiva-se flagrar a inter-relação Estado-sociedade e as modificações produzidas por esses discursos no cotidiano da população. O trabalho procura demonstrar as fragmentárias alterações que foram sendo introduzidas no espaço urbano desterrense em nome da higiene pública, do combate aos miasmas e da assimilação de um modelo produzido na corte do Rio de Janeiro. Da mesma forma, pretende-se contrapor a estrutura social e urbana de Desterro a um discurso político normativo, evidenciando as estratégias utilizadas para viabilizar a prática.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

ABSTRACT

This work considers the analysis of the scientific and State speeches propagated in Nossa Senhora do Desterro, during the period of 1831-1864.The intention is to photograph the interrelation State-society and the modifications produced for these speeches in the daily one of the population he work search to demonstrate the fragmentary alterations that had been being introduced in the urban space on behalf of the public hygiene, of the combat to redundant same things and to the assimilation of a model produced in the court of Rio de Janeiro. In the same way, it is intended to oppose the social and urban structure of Nossa Senhora do Desterro to a speech normative politician, evidencing the used strategies to make possible this practical.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10
1 - O IDEÁRIO CIENTÍFICO E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DESTERRO 19
1.1 A PRODUÇÃO DO SABER CIENTÍFICO 19
1.2 ODORES E MIASMAS: FANTASMAS DA DOENÇA 40
1.3 A CATARSE DO CORPO SOCIAL 59
2 - POLISSEMIA DE INTERESSES 73
2.1 O LARGO DO PALÁCIO: SEDE DO PODER E LÓCUS DE CONTROLE 73
2.2 PROIBIÇÕES VERSUS PRÁTICAS COSTUMEIRAS 91
2.3 O DISCURSO DOS PERIÓDICOS E DA SOCIEDADE PATRIÓTICA CATARINENSE 106
3 - REDE DE VIGILÂNCIA E ARTICULAÇÃO DE VALORES EM DESTERRO 122
3.1 A REDE DE VIGILÂNCIA: FERRAMENTA A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 122
3.2 A CIVILIDADE E SUAS SIGNIFICAÇÕES 135
3.3 AS SACERDOTISAS DA SÍFILIS 144
CONSIDERAÇÕES FINAIS 155
FONTES
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está centrada na análise dos discursos científicos e estatais que incidiram na organização do espaço urbano de Nossa Senhora do Desterro, influindo no controle social dos seus habitantes. A pesquisa abarca os anos compreendidos entre 1831, quando se tem notícia do primeiro periódico de Desterro e 1864, data de um importante ensaio[1] médico produzido sobre a cidade, que traz informações acerca do inventário da saúde pública e das epidemias reinantes.

Buscou-se apreender as fórmulas pensadas para viabilizar as pretensões estatais e interpretar as iniciativas da administração pública local no sentido de dar uma nova feição ao núcleo urbano desterrense. Do mesmo modo, procurou-se compreender de que modo o discurso científico, imbricado à política, penetrou nas tramas sociais desterrenses, reforçando estereótipos e sedimentando o controle da população.

O trabalho procura explanar sobre os mecanismos utilizados pela maquinaria administrativa da cidade para ordenar e disciplinar o seu núcleo urbano, com poucos recursos econômicos e problemas de higiene pública, que começam a ser elencados, pela elite local, ainda na primeira metade do século XIX, ganhando uma ênfase maior no período posterior.

No decorrer da primeira metade do século XIX, se forjava, na retórica política, um discurso sobre a higiene pública. Esse discurso foi encampado em Nossa Senhora do Desterro como mecanismo auxiliar para a implementação do regramento urbano, sustentação da hierarquia e estratificação social.

Todavia, falar em política neste trabalho significa abranger dois níveis diferenciados, remetendo-se ora ao seu sentido tradicional, ou seja, à política guiada pelas atividades do governo e das instituições estatais; ora à micropolítica, já que vincada em práticas, idéias e discursos de múltiplos usuários, que exercem relações políticas.

Nesta dissertação, adotou-se a alternativa de reunir os fragmentos do passado, a partir da contraposição dos documentos mapeados nos acervos

[1] Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Setor de Obras Raras. ALMEIDA, João Ribeiro de. Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia sobre a Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro, 1864.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

históricos às produções historiográficas que problematizam questões acerca do tema, reiterando a importância dos vestígios fornecidos pelas fontes.

Com relação à temática do trabalho, é válido frisar que a produção historiográfica brasileira tem dado especial ênfase ao período da Primeira República - quando ocorreu um verdadeiro frenesi de modernização e reformas - em detrimento do Período Imperial, especialmente no que abarca a primeira metade do século XIX.

Talvez tal acontecimento possa ser explicado pelo fato de que no Império as intervenções estatais no setor urbano foram sutis e, por essa razão, pouco perceptíveis, se articulando muito gradativamente no decorrer do século XIX. Além disso, deve-se levar em consideração o problema das fontes históricas, pois as lacunas existentes na documentação dificultam o estudo do período.

Ao se pensar nos eventos ocorridos com o advento republicano, resultado de um longo processo histórico que se desenrolou durante várias décadas, deve-se ter em mente que eles não são criações inertes e estanques de um dado momento histórico, emergindo de um encadeamento de condições, relacionadas ao próprio presente e a questões amarradas pelo passado.

Os acontecimentos não surgem de um vazio de fatos, pois o passado se trama ao presente por uma tênue linha de continuidades, que lhe conferem um certo grau de plausibilidade[2] e inteligibilidade. Pierre Sanchis entende que a estrutura de plausibilidade é correlata às condições que, ao se entrelaçarem e se articularem, tornam determinado acontecimento aceitável, razoável e inteligível, ou seja, dão sustentação a um esquema de plausibilidade. “O instituinte emerge do instituído, articulando-se a ele, mesmo se é para inflecti-lo, deturpá-lo, negar algumas de suas potencialidades mais visíveis, criar em cima dele[3]”.

Para a historiografia Catarinense, Nossa Senhora do Desterro começa a se transformar em meados do século XIX, quando cresce economicamente em virtude da intensificação de suas atividades portuárias. Contudo, é conveniente lembrar que os processos históricos não se devem exclusivamente às transformações econômicas, sendo constituídos por outros elementos, como a ciência, a política, os movimentos sociais, a cultura, os costumes, a religião, etc.

---

[2] SANCHIS, Pierre. O Campo religioso será ainda hoje o campo das religiões? Apud: HOORNAERT, Eduardo. História da igreja na América latina e no caribe (1945-1995). O debate metodológico. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 118.

[3] SANCHIS, 1995, p. 81.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Além disso, muitos dos indícios comumente apontados pela historiografia catarinense, para demonstrar o desencadeamento e desenrolar de um processo que propõe a reformulação do ambiente urbano de Desterro, já se encontram referenciados em documentos provenientes da primeira metade do século XIX, corroborando com a hipótese, aqui apurada, de que a idéia de transformação da cidade já estava posta.

A análise de alguns documentos, do período compreendido entre as décadas de 1830 e 1860 do século XIX, dá relevo à ocorrência de pequenas rupturas, que alteraram as condições de higiene, infra-estrutura e status da cidade, tais como: a inauguração do Cemitério Público em 1840, a construção do primeiro Mercado Público em 1851, o surgimento do primeiro gabinete de leitura em 1832 e, posteriormente, de uma Biblioteca Pública em 1850, o aterro e calçamento de algumas ruas iniciado na primeira metade do século XIX, a determinação provincial que incumbiu a Câmara de colocar placas nas esquinas para identificar o nome das ruas, em 1842, a numeração das casas, o conserto de pontes e prédios públicos, a tomada de iniciativas para implementar o planejamento da ocupação do espaço urbano, bem como, o controle das atividades da sua população.

Paulatinamente, providenciou-se o aterro e arruamento de algumas localidades; tratou-se de achar uma solução para a iluminação das ruas que, num primeiro momento, foi feita com lampiões a base de óleo de baleia. Essas pequenas transformações urbanas, atreladas às políticas públicas referentes ao núcleo citadino, ao seu funcionamento e uso do seu espaço físico, à vigilância das suas condições de higiene e ao controle da circulação dos moradores pelos locais públicos, fazem parte do mote de discussões deste trabalho.

Nesse sentido, é relevante considerar que, medidas aparentemente inócuas, de pouca significação, bem como, suas implicações na hierarquia de poder e na estratificação social, necessitam ser examinadas com um olhar de estranhamento e desconfiança, pois a desnaturalização dos objetos históricos é de essencial importância para encontrar respostas que fujam das obviedades e dos consensos.

Ao pensar dessa forma, acaba-se seduzido a retomar o pensamento de que:

> A dinâmica das transformações históricas resulta de um complexo encadeamento de fenômenos fragmentários que, ao serem isolados do seu fluxo natural, tornam a compreensão do processo enigmática e abstrata. A análise dos indícios do passado, de suas rupturas e continuidades, se

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> insere num sistema de signos e significados que transcendem os fatos e demarcam o limiar das interpretações[4].

Por outro viés, a fim de demonstrar a existência de uma nova racionalidade, com relação ao padrão de comportamento, aos hábitos cotidianos e aos valores estéticos, o ponto nodal deste trabalho permeia as digressões a respeito dos conceitos de moralidade e civilidade.

Apesar de se discutir o assunto com maior amplitude no final do século XIX, referendando a representação dos sujeitos pobres como incivilizados, perigosos, imorais e nocivos à saúde pública, sua recorrência é vivificada pelos periódicos, discursos políticos, ofícios, pareceres, correspondências e demais documentos ainda na década de 1830.

Segundo Rosângela Cherem:

"(...)os jornais e documentos oficiais da última década do Império em Desterro, aparentemente não diferiam muito das décadas anteriores. Melhoramentos e salubridade urbana, instrução, segurança, regras de civilidade, etc., já de tempos borbulhavam numa trama contraditória, diversificada e ao mesmo tempo disseminada[5]".

Procurar-se-á igualmente demonstrar de que forma esses conceitos, ao serem veiculados na sociedade desterrense, distinguiram a elite branca das demais categorias sociais, como os pretos, os soldados e as prostitutas.

No que se refere à ação discursiva dos membros da máquina pública, é relevante frisar que não ficou restrita ao Rio de Janeiro. De igual forma, a difusão do saber médico e científico não estava alocada apenas nos grandes centros urbanos, pois as idéias associativas entrelaçando doença e imoralidade, falta de higiene e incivilidade, condições sociais e desordens urbanas, se espraiaram para as demais cidades. A partir dessas interações, a ciência fundamentava o seu entendimento sobre os fatores desencadeantes das doenças.

A leitura da documentação, elencada para fins desta dissertação, possibilitou o entendimento das diversas afiliações do processo de medicalização do corpo

---

[4] GARCIA, Carla Laner. Nas ruínas do passado: Cotidiano e projeto civilizador em Desterro, 1830-1850. Monografia de História. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), p. 68.

[5] CHEREM, Rosângela Miranda. Caminhos para muitos possíveis. Desterro no final do Império. Dissertação de Mestrado. SP: Universidade de São Paulo, 1992.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

social, demonstrando que as preocupações com a higiene pública, a inserção de um saber médico nas malhas da política, e a fixação de normas para o uso do espaço urbano, foram se delineando, de forma gradativa e fragmentária.

Em virtude dessa documentação consistir em discurso – prenhe de subjetividade - ter-se-á o cuidado em decodificar de que lugar ele está sendo proferido, quais seus objetivos e implicações. É válido lembrar que o uso da palavra tem se revelado, ao longo da história, como um poderoso instrumento de dominação, manipulação, sustentação da ordem pública, colaborando com a política na arte de seduzir, de fazer crer e de dar legitimidade às medidas adotadas pelas instâncias do poder.

As fontes históricas serão analisadas levando-se em consideração que as informações contidas em cada conjunto de documentos apontam para diferentes direções, oferecendo um leque de interpretações, que, no entanto, possuem pontos que se tocam, entrecruzam, encaixam, enredam, tramam[6], constituindo uma verdadeira teia de relações.

As Posturas Municipais, por exemplo, focalizam o controle cotidiano das atividades desenvolvidas no espaço público, além de deixarem entrever questões ligadas à sua limpeza e à vigilância dos pretos e pardos.

As teses médicas, produzidas nas faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, possibilitaram compreender como o processo de adoecimento era percebido, qual o liame estabelecido pela ciência entre: moral e enfermidades; sujeira, maus odores e insalubridade; permitindo enfeixar as informações contidas na documentação local em termos de saúde pública.

Os periódicos fazem menção aos valores estéticos da urbe, ventilam o conceito de civilidade, explanam a respeito dos hábitos considerados imorais, denunciam os maus cheiros, veiculam disputas políticas, trazem publicações dos preceitos científicos, via de regra, transcritos dos jornais da corte.

O ensaio de patologia arrola as condições de higiene da cidade, focalizando os lugares em que a sujeira e os maus odres estavam mais concentrados; trata das epidemias e enfermidades que eram comuns em Desterro e deixa transparecer a concepção nociva que se tinha em relação aos pretos, às prostitutas e à “soldadesca”.

---

[6] GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Editora Companhia das Letras. (ed. original em italiano: 1976) p. 170.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Assim, ratifica-se a proposta de um retorno ao cenário urbano de Nossa Senhora do Desterro, durante os anos compreendidos entre 1831-1864, período em que a medicina estava se institucionalizando, instrumentalizando e orientando as ações governamentais acerca da ambiência dos núcleos urbanos.

Dentro dessa perspectiva, propõe-se matizar o processo de inserção do discurso médico nas malhas da política, levando-se em consideração o cientificismo em voga e a tomada de medidas políticas, que – se justificaram, legitimaram e avalizaram a luz dele - agregando um novo significado aos estratos social e urbano.

Por outro viés, o entrelaçamento entre medicina e política torna-se inteligível na medida em que se consegue abstrair do saber científico um discurso de poder. Esse discurso dá sustentação as medidas políticas reguladoras do comportamento social, cumprindo, dessa forma, com um papel estratégico no controle dos indivíduos. Discurso que, acompanhado de um conjunto de signos, "fixa a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites do seu valor de coerção[7]". Discurso polissêmico, que mostra um jogo de "rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação[8]".

A íntima relação entre medicina social e política pode ser flagrada ao se levar em consideração que a política é uma referência constante em uma multiplicidade de setores, estando presente nos interstícios das relações sociais, o que equivale a dizer, que ela está voltada às questões que circundam a convivência com o outro, resultando das relações em sociedade, tendo o aparelho de Estado como mediador e mantenedor do ordenamento social. Ressalte-se que a medicina se institucionalizou com o respaldo da política, a partir das ações que estão sob o controle do Estado.

A história da medicina social é, portanto, parte integrante da história política, das suas iniciativas e medidas em relação aos problemas de saúde pública[9]; mas é também a história da intervenção, controle e normalização da sociedade, empreendidos conjuntamente pela ciência e pela política. Para tanto, o Estado atuou como o seu principal arauto, consoante ao discurso e modelo de conhecimento veiculado pela medicina e suas instituições.

---

[7] FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 7ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 39.
[8] Ibidem, p. 70.
[9] ROSEN, George. Da polícia médica à medicina social: Ensaios sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980 p. 1.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

A medicina brasileira do início do século XIX estava filiada aos paradigmas científicos da teoria dos miasmas, que presumia que as doenças surgiam por geração espontânea, sendo veiculadas por “exalações mefíticas”, provenientes da atmosfera, da água e dos alimentos.

O primeiro capítulo desta dissertação, intitulado: O ideário científico e seus desdobramentos em Nossa Senhora do Desterro, debruça-se sobre o saber científico pré-pasteuriano, com ênfase nas teorias médicas que percebiam o processo de adoecimento como resultado da degenerescência, desvio moral e degradação humana.

Faz-se importante salientar também que, para a ciência, existia uma íntima relação entre os agentes patogênicos e os maus odores. Buscar-se-á depreender como se deu a produção de um saber científico, que orientado pelos pressupostos da geração espontânea e da teoria dos miasmas, se articulou como instrumento de controle do cotidiano e dos hábitos da sociedade desterrense. Através das teses médicas, elaboradas para a obtenção do grau de doutor junto à Universidade de Medicina da Bahia e à Universidade de Medicina do Rio de Janeiro – pretende-se elucidar o que se pressupunha sobre o adoecimento e os efeitos que os argumentos da ciência produziram em Desterro.

A ênfase maior do capítulo se centra na teoria dos miasmas, visto que, a formação de um pensamento científico, nela ancorado, teve desdobramentos nas precauções contra os surtos epidêmicos, motivando, igualmente, a tomada de medidas para reformular alguns costumes dos habitantes de Desterro. Da mesma forma, acabou por influir no cotidiano da população, que acreditando serem os maus odores agentes patogênicos, adquiriu certos hábitos para combatê-los, como, por exemplo, perfumar o ambiente doméstico com determinadas essências.

O segundo capítulo analisa o núcleo urbano de Nossa Senhora do Desterro, com especial destaque aos arrabaldes do Largo da matriz, sede do poder local, palco de atuação política e lócus de discussões sobre a saúde e a higiene, trazendo a lume os seus desdobramentos no âmbito do controle e vigilância da população urbana.

O capítulo procura apreender as medidas tomadas pelo poder governamental, no sentido de conter os hábitos considerados insalubres. Durante a leitura das fontes e das informações contidas em outros trabalhos - que focalizam o tema ou o período – se pôde perceber que determinadas proibições, regulamentadas pelas

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Posturas Municipais, foram reeditadas várias vezes, o que coaduna com a hipótese de que o seu cumprimento não era efetivo.

Por outro lado, as agremiações políticas, que deram origem aos dois primeiros partidos de Desterro, o “Partido Cristão” ou “Conservador” e o “Partido Judeu” ou “Liberal”, tinham interesses antagônicos. Existiam divergências que estavam além dos aspectos estéticos ou higiênicos da urbe, pois nos bastidores dos discursos polissêmicos ocultavam-se interesses particulares. O capítulo explana igualmente sobre o papel dos periódicos enquanto veículo propagador da notícia e instrumento de formação de opinião.

Para José Murilo de Carvalho, até 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil. Os dois grandes partidos políticos que dominaram a vida política no decorrer do período Imperial, quais sejam, o Partido Conservador e o Partido Liberal, formaram-se no final da década de 1830. O Partido Conservador surgiu de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores, enquanto que o Partido Liberal foi organizado pelos defensores das leis descentralizadoras[10].

O terceiro capítulo propõe a avaliação do *modos operandi* da administração pública local, englobando as instâncias de controle institucional, procurando apreender a lógica de funcionamento de parte da máquina administrativa, notadamente, aquela destinada a sanar os percalços advindos do desregramento urbano e da precária organização do ambiente urbano de Nossa Senhora do Desterro.

A escassez de funcionários, para a realização dos serviços públicos, levou a que se buscassem mecanismos auxiliares para suprir as deficiências. Na falta de pessoal, para exercer determinadas funções, o poder local acenava com recompensas pecuniárias à população, a fim de incentivá-la a colaborar no nas atividades voltadas à coletividade. Seguindo o padrão da administração pública dos demais centros urbanos brasileiros, o poder provincial regulamentou uma lei[11], que tornava obrigatória a prestação de serviço individual para o conserto das pontes, estradas e estivas.

---

[10] CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: A elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): Editora Relume-Dumará, 1996, p. 184.

[11] Centro de Memória da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841/1847. Lei nº 204, de 04 de maio de 1844. Artigo 4º.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Além disso, coibiam-se as transgressões das leis e posturas com a cominação de multa ou cadeia, e instigava-se a população a que denunciasse as irregularidades no exercício das funções públicas, mediante a promessa de gratificações. Se, por exemplo, alguém denunciasse que o administrador do cemitério público não estava cumprindo com os seus deveres, lavrava-se um auto de infração e recompensava-se o denunciante.

O capítulo trata também dos conceitos de moralidade e civilidade, procurando explicitar sua carga subjetiva. Assim, para finalizar este trabalho, procurou-se decodificar as significações e implicações desses conceitos, já que estavam inseridos nos discursos veiculados pela elite local, reforçando o distanciamento social entre uma elite branca, tanto intelectual quanto econômica, e as demais categorias sociais de Desterro.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

I - O IDEÁRIO CIENTÍFICO E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DESTERRO

1.1 A PRODUÇÃO DO SABER CIENTÍFICO

Durante todo o período colonial, a educação brasileira esteve dotada de sérios entraves que obstaram o seu desenvolvimento. As proibições para se criarem universidades no Brasil, forma encontrada pela metrópole para manter a colônia sob o seu controle, representavam barreiras ao desenvolvimento do saber científico, fazendo parte das estratégias políticas do governo português "nunca permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias[12]".

Tal medida não impediu que, gradativamente, fosse se engendrando uma "inteligentsia[13]" nacional, a qual se confunde com a elite econômica do Brasil, já que, para freqüentar as universidades européias era indispensável dispor de recursos financeiros.

Comumente, os membros de famílias abastadas realizavam seus estudos em universidades européias, freqüentando, sobretudo, o curso de medicina na Universidade de Paris e o curso de direito na Universidade de Coimbra. Por essa razão, tiveram oportunidade de estabelecer vínculos mais próximos com a filosofia da ilustração[14], recebendo formação à luz das mais novas discussões, descobertas, experimentos científicos, estando em contato direto com a cultura européia.

Pádua afirma que foi grande a freqüência de intelectuais brasileiros que ingressaram na Universidade de Coimbra: "Foi em direção à Coimbra que começaram a afluir alguns jovens da elite social do Brasil, já que no país não existiam universidades[15]".

A vinda da família real para o Brasil, no ano de 1808, introduziu algumas modificações no ensino, dando novos matizes ao quadro geral da educação brasileira. Surgem os primeiros cursos superiores, inauguram-se instituições

---

[12] CARVALHO, 1996, p. 59.
[13] José Augusto Pádua demonstra que o debate sobre a sobrevivência e o destino do país estava sendo feito por um grupo de intelectuais, desde os tempos coloniais, a partir de reflexões sobre o problema do esgotamento dos recursos naturais brasileiros e sobre os percalços ocasionados pela mão-de-obra escrava utilizada nas lavouras Apud PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002 p. 11.
[14] ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988, p. 42.
[15] PÁDUA, 2002, p. 14.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

educativas e culturais: “No cenário social, bailes, óperas, chás, jantares aristocráticos e o cotidiano reforço de signos públicos de distinção social conviviam com uma massa urbana de escravos, homens livres pobres e crises de abastecimento, além de condições gerais de insalubridade típicas, aliás, da maioria das grandes cidades do mundo ocidental da época[16]”.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil tornou imperativo um sem número de adequações, as quais foram sentidas com especial intensidade no Rio de Janeiro[17], se espraiando, posteriormente, para os demais núcleos urbanos. Essas mudanças se operaram, também, no quadro da medicina brasileira. Com a Carta Régia de 1808, Dom João VI fundou a Escola de Cirurgia de Salvador que, segundo Madel Luz, foi instalada inicialmente no Hospital Real Militar. Luz informa que, a escola tinha uma estrutura universitária bastante rudimentar, com precárias instalações físicas e um currículo de disciplinas e cursos desarticulados[18].

Com o desenlace político entre Brasil e Portugal, as questões pertinentes ao desenvolvimento do país tornaram-se peremptórias para o Estado Nacional Brasileiro[19]. A política imperial se incumbiu de defender os interesses nacionais, os quais relacionavam-se à unidade do seu território[20], à reformulação das bases do poder político[21], à sujeição do indivíduo ao Estado[22], à manutenção da ordem pública e aos empreendimentos responsáveis por alavancar o desenvolvimento econômico do Brasil, ou seja, às atividades ligadas à indústria agro-exportadora.

As autoridades governamentais, imbuídas de livrar a população de patologias que prejudicassem o trabalho, de garantir o equilíbrio numa sociedade escravocrata e estratificada, procuravam amalgamar os papéis sociais, valendo-se do auxílio dos argumentos científicos. A ciência cumpria então com, ao menos, um duplo papel:

---

[16] PIMENTA, João Paulo G.; SLEMIAN, André. O “Nascimento Político” do Brasil: As origens do Estado e da Nação (1808-1825). Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003, p. 21.

[17] Para Jurandir Freire Costa, as transformações no cenário do Rio de Janeiro foram mais aceleradas devido ao fato de que os encargos populacionais, econômico , políticos, militares e socais exigiram uma modernização mais acelerada da sede do governo. Apud: COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999, p.35.

[18] LUZ, Madel Terezinha. Medicina e ordem política brasileira: Políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982, p. 106.

[19] COSTA, 1999, p. 57.

[20] É relevante lembrar que o processo de emancipação política do Brasil não contou com a adesão imediata de algumas Províncias, caso do Grão-Pará, da Bahia e do Maranhão, que se recusaram, *a priori*, a aderir a figura de Dom Pedro I, reiterando a lealdade às cortes de Lisboa, fato que representava uma ameaça à unidade territorial do Império Brasileiro. PIMENTA; SLEMIAN, 2003, p. 90.

[21] ADORNO, 1988, p. 41.

[22] COSTA, 1999, p. 30.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

salvaguardar o equilíbrio social e combater as doenças epidêmicas, as quais resultavam no declínio populacional, afetando a força de trabalho. Em outras palavras, “as preocupações com as epidemias demonstram a contínua interdependência entre pensamento médico e ideologias políticas e raciais[23]”.

A limpeza e a organização das cidades passaram a contar, gradativamente, com a cooperação do saber médico, se acelerando os empreendimentos para normalizar e institucionalizar a medicina no país. Enquanto isso, o setor educacional padecia com a falta de investimentos, especialmente no que se refere à primeira metade do século XIX, contribuindo a que perdurasse o hábito de estudar na Europa, correlacionando o saber nacional ao europeu.

Em Santa Catarina, o ensino das primeiras letras engatinhava, pois os escassos investimentos em educação pública se refletiam em carência de escolas, na má remuneração dos professores, restringindo a educação a um número bastante limitado de pessoas:

> A instrução primeira se acha em atraso. É diminuto o número de escolas para propagarem, e não podem deixar de ser mal regidas as que existem, porque os ordenados estabelecidos não convidam professores hábeis. A nossa mocidade, privada de cadeiras maiores, não tem podido cultivar seus talentos e as disposições para aprender que não podem negar-se-lhe[24].

Falar em veiculação do conhecimento acadêmico em Nossa Senhora do Desterro não se equipara a dizer que ele estava sendo produzido na cidade, uma vez que não existia um suporte institucional para isso. No entanto, o saber circula, se espalha, repercute, gera informação, tem seus desdobramentos e suas reapropriações. Embora Desterro não fosse um centro produtor de conhecimento científico, reelaborava o saber de outras localidades, como o do Rio de Janeiro e, indiretamente, o da Europa.

[23] CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996, p. 62.
[24] Centro de Memória da ALESC. Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848. Parecer nº 4. p. 8.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Se os estudos realizados na Europa ressoaram na corte do Rio de Janeiro - fato observável nas teses médicas produzidas para a Universidade do Rio de Janeiro[25] - o saber médico em voga no Rio, ainda que sub-repticiamente, se espargiu, ainda na primeira metade do século XIX, pela classe letrada desterrense que, retoricamente, utilizava-o como subterfúgio para argüir nos jornais sobre falta de asseio público, os hábitos imorais e a falta de civilidade.

Em Desterro, as teorias científicas são perceptíveis a partir das medidas tomadas pela administração pública para conter as epidemias, resultantes, segundo se imaginava, da inalação dos miasmas[26]. As determinações constantes das Posturas Municipais também são indicativas de um modelo de engessamento social, seguindo um padrão nacional de ordenamento dos centros urbanos e de vigilância do seu contingente populacional.

A documentação oficial de Nossa Senhora do Desterro aponta para preocupações com o seu núcleo urbano que se assemelham com a de outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. O mesmo se pode dizer sobre a vigilância exercida sobre a população de escravos e forros, pois os cuidados são convergentes.

A lei das Câmaras Municipais, de 1828, estabeleceu as suas atribuições, colocando sob sua incumbência a manutenção da ordem urbana. Cabia-lhes evitar "as vozerias nas ruas em horas de silêncio, injúria e obscenidades contra a moral pública[27]". Para Roberto Machado, o comportamento "desregrado" da população era considerado uma ameaça à sociedade[28].

[25] Como por exemplo, a tese médica produzida sobre a frenologia, para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1838, pelo Dr. Domingos Marinho de Azevedo Americano, médico natural de Ouro Preto, em Minas Gerais.
[26] Assunto que será aprofundado no próximo subtítulo desse capítulo.
[27] Lei de Organização das Câmaras, de 1º de outubro de 1828. Apud: MACHADO, Roberto (et. Al.) Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978, p. 183.
[28] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

As proibições de: lavar roupa nas fontes, venda de quitandas e circulação de escravos após o toque de recolher[29], fazer batuques[30], ajuntamentos, toques, danças ou vozerias[31], bem como, outras tantas relacionadas à urbanidade, que aparecem no Código de Posturas de Desterro[32], seguem a lógica do controle das desordens urbanas proposto pela lei das Câmaras. Essas medidas legislativas apresentam paridades com as de outros centros urbanos brasileiros[33], pois a cidade não estava hermeticamente fechada à influência das idéias exteriores ou desconectada da política imperial.

Embora cada lugar possua características, dinâmica e peculiaridades específicas, não está desvinculado do seu contexto, fazendo seus encadeamentos e estabelecendo ligações com a conjuntura histórica no qual está inserido. A leitura de documentos cujo conteúdo causam certa estranheza, deixando a sensação de que algo está fora do lugar, possibilita que se perceba a existência de uma trama de inter-relações históricas, que conferem similaridades aos seus eventos.

Um dos motivos que fez com que Desterro estreitasse o contato com o ambiente externo foi a presença do seu Porto. Por se tratar de uma ilha portuária, a cidade tinha a função de local de passagem, não apenas no que se refere às mercadorias, mas à moda, idéias, notícias e pessoas. As novidades convergiam para Desterro com a mesma fluidez que os navios passavam pelo seu porto[34]; "e eram eles que traziam da corte as notícias que os jornais da terra transcreviam, orientando o seu comércio e a sua política[35]".

Para conter as enfermidades, afastar os riscos de contágio e evitar as epidemias, em meados do século XIX, comumente utilizava-se da quarentena e do isolamento do paciente. Em casos suspeitos, para os quais não havia um

[29] O Código de Posturas para a cidade de Desterro de 1845, artigo 41, proibia a venda de quitandas após o toque de recolher. Proibição de igual teor é apontada por Maria Odila Leite da Silva Dias. Apud: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 45.
[30] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, artigo 39.
[31] Ibidem, artigo 35.
[32] Ibidem, artigo 39.
[33] As proibições de batuques, danças e ajuntamentos de escravos, por exemplo, estão presentes nas posturas da Bahia e são citadas por Gilberto Freyre. Apud: FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998. p. 391.
[34] MORAES, Laura do Nascimento Rótulo de. Cães, Vento Sul e Urubus: Higienização e curas em Desterro 1830-1918. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS): Porto Alegre. 1999, p. 95.
[35] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. 2° ed. Florianópolis: Editora Laudes, 1970, p. 178.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

diagnóstico muito claro, ou em evidentes doenças contagiosas, lançava-se mão do isolamento para evitar que a doença se espalhasse.

> Ao tenente coronel comandante da Fortaleza de Santa Cruz, ordenando-lhe que admita a livre prática, independente da quarentena estabelecida, todas embarcações que vierem demandar aquela barra, procedentes de portos ao norte da América, uma vez que apresente a carta de saúde competente, visada pelo respectivo cônsul brasileiro residente no porto de sua procedência. São excetuadas dessa regra as embarcações vindas de Nova York, enquanto que não houver participação oficial de que ali cessou o cólera mórbus[36].

Os navios com suspeita de contaminação, que se dirigiam à Nossa Senhora do Desterro, deveriam ficar ancorados na ilha de Anhatomirim ou na ilha de Ratones, onde existia um lazareto:

> As febres que há alguns meses infelizmente assolam a Província da Bahia, tem passado à de Pernambuco, e se não são exageradas as notícias, já invadiram o porto do Rio de Janeiro. Procurando evitar que novo flagelo nos venha atormentar, determinei que se pusessem em quarentena os barcos procedentes das duas Províncias.
> Igual medida tomarei para com os que vierem do Rio de Janeiro, logo que tenha certeza do desenvolvimento delas no Porto[37].

Em 1855, ocasião em que reinava uma epidemia de cólera no Pará e na corte do Rio de Janeiro, uma das providências, lembradas para ser posta em prática em Desterro, foi a da quarentena das embarcações procedentes dos portos onde a moléstia imperava. Convocados os facultativos da cidade, para deliberarem sobre o assunto, o governo local decidiu que a quarentena seria adotada pelo espaço de três dias no ancoradouro da cidade:

> [...] As embarcações procedentes de qualquer dos portos, onde reina a moléstia, fundearão entre as demais embarcações ancoradas, e as pessoas que nela vierem não comunicarão com a terra, senão passados os três dias e depois de desinfectadas as ditas embarcações; as que por ventura se acharem enfermadas do flagelo serão medicadas e tratadas a bordo ou em lugar para isso designado por S. Ex. [...][38].

---

[36] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conciliador Ano I, nº 70, 05 de janeiro de 1850, p. 1.
[37] Ibidem, nº 88, de 09 de março de 1850, p. 2.
[38] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conservador. Ano IV, nº 364. 16 de outubro de 1855, p. 1.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Com o tempo, as quarentenas dos navios passaram a ser vistas como malefícios ao comércio, pois, impossibilitavam a livre circulação das mercadorias. Por esse motivo, o jornal “O Conservador” esclarecia que era necessário substituir o isolamento por uma desinfecção prévia dos navios, os quais não deveriam ficar retidos mais tempo do que o necessário para efetuá-la:

> Hoje, porém, que o nosso século está tão bem caracterizado pelo progresso universal dos conhecimentos humanos, que a física e a química tem conseguido as mais brilhantes conquistas no fértil campo das descobertas científicas, que, finalmente, o ilustre Guyton de Moreau, com as suas célebres fumigações de vapores de cloro tem mostrado que não são necessários muitos dias para que se opere uma perfeita desinfecção, o vigor nas medidas quarentenárias foi condenado pelos povos que acompanham o movimento progressivo da época[39].

A prática da quarentena vigorava como um recurso disponível para controlar as epidemias, já que a etiologia das doenças e os métodos profiláticos só começaram a ser revelados na década de 1860, com o advento da microbiologia, a partir dos experimentos de Louis Pasteur[40].

A veiculação de um discurso científico em Desterro se ligava a algumas variáveis como: o contato com o ideário europeu[41] e com os estrangeiros desembarcados na terra[42]; a circularidade política, exigida como mecanismo funcional da política do Império[43]; o hábito dos abastados da cidade de mandarem seus filhos estudarem fora e a influência das notícias vindas da corte.

No início do século XIX, uma parte considerável de intelectuais brasileiros formava-se nas grandes universidades européias, retornando, posteriormente, à terra natal, infiltrando-se nas malhas da política e da administração pública, imprimindo uma orientação às ações governamentais, que estavam em conformidade com os paradigmas científicos e com o ideário do velho continente.

Do mesmo modo, os formados nas universidades brasileiras tinham grande influência nas questões políticas, ocupando importantes cargos dentro do sistema hierárquico de poder, sendo partícipes nas diretrizes da administração e gestão da máquina pública. A elite pensante do país desdobrava-se para defender a soberania

---

[39]Ibidem, n° 382, de 18 de dezembro de 1855 p.2 .
[40] GEISON, Gerald. A ciência particular de Louis Pasteur. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Contraponto, 2002, p. 144.
[41]Esse estreitamento com o ideário europeu ocorreu porque a elite intelectual do país recebia sua formação na Europa, conforme se verificará no capítulo três dessa dissertação.
[42]MORAES, 1999, p. 67.
[43] CARVALHO, 1996, p. 107.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

nacional, procurando afirmar as aptidões do Estado brasileiro em administrar suas riquezas naturais, manter a unidade territorial, ordenar os seus centros urbanos e exercer o controle do espaço público.

A organização dos centros urbanos seguia o que estava sendo produzido pela elite intelectual e política do país. A ênfase maior estava alocada no Rio de Janeiro, grande centro propalador da ciência, da política e da intelectualidade brasileira.

No ano de 1829, a Câmara Municipal dessa cidade passou a contar com a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição que, reconhecida oficialmente por decreto imperial no ano seguinte, deveria funcionar como um órgão de consultoria para as autoridades do governo nas questões relacionadas à higiene pública nas cidades.

Para Roberto Machado[44], com a criação da Sociedade intensificou-se o combate ao charlatanismo e a defesa da medicina legal. A Sociedade de Medicina deveria também intervir junto às Câmaras Municipais, a fim de garantir a eficácia das medidas de higiene pública e polícia médica.

Em 1835, a Sociedade passou a se denominar Academia Imperial de Medicina, recebendo, a partir de então, uma subvenção do Tesouro Público. No seu estatuto estavam previstos os objetivos da sua criação:

> A Academia de Medicina é especialmente instituída para responder as perguntas do governo sobre tudo quanto pode interessar à saúde pública, e principalmente sobre epidemias e moléstias particulares de certos países, as epizootias, os diferentes casos de medicina legal, os quais (menos os corpos de delitos por ocasião de ferimentos), no Rio de Janeiro, não poderão ser resolvidos senão por ela ou pelos professores da Faculdade de Medicina; a propagação da vacina, os remédios novos ou secretos, os quais não poderão ser expostos ao público sem o seu exame e aprovação, ou da referida faculdade; sobre as águas minerais, assim naturais como fictícias; ocupando-se além disto, de todos os objetos de estudo e de indagação que podem concorrer para o progresso dos diferentes ramos da arte de curar[45].

O ideário científico da Sociedade acabou por influenciar a dinâmica de funcionamento dos centros menores, pois, mesmo nesses casos, sua produção de conhecimento e o alvorecer da medicina social repercutiram nacionalmente.

O aumento populacional, o crescimento desordenado das cidades, a recorrência de diversas epidemias e o uso da medicina social como estratégia de

---

[44] MACHADO, 1978, p. 195.
[45] Biblioteca da ALESC. Coleção de Leis do Império do Brasil 1835. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, Reimpressão 1876. Decreto de 8 de maio de 1835.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

controle populacional, tornaram imprescindível a regulamentação da ciência médica no Brasil, que se desenrolou a partir da criação das primeiras instituições dessa natureza, dentre elas, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro[46].

A partir da sua criação, começou a se articular um "corpo científico[47]" que, produzindo um conhecimento sobre as enfermidades, se infiltrou nas redes do poder, exercendo influência junto ao aparelho estatal, propondo medidas políticas e leis para atenuar as epidemias e os problemas de higiene pública, cimentando, concomitantemente, a hierarquia social.

Com o respaldo do conhecimento científico, o Estado estava atento às condições de higiene dos centros urbanos, instituindo, oficialmente, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro para que atuasse como "guarda vigilante da saúde pública[48]". Nessa trama de interesses ascenderam, ao centro das discussões, os aspectos que permeavam a moralidade do povo brasileiro.

Alguns médicos brasileiros do século XIX, como é o caso do Dr. Ernesto Frederico Pires de Camargo, acreditavam que as doenças estavam relacionadas aos desvios morais, às questões sociais e comportamentais, indicando para o seu tratamento uma mudança de conduta.

Afirma ele que: "A influência do estado moral sobre a etiologia e tratamento das moléstias, não é novidade em medicina, bem como, segundo pensa Cabanis, a magna influência, do que se chama de moral sobre o físico, é um fato indisputável[49]". Esse tipo de axioma, orientado por conotações científicas, influiu na assepsia social e na criação de um elo de significação entre comportamento e saúde; desvio moral e moléstias.

A exaltação da moral marcou uma tênue presença nas páginas do Jornal "O Expositor", que ao fazer apologia à razão agregou importância ao valor moral:

---

[46] Segundo Nascimento, a Academia foi fundada em 1829 por José Martins da Cruz Jobin, João Maurício Fevre (médico Francês), Luiz Vicente De-Simoni (médico italiano), José Francisco Xavier Sigaud, Joaquim Cândido Soares de Meirelles. Apud: Fundação Biblioteca Nacional. NASCIMENTO, Alfredo. O centenário da Academia Nacional de medicina. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929. p. 47.

[47] Biblioteca da ALESC. Coleção de Leis do Império do Brasil 1830. Estatuto da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro Decreto de 15 de Janeiro de 1830. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, Reimpressão 1876. p. 3.

[48] Ibidem Idem.

[49] Fundação Biblioteca Nacional. CAMARGO, Ernesto Frederico Pires de. Considerações médico-filosóficas sobre a influência do estado moral, na produção, marcha e tratamento das moléstias e como contra-indicações nas operações cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1845, p. 67.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> Se o facho da razão esclarece hoje por toda a parte o espírito público e vai ocasionando rápidos progressos na nossa civilização, moral e indústria não era possível q sua influência não chegasse até nós e que dela se não ressentisse o brioso povo catarinense[50].

Além de argüir sobre os valores sociais, os periódicos desterrenses traziam conselhos sobre a higiene, propaganda de remédios e solicitações à Câmara em relação aos aspectos que compunham a organização urbana:

> [...] melhoramentos materiais, um ramo interessante da sua polícia no que diz respeito à venda de gêneros alimentícios, o calçamento das ruas da cidade, a sua limpeza, o aformoseamento de suas praças, o cuidado de suas praias e muitos outros serviços não menos notáveis dependem do zelo e do patriotismo dos senhores vereadores. Dê a Câmara um grande desmentido e um grande exemplo [...][51].

Na esteira do discurso sobre o núcleo urbano desterrense aparecem considerações a respeito de uma parcela da população, que por ser considerada imoral e desregrada era valorada como nociva ao ambiente público.

Em um ofício de 9 de abril de 1831, dirigido ao presidente da província, a Câmara Municipal de Desterro reclama das barraquinhas do Largo da Matriz, tecendo considerações sobre a imoralidade dos seus locatários, via de regra escravos e prostitutas:

> Reconhecendo a Câmara do dano público resultado as barracas por conta da Fazenda Nacional, alugadas a pessoas individuais e até a escravos que desde sua origem tem sido receptáculo de roubos e lugar de todo o gênero de prostituições, a bem do ridículo prospecto que faz apresentar a praia da praça da cidade, aonde se podiam fazer arranjos que dessem alguma elegância a praça e comodidade ao público [...][52].

Pautado por produções estereotipadas, o olhar vigilante das autoridades locais se encarregou de validar um juízo de valor pejorativo a uma parcela dos seus habitantes, convergindo para a defesa dos interesses governamentais.

Costa informa, que a presença dos escravos convertera-se em ameaça de doença, fazendo cair em desuso a sua utilização nos serviços domésticos. “A

---

[50] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Expositor, Ano 1. n° 01, de 08 de dezembro de 1832 p. 2.

[51] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Argos, nº 892, de 21 de janeiro de 1862, p. 2.

[52] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Registro de correspondência – rua do Desterro – Registro de ofícios designados a oficiais, fiscais, deputados, licenças, arte do boticário, comissão de visita as prisões. 1817-1831. Cx. 09. Of. nº 57. Ofício da Câmara Municipal do Desterro para o Presidente da Província de Santa Catarina, em 09 de abril de 1831.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

medicina redefiniu o poder negro, fazendo-o portador de uma força incoercível, a força da doença e da imoralidade[53]". Segundo ele, depois de D. João, a europeização dos costumes levou a substituição dos pretos nas tarefas do lar[54].

Diagnosticavam-se as doenças em conformidade com as construções simbólica da população. Diria Baczko que o exercício do poder simbólico não consiste apenas em sobrepor: "o ilusório a uma potência do real, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio[55]".

Assim sendo, o par dicotômico – superioridade/inferioridade – definido a partir das teorias raciais, das condições sócio-econômicas acirrou a segregação social. Todavia, a segregação não foi resultado do aparecimento de novos paradigmas científicos ou da constatação de deficiências no sistema de saneamento básico, emergindo de um olhar desqualificador do outro.

O juízo de valor imputado a uma parcela da sociedade assegurava a estratificação social, mantendo determinados grupos fora do *lócus* de poder. Baczko assevera que:

> o poder deve apoderar-se do controle dos meios que formam e guiam a imaginação coletiva. A fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e um ritual novos[56].

Em outras palavras, o poder simbólico possui a intrínseca qualidade de naturalizar ou romper com a ordem estabelecida na medida em que é capaz de "fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo[57]". A produção simbólica está enredada em um aparato conceitual, cujo conteúdo de significação emerge de um contexto histórico peculiar, que lhe dá sustentação e lhe confere uma estrutura ou matriz de plausibilidade[58].

No caso de Nossa Senhora do Desterro, a estrutura de plausibilidade estava em sintonia com o momento histórico brasileiro, no qual se ensaiava a introjeção de

---

[53] COSTA, 1999, p. 125.
[54] Ibidem Idem.
[55] BACZKO. Bronislaw. Imaginação social. Apud: ROMANO, Ruggiero (org.) Enciclopédia Einaudi. v. 5: Anthropos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 299.
[56] Ibidem Idem.
[57] BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Editora DIFEL, 1989, p. 14.
[58] SANCHIS, Pierre. O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões? Apud: HOORNAERT, Eduardo. História da Igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995). O debate metodológico. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, p. 118.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

um modelo de conduta européia, voltado para uma elite branca, que sustentava a sua distinção social, bem como, hegemonia política, a partir do conceito de civilidade.

Os valores eurocêntricos perpassavam por diversas esferas, afetando a forma de viver, de tratar das doenças, de mobiliar a casa e de vestir dos desterrenses mais abastados. Enfatizando o modelo europeu, os jornais traziam anúncios sobre produtos importados, principalmente na segunda metade do século XIX. Ademais, a ausência de uma indústria nacional estimulava o seu consumo :

> Anúncios
> Perfumarias Inglesas
> Água da colônia perfumada com rosa sândalo e frangipanni a 9$ garrafa, frangipanni (perfume eterno) e violeta 6$500 vidro, sândalo 5$500, óleo de diversos cheiros 4$500, pomada 4$500, pós para dentes (odonto) 3$500, pomada de urso 3$500, caramujos para perfumar gavetas 800 um, papel para perfumar salas 1$280 folha, sabão windsor 1$000, dito glicerina (medicinal) 2$500[59].
> Perfumaria francesa
> Pomada de diversas qualidades 500 rs a 1$000 rs; água de colônia 500 rs. Sabonete a 1$000 rs, bandolins finos 600 rs, sabonetes a 320 e a 800 rs, cosméticos superior 2$200 rs, pós de arroz 1$300 e 1$600 rs, toucas de froco 5$500 rs, rendas e entremeios de crochet para diversos preços, gravatas a cavour 2$500 rs, camisas de peito de linho 64 e 70$000, ditas de algodão 32$000, ditas de fustão 44$000, meias para Sras., homens e meninos.
> Rua do príncipe nº 6, cada de Lobo &Irmão[60].

Quanto ao discurso científico veiculado em Nossa Senhora do Desterro, era concordante ao saber produzido em outras localidades, o que se pode perceber pelo hábito de transcrever nos periódicos locais notícias de outros centros urbanos, como os conselhos sobre higiene pública, habitações, asseio pessoal, tratamento de moléstias e recomendações para a cura das doenças:

> Não deve haver proibição absoluta de água aos doentes: eles devem beber moderadamente. As suas vestes, coberturas e dormitórios devem estar limpos. Finalmente a sua alimentação nos primeiros dias deve ser de papas ralas, de farinha de trigo e araruta, de goma cariman, etc.
> Recife, 26 de março de 1862. Doutor Américo Álvares Guimarães[61].

[59] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal Argos. Ano VI, nº 955, de 04 de abril de 1862, p. 4
[60] Ibidem Idem.
[61] Ibidem. nº 962, de 12 de abril de 1862, p. 1.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Com o decorrer dos anos, avolumaram-se as reclamações contra o charlatanismo, tornando-se veementes as denúncias em relação aos abusos cometidos por pessoas não habilitadas a exercer a medicina. Seguindo o padrão geral das cidades brasileiras, a Medicina em Nossa Senhora do Desterro costumava ser praticada por qualquer pessoa. Conforme denuncia do Dr Almeida, médico mandado para Desterro pelo governo Imperial, com a incumbência de arrolar as condições de salubridade da cidade:

> E como acreditar o contrário, quando se observa o mais revoltante e perigoso charlatanismo que em bem poucos lugares do mundo se terá visto. Se tudo se limitasse a práticas absurdas e ridículas, podiam-se encolher os ombros e seguir avante; mas não há somente benzedores, tiradores de quebranto, levantadores de espinhela caída; há coisas revoltantes. Qualquer um arvora-se em entendido e dá a beber, por exemplo, uma tigela de salmoura a uma pobre mulher sofrendo de metro-peritonite puerperal; outro (nas Tijucas) em um caso de parto com apresentação de espádua e saída de braço, declara que é necessária uma operação, puxa pela faca que traz à cinta e corta o braço pendente[62]!

Por outro viés, ao conferir legitimidade às ações governamentais as teorias científicas orientavam as medidas de intervenção nos assuntos que abarcavam a fisionomia, estrutura, higiene de Desterro, ou que se relacionassem à ordem coletiva[63].

Os jornais desempenharam uma importante função fiscalizadora do centro urbano desterrense, denunciando a falta de higiene de determinados locais, vigiando a ordem pública, se posicionando contra as irregularidades cometidas pela população, e divulgando as recomendações da polícia médica.

Em 1855, quando uma intensa epidemia de cólera imperava no Rio de Janeiro, o jornal “O Conservador” publicou recomendações para se evitar que a epidemia se alastrasse para Desterro:

> A polícia recomendou a todos os inspetores a mais estrita vigilância nos seus respectivos quarteirões, respeito a limpeza das ruas e casas e a provedoria de saúde mandou distribuir a todos os habitantes da cidade e seus arrabaldes conselhos impressos para preservarem-se do cólera, e combatê-lo no caso de invasão[64].

---

[62] ALMEIDA, 1864, p. 49.
[63] A exemplo disso, cite-se a criação do Cemitério Público de Nossa Senhora do Desterro, no ano de 1841, fruto de longas discussões sobre os enterramentos junto ao sagrado, bem como a retirada das barraquinhas do Largo da Matriz, com a criação do primeiro Mercado Público da cidade.
[64] Biblioteca central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conservador Ano IV, nº 364, de 16 de outubro de 1855 p. 1.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Saliente-se que os cuidados com higiene pública, controle de epidemias, vigilância da população se correlacionavam à afirmação da medicina e ao desenvolvimento das cidades brasileiras. Para Costa, a higienização das cidades esbarrava, freqüentemente, nos hábitos e condutas de insubordinação do indivíduo aos objetivos do Governo[65].

A Medicina Social do século XIX tornou-se uma via possível para combater essa insubordinação, já que, estabeleceu um elo de ligação entre o comportamento e o desenvolvimento das doenças, justificando a necessidade do controle dos indivíduos pelo Estado e pelas instituições médicas, para evitar os malefícios advindos de "inclinações patológicas" e, portanto, maléficas à sociedade.

Conforme a tese do Dr. Ernesto Frederico Pires de Camargo, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro:

> Então, reconhecemos como Montaigne que é de mister ao médico o conhecimento da compleição do enfermo, seu temperamento, seus humores, suas inclinações, suas ações, seus pensamentos e suas imaginações. Então, concordamos com De Maistre – em que si não existira mal moral sobre a terra nada teríamos, que ver com o mal físico, e visto como conto sem fim de moléstias são resultados de certas conturbações nossa analogia induz a generalizar a observação[66].

Essa tese estabelece uma intrínseca relação entre o estado moral e o desenvolvimento das doenças, conjecturando que as inclinações humanas seriam responsáveis pelos vícios e, por extensão, pelas doenças. Segundo Camargo, as emoções humanas poderiam escravizar, levando à degradação, ao desespero, ao desatino. As paixões são capazes de despertar a face algoz, tétrica, aterradora e lúgubre dos indivíduos, inspirando emoções que levam ao delírio, a sentimentos irascíveis, passionais, eloqüentes e desmedidos, podendo ocasionar impulsos homicidas e suicidas.

> Se malogra sua esperança, que é vã e mentida, si a pessoa que ama não entende o que vale seu amor, ou lhe rouba o fado adverso, então as inefáveis doçuras do amor recalcadas no fundo da alma sucederá lôbrega

[65] COSTA, 1999, p.30.
[66] Fundação Biblioteca Nacional. CAMARGO, Ernesto Frederico Pires de. Considerações médico-filosóficas sobre a influência do estado moral, na produção, marcha e tratamento das moléstias e como contra-indicações nas operações cirúrgicas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1845, p. 8

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> tristeza, sombrias melancolias, devaneios de inteligência, tédio de vida e a sacrílega invocação do nada – o suicídio[67].

Partindo desse mesmo princípio, a frenologia, ciência surgida na Europa entre o final do século XVIII e o início do XIX, buscava associar a conformação física do cérebro a determinadas tendências comportamentais. Essa teoria, proposta pela primeira vez pelo Dr. Franz-Joseph Gall, acreditava ser possível determinar o caráter e a personalidade das pessoas, por meio da análise do crânio.

A teoria de Gall[68], médico que nasceu na Alemanha em 1758, e estudou medicina em Viena, tornando-se renomado em neuroanatomia e fisiologia, era guiada por um método, que consistia em associar a conformação, o tamanho e as peculiaridades físicas do cérebro a determinadas características psicológicas, padronizando as reações comportamentais, de acordo com a estrutura cerebral[69].

Ele acreditava ser possível estabelecer uma correspondência entre as particularidades mentais e as elevações e depressões na superfície do crânio, suas formas exteriores e dimensões relativas. Para ele, as faculdades mentais estavam alojadas dentro de trinta e sete órgãos vitais do cérebro, cuja conformação denunciava as inclinações, vícios, taras, desvios, aptidões, qualidades e tendências.

É possível que Gall tenha travado conhecimentos ou recebido influências das teorias do naturalista francês Lamarck, pois de suas conjecturas, acerca dos órgãos cerebrais, transparece a lei do transformismo, vulgarmente conhecida como lei do uso e do desuso. Um dos sustentáculos que rege o transformismo, fixado por Lamarck em 1800, é o de que os órgãos desenvolvem-se na medida em que são usados, podendo atrofiar e desaparecer por falta de uso.

Ao que tudo indica, Gall dialogou com os estudos de Lamarck para amalgamar algumas das suas conclusões, posto sua afirmação, de que a utilização ou não dos “órgãos” cerebrais, determina o seu crescimento ou sua atrofia, tornando-se visível, na morfologia cerebral, o desenvolvimento ou não de determinadas qualidades no indivíduo, seguindo uma argumentação parecida com a lei do uso e do desuso de Lamarck.

De acordo com o médico brasileiro Domingos Marinho de Azevedo Americano:

---

[67] Ibidem p. 23.
[68] AMERICANO, 1838, p. 10.
[69] Ibidem, p. 32.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> Deixando as aulas primárias e indo estudar na Universidade de Strasbourg lá encontrou colegas com memória igualmente prodigiosas. Observou então que tanto estes quanto seus antigos companheiros tinham os olhos salientes; observação que foi confirmada por todos aqueles que primavam em decorar páginas, citações e parágrafos inteiros de autores, oferecendo todos a mesma conformação de olhos[70].

Em 1815, Thomas Foster chamou o trabalho desenvolvido por Gall de frenologia, nome que deve sua origem a palavra grega “phrenos”, que significa mente. Para Americano:

> [...] o homem deve ser estudado como os demais seres organizados e, por conseguinte, submetido aos mesmos processos, as mesmas análises que emprega o anatomista, o químico e o botanista na pesquisa das propriedades e funções da matéria. É necessário, portanto estudá-lo não no gabinete como fazem os metafísicos, mas sim no teatro da natureza. É necessário vê-lo nascer, crescer, florescer, decair e morrer; observar e notar a causa da diversidade de seus talentos e inclinações; analisar os fenômenos variados e sucessivos que precedem, acompanham ou seguem os diversos períodos de sua existência: examinar a influência que os modificantes exteriores, tais como alimentação, clima, educação, instituições civis e religiosas, fortuna, distração e as diversas profissões exercem sobre o desenvolvimento de suas faculdades, observar e comparar finalmente as alterações produzidas em suas funções intelectuais e morais pelo estado de saúde ou enfermidade[71].

A frenologia serviu de base para o surgimento de outras ciências que, aprofundando os seus axiomas, justificaram o racismo, a discriminação e a dominação. Com base na conformação cerebral de um mendigo, Gall procurou demonstrar a estreita relação entre a condição social do indivíduo e as falhas da sua personalidade, que seriam plenamente perceptíveis nas elevações e depressões do crânio.

De acordo com Americano, no seu estudo de frenologia: “Examinando sua cabeça, Gall achou muito saliente a sumidade do crânio deste desgraçado, conformação esta, que já Lavater tinha notado como sinal de orgulho [...][72]”. A teoria de Gall penetrou no Brasil, no início do século XIX, frutificando no decorrer dos anos ulteriores.

---

[70] Ibidem, p. 11.
[71] Ibidem, p. 2.
[72] Ibidem. p. 11.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Num segundo momento, a frenologia vai influenciar diretamente o surgimento de outras teorias, como a craniometria, a antropometria, a eugenia e a antropologia criminal, cujo principal expoente foi o criminologista italiano Cesare Lombroso[73].

A craniometria propunha a avaliação precisa da aparência craniana, de modo que se catalogassem os indivíduos de acordo com sua origem racial. Os estudos de craniometria foram coadjuvantes das teses sobre a inferioridade étnica, servindo de fundamentação teórica para a antropologia criminal, que defendia a idéia de que nas características fenotípicas de um indivíduo se reconheceriam as predisposições ao crime, à inferioridade, à indolência e à imoralidade.

Apropriando-se do conhecimento sobre craniometria, Lombroso estabeleceu uma relação entre determinadas características físicas - como o tamanho da testa ou o formato dos olhos - e diversas patologias psíquicas, tentando, dessa forma, mapear um perfil específico para cada tipo de criminoso.

Saliente-se que, as doutrinas européias foram constantemente adaptadas à realidade do Brasil, no decurso da sua história. Ainda que estivessem em descompasso com a nossa realidade social[74], as teses médicas produzidas para as universidades brasileiras, na primeira metade do século XIX, se remetem aos estudos de moralistas, médicos, cientistas, filósofos e teóricos europeus como, por exemplo, Parent-Duchatelet[75] e Louis René Villermé[76], médicos franceses que influenciaram a produção do saber científico no Império.

Essa tendência se repete nos periódicos veiculados na cidade de Nossa Senhora do Desterro, em especial nos trechos em que se transcrevem os conselhos sobre higiene formulados na Corte do Rio, ou advindos dos estudos na Europa. O costume de transcrever as notícias do Rio de Janeiro nos jornais locais levou à reprodução dos argumentos e do ideário advindos do núcleo do poder, ambientalizando os nascidos na terra com um padrão de conduta discrepante dos costumes locais.

---

[73] SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993, p. 159.
[74] Ibidem p. 16.
[75] Alexandre-Jean-Baptiste Parent-Duchatelet foi um dos médicos higienistas mais expressivos dos tempos modernos. Escreveu “Sobre a prostituição dentro da vila de Paris” no início do século XIX e se ocupou das questões relativas à higiene de Paris até o ano de sua morte, em 1836.
[76] Louis René Villermé foi médico, estatístico, estudou demografia e foi higienista. Abandonou sua profissão de cirurgião no ano de 1818 para consagrar os seus estudos às questões das desigualdades sociais. Foi membro do Comitê Superior de Higiene, em França, no ano de 1848 e membro da Academia de Medicina Francesa.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Em 1851, por exemplo, o jornal “O Conciliador” trazia uma publicação “a pedido”, na qual um leitor se queixa da falta de transcrições de um outro periódico da Corte, denominado “O Philantropo”:

> Entre os diversos periódicos publicados na corte do Império, e dos quais sou constante leitor, um dos que mais vantagens oferece pelas suas doutrinas, pois que todo o seu afã, todas as suas idéias se encaminham a combater a escravidão e o tráfico infame que a propaga é o Philamtropo [...][77].

Apesar de o instituído encontrar sua razão de ser no instituinte, o rearranjo das cidades brasileiras foi dificultado por uma complexa rede de fatores, pluridimensionais. Aqui é válido retomar a idéia de estrutura de plausibilidade[78], a fim de demonstrar que a ausência de determinadas condições fez esboroar, no início do século XIX, a exeqüibilidade de projetos que visavam o saneamento, aformoseamento e melhorias dos núcleos urbanos brasileiros, ainda que eles tenham se fortificado com o decorrer do tempo.

Mesmo com a produção do saber convergindo aos interesses governamentais, a atuação do Estado tinha seus limitadores, pois as suas iniciativas estavam em choque com o padrão comportamental e cultural dos habitantes das cidades. Ademais, há que se considerar a precariedade de condições sócio-econômicas, tecnológicas e científicas, no período em questão, que são fatores indispensáveis à promoção da saúde pública.

Inexistia saneamento básico e profilaxia das doenças, havia os problemas dos despejos, do lixo e de alguns costumes da população, que passaram a ser considerados anti-higiênicos, estando em desacordo com os projetos elitistas, que pretendiam implementar um novo modelo urbano.

Assim, as considerações tecidas, a respeito de uma parcela da população, foram evocadas como estratagemas, para reestruturar a vida social de Nossa Senhora do Desterro, o que fica claro quando Almeida[79] fala dos bairros da Toca,

---

[77] Biblioteca centra UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conciliador ano I, n° 73, de 16 de janeiro de 1850 p. 2.
[78] SANCHIS, 1995, p. 118.
[79] Médico que esteve em Desterro por quatro anos levantando as condições de higiene da cidade e que escreveu um trabalho onde expõe suas conclusões sobre Desterro.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Pedreira (com os becos adjacentes à Tronqueira) e Figueira[80], característicos da população pobre da cidade. Afirma ele que:

> Encontram-se nestes bairros casinhas bem inferiores as senzalas de pretos de certas fazendas; tão pequenas, imundas, esburacadas e enfumaçadas são elas.
> A toca, situada na encosta da montanha do Menino Deus e na praia que a circunda, é habitada por toda uma prolífica população de pescadores. Entre as casas que habitam, algumas há, que podendo em regra abrigar duas pessoas, acomodam o quádruplo ou quíntuplo[81].

Enviado pelo governo imperial para Nossa Senhora do Desterro, com o objetivo de fazer um levantamento das condições de higiene e de saúde da cidade, Almeida chama a atenção para os cortiços da Tronqueira que, segundo ele, mais parecem:

> [...] colméias, somente ocupadas por zangões, são os quartos ou cubículos nojentos habitados promiscuamente por 6, 8 e 10 pessoas as vezes, sem distinção de sexo nem idade; de modo que tem aí as crianças uma franca escola prática da imoralidade e devassidão[82].

Ao falar sobre as condições insalubres do arroio da Fonte Grande, que passava pelo bairro da Pedreira, Almeida afirma que suas margens:

> [...] quase desde a origem do arroio, servem de depósito de imundícies, mas é sobretudo da rua do Vigário para o mar, que se observa em maior escala semelhante abuso. O que aí se vê é realmente inaudito; por toda a parte montes de lixo já estratificado; lagos de urina podre em alguns pontos (na beira de um riacho); aqui e ali cadáveres dispersos de cães, gatos, ratos, galinhas e em períodos mais ou menos avançados de putrefação; restos de tudo, objetos putrescíveis ou não, tudo aí se encontra; até já tive ocasião de ver um colchão de cama de casados apodrecer lentamente em uma poça de água e urina! Isto tem lugar no centro de uma cidade[83]!

Por fim, ele explana sobre o bairro da Figueira, de aparência um pouco melhor que a dos outros precedentes, onde habita um grande número de "sacerdotisas da sífilis [84]".

---

[80] ALMEIDA, 1864, p. 43.
[81] Ibidem Idem.
[82] Ibidem p. 45.
[83] Ibidem Idem.
[84] Ibidem p. 46.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

O discurso de Almeida evidencia a sua insatisfação com a falta de higiene, de moral pública, e com os aspectos estéticos da cidade, reclamando a ausência de alamedas em Desterro. Afirma ele que:

> [...] a menos que se não queira considerar como tal algumas palmeiras que estão junto ao quartel. O que custaria o plantio e conservação de algumas dezenas de árvores frondosas nas praias e praças? E, entretanto, que soma de benefícios se deixa de tirar proveito. Seria lindo e utilíssimo. Bem o compreendeu o Exmo. Presidente da província, mandando plantar na praça do Palácio duas linhas de arbustos, que no futuro serão de muita utilidade higiênica, além de contribuírem para o aformoseamento da praça. [...][85].

Ao avaliar as condições de salubridade de Desterro, Almeida posicionou-se contra a falta de higiene, censurando os costumes culturais de algumas categorias, notadamente, as enquadradas como pobres, imorais e sujas, que reuniriam os elementos de insalubridade[86]. Por outro lado, as limitações, no âmbito da administração pública, ensejaram a persistência do *status quo,* conferindo morosidade à passagem dos projetos higienizadores da teoria à prática.

Os problemas de higiene não eram prerrogativas únicas e exclusivas de Nossa Senhora do Desterro, abarcando as demais cidades brasileiras, incluindo as de maior porte, como São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. As epidemias eram muito freqüentes, sendo a febre amarela e o vibrião colérico velhos conhecidos, que visitavam costumeiramente as cidades, e levavam ao óbito uma boa parcela dos seus habitantes.

Em 1850 houve no Rio de Janeiro uma grave epidemia de febre amarela[87], que ameaçava se alastrar para as demais cidades brasileiras. No ano de 1855 foi a vez do vibrião colérico[88], que, infectando o Rio de Janeiro, causou preocupações na cidade de Desterro.

As medidas de combate às doenças, de pouca eficácia, estavam em desacordo com os costumes da população, que comumente se valia das ervas, benzedeiras e simpatias.

---

[85] Ibidem p. 47
[86] Ibidem p. 45.
[87] CHALHOUB, 1996, p. 62.
[88] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conservador, Ano IV, nº 364, de 16 de outubro de 1855, p. 1.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Em Desterro, como nas demais cidades catarinenses, existiam déficits para realizar a limpeza urbana. É o que nos informa o jornal O Conciliador, ao falar sobre uma epidemia de febre cerebral, que assolava Santa Catarina:

> Exaustos os cofres das Câmaras Municipais, não podem elas, por muito que desejem, cuidar da limpeza dos lugares públicos, e procurar fazer diminuir de intensidade este terrível flagelo. Assim, só teremos recurso para a mudança da estação, que naturalmente minorando a calma, é de conjecturar que extinguira a moléstia[89].

Para Almeida, a sujeira se espraiava por diferentes lugares em Desterro, pois, apesar das posturas fazerem uma série de restrições e proibições para manter a higiene pública, a fiscalização deixava a desejar[90]. Assim, tinha a cidade: "excelentes fiscais; no centro da cidade, cães e o vento sul, nos arrabaldes os urubus[91]", diz ele, ironicamente, em seu ensaio de patologia.

A fim de aliviar os distúrbios ocasionados pelos maus cheiros, Nossa Senhora do Desterro contava com o vento sul[92] que, quando soprava com força, varria a cidade, aliviando um pouco o odor proveniente da decomposição das matérias orgânicas[93]. Com exceção do vento sul - arrolado como um vento seco e eficaz para enxugar os locais pantanosos, os demais eram vistos como prejudiciais, já que serviam de veículos para os miasmas[94].

Com relação ao lixo, o governo local tomava reiteradas providências para evitar o seu acúmulo por todos os lugares, pois era costumeiro o seu depósito nos rios, mar, fontes, ruas e em terrenos baldios[95], onde entravam em decomposição, liberando os maus odores[96]. As autoridades locais não tinham soluções práticas para a problemática, pois não sabiam determinar qual o espaço adequado para se fazer o depósito.

Assim, a administração pública esbarrava nos problemas gerados pelo acúmulo de "imundícies", pelos despejos e pelas deficiências na fiscalização para atenuar a demanda urbana. Afora a precariedade das finanças, faltava-lhe o domínio

---

[89] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conciliador. Ano I, nº 88, de 09 de março de 1850, p. 2
[90] CABRAL, 1971, p. 285.
[91] ALMEIDA, 1864, p. 45.
[92] MORAES, 1999, p. 98.
[93] Ibidem p. 48
[94] ALMEIDA, 1864 p. 20.
[95] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Notícia I. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979, p. 172.
[96] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

de certas tecnologias necessárias à implementação do projeto saneador, bem como o conhecimento dos métodos de assepsia e profilaxia.

A retórica se repetia, aparecendo nos jornais, ofícios, documentos oficiais, teses médicas e quase em toda sorte de escritos produzidos nessa época. Embora Nossa Senhora do Desterro não produzisse saber acadêmico, vivenciou, absorveu e reproduziu o discurso científico da Europa e do Rio de Janeiro.

1.2 ODORES E MIASMAS: FANTASMAS DA DOENÇA

Dentre as teses que orientaram o conhecimento científico do século XIX estava a teoria dos miasmas, a qual defendia a idéia de que as doenças provinham da inalação de emanações tóxicas, resultantes da decomposição orgânica dos vegetais e animais[97], que alterariam a composição e qualidade do ar atmosférico[98].

> As emanações das latrinas e outros lugares, que encerram substâncias animais, e vegetais em putrefação, que segundo M. M. Thenard e Dupuytren são constituídas por gás hidrosulfúricos e amoníaco, assim como as dada substâncias animais putrefeitas, que são formadas dd gás hidrogênio carbonado, sulfurado e fosforado, reunidos à água, amoníaco, ácido carbônico e algumas matérias animais também viciam o ar: os miasmas, emanações que se desenvolvem dos pântanos, e lugares onde existe um grande número de doentes reunidos; as emanações metálicas a que estão sujeitos certos artífices e as matérias pulverulentas, que podem se achar suspensas no ar, e segundo alguns autores também as exalações de certos vegetais, são outras tantas causas que viciam o ar em sua circunvizinhança[99].

Embora se atribua a formulação da teoria dos miasmas a Giovanni Maria Lancisi, entre os séculos XVII e XVIII, as emanações mefíticas já eram temidas anteriormente[100]. Sua presença é marcante no saber médico dos egípcios antigos,

---

[97] Fundação Biblioteca Nacional. GROSSO, Severiano d'Araújo Mello. Dissertação sobre o ar atmosférico e sua influência na economia animal. Tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Tipografia de Galdino José Bezerra e companhia, 1843, p. 17.

[98] Ibidem Idem.

[99] Ibidem Idem.

[100] SEVALHO, Gil. Cad. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença Caderno de Saúde Pública vol.9 no.3 Rio de Janeiro Julho/Setembro 1993. (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300022)

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

nas obras de saneamento e urbanização da Roma antiga, dos "ares, águas e lugares" dos gregos hipocráticos e de suas fogueiras purificadoras[101].

Para falar sobre os efeitos nocivos que a putrefação dos corpos animais e vegetais exerciam sobre a saúde, o médico brasileiro José Antônio Alves buscava seus exemplos em acontecimentos das civilizações antigas:

> O Egito é anualmente destruído por febres malignas: as águas do Nilo que se demoram nos campos, quando inundam, deixam uma imensidade de insetos, que, putrefazendo-se, exalam miasmas pestilentos: até desse país é que são oriundas as mais terríveis enfermidades, que afligem e abastardam a nossa espécie. Aí veio à luz a devastadora bexiga, que tanto estrago nos faz. A célebre peste, de que Atenas foi vítima, produziu-se numa baleia, que apodreceu em suas praias. Lucana fala de uma epidemia, que fez as mais rápidas destruições no exército de Pompeo, e que foi causada pela decomposição dos cavalos, que tinham sido mortos e entregues ao tempo.
> Quantas vezes cadáveres numerosos espalhados sobre o campo de batalha não tem ocasionado mortandades[102]!

Essa crença, na perniciosidade dos ares mefíticos, aponta para pelo menos três vias possíveis. A primeira se refere à concepção científica em voga, pois a teoria dos miasmas começou a cair por terra somente a partir de meados de 1860, quando Pasteur isolou um meio de cultura, e comprovou a existência dos microorganismos[103].

A segunda está relacionada à confirmação de que algumas doenças são adquiridas por inalações, caso da pneumonia, da tuberculose e de algumas outras afecções pulmonares. Como essas doenças eram bastante recorrentes no século XIX, é possível que tenham criado um ambiente propício para que frutificasse a teoria dos miasmas, justificando todo o contágio, ou o adoecimento pelo contato com as matérias deletérias, e pela assimilação dos vapores ou gases mefíticos.

A terceira está relacionada à influência que a teoria hipocrática, sobre os humores corporais, exerceu durante o século XIX. Hipócrates supunha que o bom funcionamento do organismo vivo estava ligado ao equilíbrio de quatro líquidos ou humores corporais: o sangue, a fleuma, a bílis amarela e a bílis negra. A inalação dos gases tóxicos seriam fatores causadores da discrasia (desequilíbrio) do organismo vivo.

---

[101] Ibidem Idem.
[102] Fundação Biblioteca Nacional. ALVES, Antônio José. Considerações sobre os enterramentos. Tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Tipografia de Epifanio José Pedrosa, 1841, p. 21.
[103] GEISON, 2002, p. 144.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Para readquirir o equilíbrio dos humores seria necessário eliminar os líquidos corporais e, conjuntamente com eles, as toxinas responsável pelo seu envenenamento[104]. Assim, a reapropriação desse saber servirá de base para a teoria dos miasmas, que se valerá das práticas de sangrias, aplicações de ventosas, tratamento com purgativos e vomitórios, para que o paciente readquira o equilíbrio dos seus humores, podendo então se curar das enfermidades.

Ao indicar terapêutica para escarlatina, o doutor James Virtue[105] aconselhava repouso, boa alimentação, evitar carnes, usar purgativos, vomitórios, ventosas e a utilização de pequenas doses de óleo de rícino, para desembaraçar os intestinos. Considerava igualmente que, para reverter os maus efeitos das moléstias, era preciso uma boa ventilação e asseio do local[106].

De acordo com a ciência da época, o meio ambiente se impunha como um dos fatores decisivos para a manutenção da saúde. Daí resultariam os cuidados que se deveria ter com: a armazenagem do lixo, os despejos, a ventilação dos ambientes e as edificações. Segundo Costa:

> Em nome dos mesmos miasmas coloniais a casa era chamada a mudar sua feição. Mais precisamente, os miasmas continuavam sendo considerados agentes de doença, porém a teoria de sua difusão se modificará: A habitação em casas térreas é sempre uma das piores, principalmente no Brasil, cuja temperatura é respeitável, porque o ar carregado de miasmas que se desprendem das matérias animais e vegetais em putrefação, ocupa por seu peso específico as camadas inferiores da atmosfera e exerce sua ação deletéria.[107].

Diante disso, fixou-se uma altura mínima de pé direito para as construções, que deveriam igualmente ter um número considerável de janelas[108], a fim de que o ar fosse purificado, circulando livremente pelo interior das edificações. Ponderava-se ser de grande utilidade edificar de modo a possibilitar a penetração do sol, evitando-se, com isso, os ambientes úmidos e favoráveis ao desenvolvimento das doenças[109]. A preocupação com as edificações perdurou até a República, quando passaram a

---

[104] MORAES, 1999, p. 17.
[105] Doutor em medicina, membro do Real Colégio de Cirurgiões de Londres e aprovado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.
[106] Fundação Biblioteca Nacional. VIRTUE, James. Algumas observações sobre a história, sintomas, e tratamento e da escarlatina. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1845, p. 7.
[107] COSTA, 1999, p. 111.
[108] CABRAL, 1979, p. 234.
[109] COSTA, 1999, p. 110.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

ser regulamentadas pelo “Manual do Edificante”, ficando a encargo das Câmaras a sua fiscalização

> As Câmaras Municipais, a quem compete a polícia administrativa e econômica das cidades e vilas pelo seu regimento tem a atribuição de organizar posturas, prescrevendo a maneira de construir os edifícios com regularidade tanto a respeito do alinhamento das ruas, como mesmo da altura da parede da frente quando as casas são térreas, e assim se deve entender a forma prescrita[110].

Em Nossa Senhora do Desterro, as medidas, para regulamentar as edificações começaram a se esboçar ainda no período colonial.

De acordo com Cabral[111], em 1776, o governador Gama Freitas havia determinado, à Câmara, o cumprimento de um projeto, para regular as casas, que novamente fossem edificadas na vila.

Num segundo momento, seguem-se algumas iniciativas voltadas à estruturação do núcleo urbano da cidade. Assim, em 1816, foi pavimentada a primeira rua; em 1831 os moradores foram obrigados a calçar suas testadas; em 1835 a Assembléia Legislativa sancionou leis, que fixavam a largura das ruas e o escoamento das águas, avalizando, em 1845, o que a Câmara Municipal de Desterro havia aprovado, como postura para regulamentar as edificações, nos seguintes termos:

> Ninguém poderá edificar, ou reedificar, tocando na frente do prédio, ou fazer qualquer obra de pedra, cal ou madeira nas ruas estradas ou travessas sem pedir a Câmara licença e arruamento a qual se lhe mandará fazer pelos oficias a quem estiver encarregado esta atribuição. Nenhum prédio será edificado sem ter 18 palmos, pelo menos, de pé direito, contados da soleira ao frechal e sendo de sobrado até o pavimento: e até o frechal do telhado no último. Todos os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservarem limpas as estradas de prédios e chácaras. Os infratores serão multados em 4$000 réis[112].

É perceptível que as preocupações com as edificações estavam, intrinsecamente, relacionadas com o problema da circulação do ar, pois, quanto mais baixa uma edificação, e menor o número de suas janelas, pior a sua ventilação.

---

[110] Biblioteca da UFSC. Setor de Obras Raras. MOURA, Antônio Ribeiro de. Manual do Edificante. Manual do Edificante ou Novo tratado dos direitos e obrigações. Rio de Janeiro: Tipografia Serafim José Alves, 1913, p. 69.
[111] CABRAL, 1979. p. 210.
[112] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841/1847. Código de Posturas. Lei n° 222, de 10 de maio de 1845 p. 209.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

As habitações baixas embaraçavam a renovação do ar no ambiente, aumentando o risco de contágio e disseminando doenças miasmáticas[113].

Tornavam-se prementes as medidas para regulamentar as edificações, a fim de atenuar os problemas endêmicos. As transcrições nos jornais desterrenses, e as informações dos demais documentos são bastante elucidativas nesse sentido. Além de reclamarem das acanhadas casinhas de porta e janela[114], características da população dos bairros da Toca, Tronqueira e Pedreira[115], denunciavam as péssimas condições de higiene da cadeia pública[116].

O prédio, que lhe servia de sede, era pouco arejado, mal dotado de janelas para perpassar a luz e possibilitar a circulação e renovação do ar viciado, mais parecendo: "Um terrível asilo do flagelo, que uma casa de detenção e segurança[117]".

De acordo com Almeida:

> Acerca dos edifícios públicos notarei a cadeia, onde rigorosamente falando, são completamente desatendidos os preceitos mais comezinhos de higiene. Não pequeno é o número de presos nela contidos em quatro apertadas prisões. Destas, há duas que tinham suficiente número de janelas gradeadas para regular a renovação de ar e passagem de luz; o medo de evasões fez porem murar alguma dessas janelas, diminuindo, destarte, a ação do único agente (ventilação) capaz de combater a infecção proveniente dos eflúvios miasmáticos, emanados dos próprios presos e das dejeções guardadas no recinto da prisão. Nas outras duas é ainda menos franca a passagem para o ar e a luz e, conseguintemente nela reina bastante umidade[118].

Valoravam-se a viciação do ar pela sua má circulação, a pouca iluminação solar, a umidade excessiva, a escassez de janelas como fatores determinantes da falta de salubridade dos ambientes fechados. A organização e limpeza da cadeia pública ficavam prejudicadas pelo impedimento da "ação do único agente (ventilação) capaz de combater a infecção, proveniente dos eflúvios miasmáticos, emanados dos próprios presos, e das dejeções guardadas nos recintos das prisões [...][119]".

Seguindo as prerrogativas científicas desse momento histórico, sopesava o próprio habitat de Desterro, considerado um agar nutriente para a disseminação de

---

[113] COSTA, 1999 p. 124.
[114] CABRAL, 1979. p. 209.
[115] ALMEIDA, 1864, p. 43.
[116] Biblioteca Central da UFSC. Fala do 3º Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Severo Amorim do Valle, 1º de março de 1849, p. 24.
[117] ALMEIDA, 1864, p. 43.
[118] Ibidem p. 42.
[119] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

agentes mórbidos. Sua posição geográfica lhe era desfavorável; o solo arenoso dificultava a absorção da água da chuva, formando terrenos pantanosos; a umidade excessiva embaraçava a resolução dos problemas de saúde; os ventos pouco auxiliavam na purificação do ambiente urbano, e as variações climáticas corroboravam para desencadear doenças respiratórias e viciar o ar[120].

Para Almeida, em virtude da sua intensa umidade, Nossa Senhora do Desterro ficava a mercê de uma grande diversidade de doenças, estando exposta a febres intermitentes e a erisipela, "doenças que seriam muito mais freqüentes e perigosas se as variações da terra e do mar não purificassem quotidianamente o ar[121]".

Em 1863, a população desterrense contava com sete mil habitantes, registrando altos índices de mortalidade, se comparado com outras localidades, como o Rio de Janeiro ou a França. No quadro estatístico que consta em anexo ao trabalho de Almeida, a mortalidade em Desterro alcançou o índice de 5,3% no ano de 1863, enquanto que no Rio de Janeiro, cidade estigmatizada de insalubre, era de apenas 2,5%.

Ao citar a cidade de Marselha, na França, local altamente insalubre na sua opinião pessoal, já que recebia todos os canos de despejos da cidade, ele afirma que o seu índice de mortalidade não ultrapassava a 3%. Por outro lado, assevera que na Inglaterra, para que se fizessem inspeções em uma cidade, bastava que a taxa de mortandade excedesse 2,3%[122].

Na seqüência das suas comparações, ele explana sobre a baixa expectativa de vida em Desterro, demonstrando que a longevidade dos seus habitantes não costumava superar os vinte e seis anos, na década de 1860. Essa baixa qualidade de vida já havia sido suplantada pela França há algum tempo, sendo esse índice comum em meados do século XVIII, quando as condições higiênicas e sociais de existência eram lamentáveis[123]. Com a entrada do século XIX, a expectativa de vida em França aumentou consideravelmente, alcançando os vinte e oito anos e nove meses no ano de 1802. Em meados do século, a média de vida cresceu ainda mais,

[120] Ibidem, p. 19.
[121] Ibidem p. 5.
[122] Ibidem p. 16.
[123] Ibidem, p. 17.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

adentrando na casa dos trinta anos de idade: “tal tem sido a influência da civilização e do progresso[124]”.

Almeida se utiliza dessas comparações, com o objetivo de provar que Nossa Senhora do Desterro tinha péssimas condições de salubridade. Na sua opinião, a baixa expectativa de vida e as altas taxas de mortalidade estavam relacionadas à veiculação dos miasmas pela água contaminada e pelo ar.

Almeida alerta para o problema do envenenamento do ar pelo hidrogênio sulfuretado, agente tóxico, perceptível nas desembocaduras do riacho que atravessa o centro da cidade – o qual parece se tratar do Rio da Bulha (onde atualmente se localiza a rua Hercílio Luz). Assim, os arrabaldes do Rio da Bulha e da Ponte do Vinagre ganharam destaque no trabalho de Almeida por serem focos de infecção, concentrando, segundo ele, o maior volume de sujeira e miasmas da cidade. Ele considerava esse gás altamente mortífero, acreditando que, mesmo quando inalado em pequenas quantidades, envenenava minúsculos animais:

> Estas margens, quase desde a origem do arroio, servem de depósito de imundícies, mas é, sobretudo da rua do Vigário para o mar, que se observa em maior escala semelhante abuso. O que aí se vê é realmente inaudito; por toda a parte, montes de lixo já estratificado; lagos de urina podre em alguns pontos (na beira de um riacho!); aqui e ali cadáveres dispersos de cães, gatos, ratos, galinhas e em períodos mais ou menos avançados de putrefação; restos de tudo, objetos putrescíveis ou não, tudo aí se encontra; até já tive ocasião de ver um colchão de cama de casados apodrecer lentamente em uma poça d’água e urina! Isto tem lugar no centro de uma cidade[125]!

Por outro lado, as notícias nos jornais indicam preocupações com as desordens urbanas, os surtos epidêmicos, os limitados recursos para manter a limpeza da cidade, a contaminação das fontes, enfim, todo um conjunto de condições necessárias à manutenção da saúde pública pela administração local.

Os periódicos locais estavam em constante alerta sobre a ocorrência de epidemias nas demais Províncias brasileiras ou mesmo em outros países como França e Inglaterra.

Apesar das iniciativas governamentais para conter os distúrbios, ocasionados por práticas costumeiras, que deixavam um rastro de “imundícies”, de

[124] Ibidem Idem.
[125] Ibidem, p. 45.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

onde emanavam os “odores nocivos”, as soluções apenas atenuavam os transtornos, sendo que uma grande parte delas sequer saía do papel[126].

Na avaliação de Almeida, o solo da Ilha apresentava aspectos negativos, pois sua constituição argilosa, pouco permeável à absorção das águas da chuva, facilitava a formação de pântanos insalubres. Falando sobre o tipo de solo da Ilha, ele explica que advinha dele a má absorção de água, formando alagadiços em diversos pontos da cidade, como nas proximidades da Rua do Passeio e Mato Grosso, ou mesmo entre as ruas da Tronqueira e Fonte Grande[127].

Do mesmo modo, ele acreditava que a variação térmica era danosa à saúde, porque as repentinas oscilações da temperatura atuavam patologicamente sobre os órgãos torácicos, provocando doenças pulmonares, como a pneumonia, a asma e a bronquite[128].

Quanto à contaminação dos riachos, em virtude de receberem diariamente despejos e águas servidas, a solução estaria em canalizá-los em sua orige, ainda puros, para fornecerem água à cidade. Neste caso, transformar-se-ia um foco de infecção em uma fonte de benefícios[129].

As iniciativas governamentais procuravam proteger as poucas fontes que ainda não estavam contaminadas, na tentativa de evitar sua inutilização, ou sua contaminação por lavagem de roupas infectas dos hospitais, pelo depósito de imundícies e pelo sabão das lavadeiras[130]. O uso das fontes públicas pelas lavadeiras, como modo de subsistência, já que nelas desempenhavam os seus afazeres, deixava poucas alternativas para as autoridades locais sanarem o problema.

As Posturas Municipais regulamentavam os lugares permitidos para a lavagem das roupas hospitalares, cominando pena a quem descumprisse a lei, tentando, dessa forma, suavizar os efeitos danosos às fontes públicas:

> As roupas dos Hospitais só poderão ser lavadas nos desaguadouros dos rios, juntos ao mar; de modo que as águas em que forem lavadas não

[126] CABRAL, 1979, p. 231.
[127] ALMEIDA, 1864, p. 20.
[128] Ibidem Idem.
[129] Ibidem, p. 24.
[130] CABRAL, 1979, p. 196.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> sirvam mais. Os contraventores serão multados em 4$000 réis e nas reincidências em 8$000 réis e quatro dias de cadeia[131].

Apesar das proibições, as contravenções prosseguiam, já que a aplicabilidade da lei dependia de uma enérgica fiscalização, o que, na prática, não ocorria. As posturas, pouco profícua para garantir o asseio público, não conseguiam coibir as práticas costumeiras, o que pode ser observado por meio das suas reedições[132].

Outra preocupação das autoridades locais dizia respeito aos despejos feitos pelos moradores da cidade. Lançava-se mão de alguns procedimentos para eliminar as águas servidas e os dejetos, despejando-os em qualquer lugar da cidade, já que inexistia o sistema de esgoto, o qual só foi implantado na cidade no início do século XX[133].

A Câmara Municipal do Desterro se pronunciou em relação ao assunto, afirmando que determinaria os lugares e o horário em que seriam permitidos os despejos. Enquanto isso não ocorria, eles deveriam ser feitos no mar, concorrendo para piorar o cheiro e a limpeza das praias.

> A Câmara designará diferentes lugares próprios para neles se fazerem os depósitos de imundícies e enquanto estes se não designam se lançarão estas ao mar. Os contraventores serão multados em 2$000 réis e pagarão a despesa que o fiscal fizer com a remoção, respondendo o senhor ou amo, pelo escravo ou criado, e estes serão postos em custódia até o pagamento: esta reclusão, porém, não poderá exceder a oito dias[134].

O hábito de deitar os excrementos janela abaixo, que “enxovalhavam” as ruas, isso quando não atingiam a quem passava, trazia à tona ferrenhas discussões entre os políticos da Câmara Municipal e da Assembléia Legislativa Provincial, os quais tentavam sanar o problema considerado uma ofensa pública, acabando por decretar que: “Ninguém poderá lançar a rua corpos sólidos ou líquidos que possam prejudicar ou enxovalhar a quem passa, sob pena de 2$000 de multa, sem prejuízo de indenização ao prejudicado[135]”.

---

[131] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei n° 222, de 10 de maio de 1845. capítulo 2°. artigo 25.
[132]CABRAL, 1979, p. 181.
[133]ARAÚJO, Hermetes dos Reis. A invenção do litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(PUC/SP), 1989 p. 23.
[134] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei n° 222, de 10 de maio de 1845. capítulo 2°, artigo 21.
[135] Ibidem. capítulo 3° artigo 50.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Com relação aos maus odores, não é necessário ter a sensibilidade olfativa de Grenouille[136] para constatar que, as cidades brasileiras até o final do século XIX, a exemplo de um grande número de cidades do mundo ocidental, estavam carregadas deles[137]. Em Desterro, a percepção dos maus odores como um malefício à saúde e o discurso em relação aos hábitos que, por produzirem esses odores passaram a ser considerados insalubres, remontam à primeira metade do século XIX, ganhando uma ênfase maior nas colunas dos jornais da segunda metade do século.

De qualquer forma, o que está em questão não são apenas os "cheiros nauseabundos" que pairavam no ar, mas as implicações introduzidas pela sua percepção como um incômodo. Dessa preocupação com os maus odores, considerados agentes etiológicos das doenças, emergiram metáforas associativas entre as doenças e a decrepitude física e moral.

O saber médico sobre os odores perpassou para a esfera pública, norteando as ações para controlar as condutas, por meio de leis, decretos, decisões e vigilância institucional. Adentrando no campo político, os artifícios utilizados pelo saber científico reforçaram as intervenções, no cotidiano da população e no espaço urbano, o qual necessitava ser reformulado.

É Justamente essa reformulação, iniciada no campo das idéias para, posteriormente, adentrar no da prática, que se priorizou enfatizar neste trabalho, ou seja, o singular, o fragmentário, o que estava sendo produzido enquanto pensamento e as pequenas reformas do ambiente citadino.

Quanto aos problemas de higiene, incontáveis desde a colônia, alcançaram um grande volume durante o final do século XVIII e início do XIX, com freqüentes epidemias que assolavam a população, levando à morte um número considerável de pessoas. No Brasil, de modo geral, a história da Medicina passou por etapas distintas e interligadas.

A teoria dos miasmas caiu por terra a partir dos experimentos de Louis Pasteur (1822–1895) e Robert Koch (1843-1910), na segunda metade do século, quando ficou comprovado a existência de microorganismos causadores de doenças infecto-contagiosas. Essa concepção científica demorou a ser reconhecida na

[136] Grenouille é um personagem do livro O Perfume, que assassinou uma jovem, extraindo a essência do seu odor corporal, fabricar um novo e incomparável perfume. SUSKIND, Patrick; KOTH, Flávio Rene. O perfume. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.
[137] SLEMIAN; PIMENTA, 2003, p. 20.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Europa, sendo que a sua veiculação, no Brasil, remonta ao início do século XX. Pasteur fez cair por terra a doutrina da geração espontânea, demonstrando a impossibilidade da matéria organizar a si mesma, ganhando vida própria.

Em uma de suas experiências, Pasteur submeteu um meio de cultura a um processo de aquecimento, demonstrando que esse procedimento eliminava os germes. No seu famoso experimento com frascos de "pescoço de ganso", Pasteur provou que:

> "[...] nada no ar – fosse o oxigênio ou outros gases, fossem os fluidos, a eletricidade, o magnetismo, o ozônio ou algum agente desconhecido ou oculto – era necessário para a vida microbiana, a não ser os 'germes' carregados pela poeira atmosférica[138]".

Assim, fez ruir o grande pilar de sustentação da teoria dos miasmas, ou seja, a hipótese de que os maus odores eram agentes patogênicos.

O desconhecimento da microbiologia, e a falta de aperfeiçoamento do microscópio, suscitavam uma série de conjecturas em cima do que não se via. As "emanações mefíticas" preocupavam as autoridades locais, que tomavam medidas sanitárias, tendo como fio condutor a concepção científica em voga sobre o adoecimento.

Veiculados pelo ar, considerados partículas invisíveis, nocivas à saúde, causadoras de destruição, morte, peste, contaminação e moléstias, os miasmas freqüentavam ardorosamente a santa missa. O mau cheiro deixado pelos enterramentos dentro das igrejas, logo pôs em alerta os letrados da terra que, esclarecendo sobre os riscos e inconvenientes de tal prática, apontavam como saída a construção de cemitérios fora dos muros da cidade.

> Desejando a Assembléia Legislativa Provincial, por uma medida legislativa, fazer cessar o pernicioso costume de inumar-se os cadáveres dentro das igrejas, e em cemitérios no centro da cidade, obrigando a todas as Irmandades, Confrarias, Ordens 3ª e a fábrica (?) da Igreja Matriz a fazerem catacumbas, carneiros ou quaisquer outras espécies de jazigos e que os corpos devam sepultar ns terrenos cujo uso fruto foi concedido à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e que foi julgado próprio para semelhante fim pela sua Comissão De Saúde Publica [...][139].

[138] GEISON, 2002, p. 10.
[139] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Caixa 37. nº 83. Registro de Ofícios 1839. Manuscritos, 59 folhas. Ofício da Assembléia Legislativa Provincial à Câmara Municipal do Desterro. Sessão de 03 de janeiro de 1839.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

A construção do cemitério público pôs fim a reiteradas críticas sobre a prática insalubre de se sepultar os cadáveres no interior das igrejas, representando uma reformulação nas práticas de enterramentos.

> A comissão especial encarregada de dar seu parecer acerca do melhor local extramuros onde se possa estabelecer um cemitério público apresentou o mencionado parecer indicando a ponta do estreito para abranger o terreno contíguo à Fonte de Santa Ana, porque em qualquer sentido q corram as enações sempre ficará ali isenta de tudo a infecções[...][140].

Segundo Sara Regina de Souza, o vigário Monsenhor Manoel Joaquim da Paixão, pároco da igreja Matriz, expôs o problema dos enterramentos dentro da igreja ao vice-presidente da província, alegando que o fétido dos corpos sepultados causavam grave incômodo e que dele já todos se queixavam[141].

Em 1840, o Presidente da Província aprovou a desapropriação de um terreno, no caminho para o estreito (onde hoje se localiza a cabeceira da ponte Hercílio Luz) para a construção do cemitério público de Desterro, que acabou por ser inaugurado no ano seguinte:

> Fica verificada a necessidade pública de se desapropriar do cidadão José Vieira de Castro o terreno, que, no caminho do estreito, forma a sua chácara, a fim de nela fundar-se um cemitério público, fazendo o Presidente da Província proceder a desapropriação pela forma estabelecida no artigo 6º e seguinte Lei Provincial nº 37 de 31 de maio de 1836[142].

Essas considerações a respeito do local apropriado para se fazerem os enterramentos estavam sendo tecidas também em outras regiões, como no Rio de Janeiro e na Bahia. A respeito do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, na Bahia, o médico Antônio José Alvez afirmou que:

> Quem não conhece os inconvenientes de um tal Cemitério naquele lugar, não só pela sua vizinhança imediata com a cidade, como ainda, e principalmente pela sua posição sobre uma as fontes públicas que fornece água para um grande bairro desta cidade? Quem desconhece que as águas da fonte do gravatá devem empestar a quem delas servir-se? O terreno do cemitério domina esta fonte; as chuvas devem dissolver a matéria dos cadáveres em putrefação: esta solução vai nutrir aquela fonte. No tempo

[140] Ibidem. Ofício de 21 de junho de 1839.
[141] SOUZA, Sara Regina Silveira de. A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981, p. 93.
[142] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1835-1840. Lei de 22 de abril de 1840.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> mesmo em que grande número de Africanos morreu nesta cidade, não me recordo porque causa, esta água se tornou insuportável até o cheiro[143].

Com relação a cidade do Rio de Janeiro, as mesmas ponderações foram feitas a respeito do inconveniente de se fazer as inumações intramuros. Segundo uma tese médica produzida para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1846:

> [...] a influência perniciosa das inumações praticadas intramuros, dessa prática secular que além de ser indecorosa e, manifestamente, contrária ao respeito e majestade que devem presidir a casa do Senhor é sobremaneira anti-higiênica e exerce sobre a maioria dos enfermos uma influência poderosa e funesta [...][144].

Em Desterro, a remoção do Cemitério Público para as imediações do Estreito tinha como objetivo afastar o perigo dos miasmas. O ar atmosférico, por ser considerado o seu principal veículo, acabou se transformando em um elemento importantíssimo para a ciência, ocupando a posição de substância elementar à vida. Por esse motivo, iniciaram-se diversas teorizações e análises, que buscavam desvelar sua composição química, sua forma de atuação e sua influência nos ambientes.

A viabilização do Cemitério Público Desterrense, cujas obras foram concluídas em 1841, foi um marco importante na modificação higiênica da cidade. Em 1842 aprovou-se o seu regulamento, com um respectivo mapa, no qual deveriam ser registrados alguns dados pessoais sobre os mortos, que ganhassem sepultura no cemitério[145.]

Esse registro ficava ao encargo do administrador do cemitério, que tinha por obrigação lavrar termo de enterramento, no qual deveria constar o nome do falecido, a naturalidade, a idade, a cor, o estado civil, a data do falecimento, o nome do pai e da mãe e, sendo casado, o nome do seu cônjuge. No caso de falecimento de

---

[143]Fundação Biblioteca Nacional. ALVES, Antônio José. Considerações sobre os enterramentos. Tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Tipografia de Epifanio José Pedrosa, 1841 p.9.

[144] Fundação Biblioteca Nacional. PASSOS, José Ferreira. Breves considerações sobre a influência perniciosa das inumações praticadas intramuros, precedidas de um epítome histórico relativo à matérias. Rio de Janeiro: Tipografia de Teixeira e Companhia, 1846 (prólogo).

[145] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Lei nº 172, de 6 de maio de 1842, artigo 3º.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

militares, a data da morte deveria ser fornecida pelo cirurgião mor do Hospital Militar e pelo respectivo comandante[146].

Em se tratando do falecimento de escravos, além de todas as informações anteriores se acrescentava o nome do dono. Era também responsabilidade do administrador do cemitério*:* "Vigiar que não entrem dentro do cemitério cães ou outros animais que possam revolver as sepulturas, bem como que o recinto do cemitério esteja sempre no melhor estado de asseio[147]**"**.

Em 1845 o Código de Posturas regulamentou que:

> Nenhum corpo será dado a sepultura sem a prévia participação do subdelegado respectivo na cidade e freguesias, e ao inspetor de quarteirão nos distritos, declarando-se o lugar em que se vai fazer o enterro, apresentando-se certidão do facultativo que o houver assistido, na qual se declare a enfermidade de que morreu, a sua duração, a hora da morte e a morada do falecido[148].

Apesar do desenvolvimento científico ser bastante fleumático nessa época, o crescimento das cidades e a aglomeração das habitações deram volume às preocupações com o ar atmosférico. A disposição das habitações, ruas e praças deveriam ser feitas de modo a permitir a sua melhor circulação.

> A maneira porque são dispostas entre si as habitações particulares, que compõem as cidades, ou em outros termos a disposição das ruas e praças públicas influem muito na salubridade das cidades.
> A maior parte dos autores são de opinião que as ruas sejam largas. As vantagens que oferece esse aumento de extensão transversal são numerosas: então o ar circula facilmente, a luz penetra nas partes mais baixas das casas, o secamento das ruas torna-se fácil, e as habitações lateralmente situadas se ressentem das influências salutares[149].

Associados ao ar atmosférico, os "agentes deletérios" minavam as condições de salubridade da população. Assim sendo, a prática de enterramentos nas igrejas passou a ser taxada de insalubre.

> O volume limitado de ar, que em geral nunca se desloca pela viciosa construção de nossos templos, devendo, necessariamente abastardar-se pelo motivo das exalações mefíticas, que depreendem de si tantos focos de

[146] Ibidem Idem.
[147] Ibidem, artigo 6º.
[148] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, Capítulo 1º, artigo 1 º.
[149]Fundação Biblioteca Nacional. ALMEIDA, Pedro José de. Algumas considerações higiênicas acerca das habitações. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia e livraria Francesa, 1845, p. 19.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> infecção, e impressionando sobre as massas, que concorrem a esses lugares de devoção, ocasiona esses acidentes aterradores, tantas vezes observados, e tanto mais temíveis, quanto habitamos em um país intertropical, aonde o sul dardeja seus raios perpendicularmente, e os fenômenos da putrefação se efetuam de um modo pronto e decisivo[150].

Comumente, enterravam-se as pessoas apenas envoltas em esteiras, quando muito enroladas em mortalhas. Raramente se faziam sepultamentos em caixões e, quando isso ocorria, esses eram mal vedados, exalando o fétido odor dos corpos em putrefação para dentro das igrejas. Além disso, o sepultamento feito direto no solo, sem a mortalha, passou a ser considerado um ato imoral.

Por esse motivo, as Posturas Municipais de Desterro, do ano de 1845, proibiram o enterro de escravos, indigentes, mendigos e desvalidos sem mortalha, o que não significou muita coisa em termos de alterações na salubridade urbana, já que a contaminação solo e os maus cheiros dentro das igrejas não se extinguiram com tal medida:

> Fica proibido o uso desumano de mandar enterrar os escravos envolvidos em esteiras, e sem mortalha, sob pena de 4$000 réis de multa. Nenhuma pessoa por mais miserável que seja, será levada à sepultura sem ser envolvida em mortalha de qualquer estofo. A respeito das pessoas miseráveis cuja pobreza for atestada pelo juiz de paz, os fiscais farão conduzir os cadáveres ao cemitério público, amortalhando-os a expensas da Câmara, cuja despesa se limitará, unicamente ao que exige a decência e humanidade[151].

As práticas consideradas insalubres, por representarem a perspectiva da infecção dos corpos pelos ares corrompidos, estavam interligadas a concepções bastante antigas sobre a saúde. “Os egípcios admitiam um princípio infeccioso aderido às fezes, os romanos drenavam os pântanos e os gregos zelavam pelos corpos e acendiam fogueiras para purificar o ar[152]”. Demonstra também a influência exercida pela medicina Hipocrática. Ao tratar do assunto dos enterramentos, o Dr. José Ferreira Passos[153], assevera na sua tese que:

---

[150]Fundação Biblioteca Nacional. PASSOS, José Ferreira. Breves considerações sobre a influência perniciosa das inumações praticadas intramuros, precedidas de um epítome histórico relativo à matérias. Rio de Janeiro: Tipografia de Teixeira e Companhia, 1846 p. 12.

[151] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, p. 209, artigo 23.

[152]SEVALHO, Gil. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. Cadernos de saúde pública. v. 9. nº 3. Rio de Janeiro Julho/setembro 1993. (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300022&script=sci_arttext).

[153] Médico formado no ano de 1846 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> Na Grécia, a inumação era a prática ordinária; todavia os corpos dos soberanos e dos grandes generais célebres por seus feitos d'armas eram resíduos as cinzas, que se guardavam em urnas do apurado lavor. A história nos mostra que nesse país se observava o preceito higiênico de enterrar-se fora dos limites das povoações; e legisladores mui judiciosos a consignaram em seus códigos. Cecrops em Atenas, avisado sem dúvida pela experiência, não consentia que os mortos fossem sepultados nos recintos da cidade, seus nobres esforços em prol da higiene pública foram algum tempo depois imitados pelo sábio Sólon que, com a força do gênio desenvolveu e pôs em inteiro vigor o pensamento daquele grande homem[154].

Esse tipo de preocupação pode ser percebido em Desterro a partir das altercações acerca do lugar apropriado para fazer a construção do cemitério público da cidade, que acabou sendo definido no ano de 1840.

Ao perigo invisível dos miasmas somava-se o risco dos maus odores, misturando-se em uma delgada trama associativa, cuja tessitura fatalmente incluirá um adendo que identifica os protagonistas dos transtornos: as categorias sociais denotadas de ignóbeis[155], nocivas à saúde pública por sua lascívia, comportamento imoral, desregramento, indisciplina e falta de civilidade.

A associação degenerativa ratificou a segregação e a exclusão, instrumentalizando o Estado para realizar o controle da "arraia miúda". A expensas de reações, protestos e resistências[156], esse longo processo foi sedimentando um discurso desqualificador do padrão cultural da maior parte dos habitantes de Desterro, sem lhe oferecer grandes alternativas para a inclusão e adequação a um modelo de cidade moderna, que será finalmente consolidado na República.

Outrossim, o aperfeiçoamento do microscópio assinalou um importante avanço tecnológico, assumindo um papel fundamental e indispensável na produção do conhecimento científico. Assim, no final do século XIX inicia-se a reformulação do saber médico, com ênfase no controle científico das doenças infecto-contagiosas, o qual deveria principiar pela decodificação dos agentes patogênicos e pela formulação de métodos profiláticos.

O conhecimento pré-pasteuriano estava muito aquém de desvendar os mistérios do adoecimento, tendo como fio condutor os princípios da geração espontânea, a teoria dos miasmas, os postulados sobre os maus humores e as

---

[154] PASSOS, 1846, p. 2.

[155] Encaixa-se nessa categoria as prostitutas do bairro da Figueira, os moradores dos cortiços da Tronqueira, ou ainda os pescadores habitantes do bairro da Toca, todos eles mal afamados segundo o Dr. Almeida. Apud ALMEIDA, 1864, p. 43-47.

[156] Resistências que podem ser percebidas a partir da quebra da norma vigente, ou seja, observando-se as desobediências ao Código de Posturas Municipais de Nossa Senhora do Desterro.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

conjecturas sobre a influência deletéria da moral, no desenvolvimento e contágio das doenças.

As convicções científicas trilhavam o caminho das ameaças manifestadas pelo ar atmosférico, cuja sensibilidade olfativa denunciava a ojeriza às emanações mórbidas. O ar infecto, protagonista funesto das enfermidades e contaminações, evocava a busca de mecanismos, que permitissem sua purga. Ao medo das exalações mefíticas juntava-se a repulsa aos pobres, cujo cheiro estava associado aos odores nauseantes.

Em Nossa Senhora do Desterro fazia-se o atendimento médico basicamente no Hospital de Caridade e no Hospital militar. O Hospital de Caridade vivia abarrotado[157], atendia aos doentes, alojava os mendigos e as crianças deixadas na roda dos expostos. Quanto ao Hospital Militar, a situação em que se encontrava, podia ser percebida pelo cheiro dos seus cômodos, conforme relata O Catharinense em 1831:

> Saiba o respeitável público que fui há dias visitar o Hospital Militar, onde algum dia terei de ser curado (o que Deus não permita). Ao entrar na sala dos enfermos, que parecia nunca ter sido perfumada, se deixava sentir um cheiro horrível, um ar pútrido, carregado de pestíferos, miasmas; o mau arranjo de tudo que se apresentava as vistas dava bem a conhecer o zelo e interesse do piedoso facultativo, encarregado de aliviar o sofrimento dos bravos militares que caem nas implacáveis unhas de S. S. (que julga ser o Sr. Lima)[158].

Os ambientes hospitalares, lugares que conglomeravam toda a sorte de enfermos, além de recolher os desvalidos, os necessitados e as prostitutas sifilíticas, alarmavam as autoridades locais, e causavam a apreensão aos habitantes.

---

[157] Os deputados José da Silva Mafra, Antônio Joaquim de Serqueira e Prestes da Fontoura, afirmavam que as acomodações do Hospital de Caridade não davam conta de atender a população. Apud Centro de Memória da ALESC.Livro de Ofícios da Província de Santa Catarina 1835-1848. Parecer nº 04, de 27 de abril de 1835. Os deputados José da Silva Mafra, Antônio Joaquim de Serqueira e Prestes da Fontoura, afirmavam que as acomodações do Hospital de Caridade não davam conta de atender a população.

[158] Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Setor de Obras Raras. Jornal O Catharinense, Ano I, nº 02, de 18 de agosto de 1831, p. 10.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Cabral considera que, nas imediações do Largo da Matriz, passagem obrigatória a quem desembarcava no porto de Desterro, a percepção olfativa era das piores, "[...] alcançando, nos dias do vento sul, até os confins do Mato-Grosso [...][159]". Aos maus odores, provenientes dos incômodos tigres - que abarrotados de dejetos passeavam pela cidade, no cair da noite - misturavam-se os eflúvios emanados da decomposição de restos de peixe, abandonados a céu aberto para os urubus se banquetearem.

Para as autoridades locais, a decomposição das matérias orgânicas, promotora de um nauseante fenômeno odorífico, não cessava de causar incômodos, desencadeando, igualmente, os protestos nos periódicos. Para atenuar os distúrbios orquestrados pelos despejos, a Câmara tratou de determinar que: "Depois do toque de recolher, é permitido o despejo ou limpeza no mar, cujas vasilhas voltarão lavadas. Os contraventores, sendo livres, serão multados em 2$000 réis, ou em dois dias de prisão, e sendo escravos, serão punidos policialmente[160]".

O consentimento dos despejos no mar se baseava na idéia de que as águas levariam embora os dejetos, evitando o retorno dos maus cheiros e o acúmulo da matéria fecal pela cidade.

No século XIX, inexistia a noção que se tem contemporaneamente da praia, servindo esta de receptáculo para toda a sorte de dejetos, canos de esgotos, lixo e resíduos.

Apesar disso, as indicações de banhos de mar, como terapêutica para as enfermidades, já eram feitas por alguns médicos, como José Ferraz de Oliveira Durão, que os prescrevia para o tratamento das doenças, desde que se observasse a limpeza do local. Segundo ele, a composição química da água do mar teria a capacidade de purificar o ar:

> Os viajantes que tem residido nas Antilhas afirmam que as tempestades, que ali tem lugar em diversas épocas, tem ao menos a vantagem de agitar, e renovar o ar, modificando as suas qualidades prejudiciais; debaixo de cuja influência as moléstias rebeldes desaparecem espontaneamente, e epidemias mortíferas suspendem a sua marcha. No inverno, as camadas aquosas, que formam a superfície do mar, sendo privadas de uma porção de seu calor, tornam-se mais densas e tornam-se inferiores a aquelas que as tocam imediatamente; estas se elevam, e ocupam o lugar das primeiras,

[159] CABRAL, 1979, p. 67.
[160] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, p. 209.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> e achando-se em contato imediato com o ar frio, elas lhe cedem sua porção de calor excedente[161].

Do mesmo modo que se delegavam poderes às faculdades do ar atmosférico, defendia-se a idéia de que a brisa marítima possuía uma ação benéfica sobre o sistema orgânico, auxiliando-o na sua desintoxicação e, por extensão, melhorando o seu funcionamento.

> Os médicos ingleses tiram grande proveito da atmosfera marítima em muitas moléstias: eles aconselham principalmente as pessoas afetadas da dispepsia (problemas gástricos), e de diferentes estados mórbidos da mucosa brônquica, que são acompanhadas de expectoração e caracterizadas por atonia (debilidade): pelo contrário, eles afastam do ar marítimo os indivíduos que sofrem de afecções brônquicas com secura e irritabilidade das membranas sofredoras[162].

Uma vez que se considerava o ar atmosférico veículo da saúde e da doença, as condições que alteravam os seus componentes, como: os ventos, o mar, as "emanações mefíticas", a pressão, a temperatura e a umidade, determinariam a salubridade de um local, atuando, ao mesmo tempo, na fermentação das matérias orgânicas.

Os médicos afirmavam que, para se manter a saúde, ou para recuperar o paciente em alguns tipos de moléstias (em especial nos estados mórbidos bronco-pulmonares), tornava-se necessário evitar locais carregados de miasmas. A prática consistia em fugir de onde houvesse grandes aglomerações, ou de purificar o ar com a queima de barris de alcatrão, incensos, essências, ervas ou mesmo fumando charutos perfumados.

Em Nossa Senhora do Desterro, a elite possuía chácaras de descanso para evitar contaminações em caso de epidemias. Assim, quando alguma moléstia insinuava tomar a cidade, a elite refugiava-se nelas, até que o perigo fosse afastado. Essa prática, segundo a historiadora Joana Maria Pedro, atesta a riqueza acumulada pelos comerciantes de Desterro, durante a segunda metade do século

---

[161]Fundação Biblioteca Nacional. DURÃO, José Ferraz de Oliveira. Breves considerações acerca do emprego higiênico e terapêutico dos banhos de mar. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia de Teixeira & Companhia, 1845, p. 4.
[162] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

XIX[163], representando “uma espécie de refúgio, em especial nos tempos de epidemias, para fugir aos ‘miasmas’ da cidade[164]”.

1.3 A CATARSE DO CORPO SOCIAL

A introdução do africano na composição étnica da nação, fruto de uma economia agro-exportadora espoliativa, que foi praticada durante anos por Portugal no Brasil colônia, foi diagnosticada como onerosa, revivificando os vínculos internos com o passado colonial. Afirma Schwarcz que, de acordo com o naturalista Karl Friedrich Von Martius, que esteve no Brasil entre os anos 1817-1820: “Não há dúvidas que o Brasil teria tido uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros[165]”.

Na confluência de múltiplos interesses, reverberava-se a respeito do fim do comércio de escravos, o que veio a ocorrer com a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico negreiro em 1850. Em última instância, a ruptura do tráfico apartou o Brasil das pressões britânicas[166], abrindo precedentes para que se viesse a substituir a mão-de-obra escrava por braços europeus.

Seguindo o projeto de construção de uma nação brasileira homogênea[167], visando solucionar o problema da escassez de braços destinados ao trabalho da terra, incentivou-se, na segunda metade do século XIX, a vinda de imigrantes europeus, abrindo-se com isso, a perspectiva de se fazer uma limpeza étnica.

Em Santa Catarina, tem-se notícia da proibição da entrada de escravos como artigo de comércio já no ano de 1844:

> Desde já fica proibida a introdução de escravos na Província como artigo de comércio, e serão postos em custódia para serem reexportados pelo introdutor os que entrarem até o último de agosto do corrente ano. Desta época em diante, os introdutores além da reexportação pagarão da cadeia para as despesas da província duzentos mil reis por cada escravo importado.
> Se dos escravos mandados depositar, para serem reexportados na forma que dispõe a primeira parte do artigo antecedente, algum for vendido na

[163]PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994, p. 30.
[164] Ibidem Idem.
[165] RIHGB, 1844. Apud: SCHWARCZ, 1993, p. 112.
[166] ALENCASTRO Luiz Felipe de. História da Vida Privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Editora Cia das letras, 1999, p. 29.
[167] PIMENTA; SLEMIAN, 2003, p. 100.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> província, pagarão a multa no mesmo artigo estabelecido, tanto o vendedor como o comprador.
> Também fica proibida desde já a introdução de libertos africanos vindos de qualquer das províncias do Império.
> A pretos livres, ou libertos, nascidos no Brasil, que vierem de fora, para serem admitidos deverão provar:
> 1° que estão livres de crimes
> 2° que tem meio de subsistência, ou indústria útil com que a ganhem[168].

Veja-se que a proibição não diz respeito apenas aos escravos vindos de fora, abarcando qualquer liberto africano oriundo de outra província, o que pressupõe objetivos, que vão além do fim do tráfico negreiro e da obediência às imposições da Inglaterra. Além do mais, a permissão da entrada de pretos livres na Província, desde que estivessem "livres do crime", tendo "meio de subsistência ou indústria útil com que a ganhem", se remete à questão da ociosidade, e do que esta poderia provocar, em termos de desordens urbanas. Parece também apontar para o estigma sobre a indolência, lascívia, preguiça e tendências ao desregramento dos escravos e libertos.

De acordo com o Dr. Herculano Augusto Lafsance Cunha, que elaborou uma tese sobre a prostituição:

> O escravo gera a preguiça, a indolência, a soberba, a vaidade e a tirania de seu senhor; opõem-se à pureza da educação, faz secar as fontes da indústria, embarga os progressos da inteligência, arrefece um pouco o fogo sagrado da religião e talvez do patriotismo; é finalmente um exemplo ativo e perene da corrupção moral. Ora, conforme o que já expendemos, estes fatos ocasionam a dissolução pública: e se o escravo produz esses males, segue-se que o escravo é uma das causas mais nervosas da prostituição entre nós[169].

A forma, como Cunha constrói seus anátemas sobre o escravo, estabelece um elo significativo entre devassidão e escravidão.

As decisões governamentais, e as medidas tomadas pela Câmara Municipal, atravancavam o espaço de sobrevivência de uma população, que vagava pelas ruas e realizava pequenos serviços. Segundo Mortari, a maior parte dos escravos

---

[168] Centro de Memória da ALESC. Livro de Ofícios da Província de Santa Catarina 1835/1848. Decreto nº 10, fl. 13. Artigos 5, 6 e 7, assinam Miguel de Souza Mello e Alvim (Vice Presidente da Assembléia) Jerônimo Francisco Coelho (1º Secretário geral da Assembléia).

[169] Fundação Biblioteca Nacional. CUNHA, Herculano Augusto Lafsance. Dissertação sobre a prostituição em especial na cidade do Rio de Janeiro. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:Tipografia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1845, p. 32.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

realizava tarefas domésticas, oferecendo rentabilidade a seus senhores, por meio do aluguel dos seus serviços[170].

Afirmação que é ratificada pelos anúncios dos periódicos locais:

> Precisa-se alugar uma escrava, que entenda de serviços internos e externos de uma casa de família, que a tiver para alugar dirija-se a casa número 15 da rua Conceição[171]. Aluga-se uma escrava que sabe lavar, cozinhar e costurar, quem a pretender dirija-se a esta tipografia que se dirá com quem se deve tratar[172].

Machado corrobora com essa linha argumentativa, ao expor que: “O escravo, que vive nas cidades, é vendedor ambulante, carrega em barris os dejetos das moradias para depositá-los nas praias, é barbeiro sangrador[173]”. Madel Luz complementa:

> Não desempenha, pois funções de maior importância. Mas apesar disso, sua presença nas cidades o levará a ocupar um lugar de destaque nos discursos da Sociedade. O escravo é visto como um agente de desordem e, assim, como um dos focos de doença das cidades[174].

Ademais, o estigma a respeito da sua imoralidade dava sustentação ao argumento de que deveriam ser mantidos sob a égide do escravismo, para que os seus hábitos fossem modificados[175]. Tolhiam-se, incisivamente, suas práticas culturais, e restringiam-se a sua presença em determinados horários e locais[176].

Limitavam-lhes os caminhos para penetrarem nas malhas sociais, mitigando os seus espaços de circulação e permanência nas vias públicas. O estigma negativo a seu respeito sedimentava as imposições legais restritivas da sua mobilidade, retaliando os seus espaços de subsistência, já que muitos tinham no

---

[170] MORTARI, Claudia. Os homens pretos do Desterro. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa senhora do Rosário (1841-1860). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS): Dissertação de Mestrado, 2000, p 48.
[171] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O conciliador nº 04, de 19 de maio de 1849, p. 4.
[172] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Novo Íris. nº 165, de 24 de outubro de 1851, p. 4.
[173] MACHADO, 1978, p. 370.
[174] LUZ, 1982, p. 127.
[175] CUNHA, 1845 p. 15.
[176] MORTARI, 2000, p. 40.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

mercado informal sua fonte de renda[177], que poderia tornar realidade a compra da carta de alforria.

As construções simbólicas, sobre a sua má índole, se encarregavam de tornar altissonantes a urgência de se tomar medidas para coibir seu desregramento, legitimando a dominação.

Nesse sentido, é válido lembrar a assertiva de Bourdieu de que:

> Os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo, assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados[178].

Aqueles que insistiam em romper com as peias impostas pelo sistema escravagista, estreitando laços de solidariedade com os escravos, caíam em descrédito, aos olhos da opinião pública. As punições se estendiam aos libertos que, ao serem flagrados em rodas de capoeiras, ajuntamentos, batuques, festas de reis, ou qualquer outro tipo de reunião “suspeita”, eram automaticamente punidos[179].

Quando ocorriam transgressões dos escravos ou forros, aplicavam-se os castigos corporais, tanto quanto fosse determinado pelo Juiz de Paz[180]. Em alguns casos, acabavam sendo enviados para os serviços forçados nas Fortaleza, ou para trabalharem nas obras de utilidade pública.

É muito provável que essa tenha sido a fórmula mais conveniente para sanar os problemas de falta de mão-de-obra, de limitar-lhes a circulação e de compelí-los a obedecer às posturas. Há que se levar em consideração a escassez de braços de trabalho especializado, a falta de funcionários para realizar os serviços básicos da cidade, tais como: a conservação das fontes, estradas, pontes, prédios públicos, o acendimento dos lampiões com óleo de baleia ao anoitecer, e a retirada dos fétidos tigres para serem despejados no mar ao cair da tarde.

Sobre o ajuntamento dos escravos, as Posturas Municipais da cidade determinavam que:

---

[177] DIAS, 1984, p. 11.
[178] BOURDIEU, 1999, p. 11.
[179] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, cap. 4, artigo 44.
[180] Centro de Memória da ALESC. Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa 1835-1848. Decreto nº 10, fl 13.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> Os que assim forem encontrados serão presos e punidos; os escravos corporalmente no dia seguinte à arbítrio do juiz, não excedendo o castigo ao número marcado na última parte do artigo 60 do código penal, sendo logo entregues a seus senhores; e os libertos com prisão correlacional por quinze dias, empregados no reparo das ruas, ou no serviço das fortalezas[181].

Ao escrever sobre a corte do Rio de Janeiro, Jurandir Malerba apresenta um ambiente urbano similar ao das demais cidades brasileiras. Apesar das especificidades de cada uma delas, existiam traços comuns entre elas. Na sua narração, sobre o dia-a-dia da população negra da corte, Malerba nos remete a uma atmosfera próxima a da cidade de Desterro, da qual os registros policiais e as noticiais veiculadas pelos jornais indicam os pequenos delitos e desordens. Algumas desordens deixam uma nítida impressão de atos de revanchismo, desforra ou desagravo:

> Pelo encarregado da patrulha no distrito da rua da Praia me foi participado que seriam nove horas e meia da noite pouco mais ou menos quando encontrara o cidadão Manoel Sabino, morador e com casa de negócio na mesma rua da Praia queixando-se de que havia quatro noites consecutivas apareciam ao amanhecer as portas da sua casa imundas e que naquele momento acabava de ver que era agente desse feito um escravo pardo de Alexandre Costa, mas querendo agarrá-lo no mesmo ato, ele se escapara. Isso mesmo foi afirmado pela escrava do mesmo Costa, que logo depois saíra da casa desse em serviço[182].

Sobre a cidade do Rio de Janeiro, Malerba informa que:

> Os sujeitos informais dessa história não contada, a caterva dos pretos, pardos de todos os tons, livres, escravos e forros, que se seguem numa listagem do cotidiano da polícia, mostram uma cidade borbulhando com pequenos conflitos, muitas vezes fatais, bandos inumeráveis de capoeiras "fazendo desordem", agressões e pequenos furtos, muita embriagues. Registros policiais há que guardam algo dos sinais dessa história submersa, ainda que pela pena oficial. A maioria das prisões tinha como causa pequenos furtos ou fugas; ou por provocação de arruaças, a que muitas vezes se associava o álcool, como estar dentro de casas e chácaras alheias, brigas ou porte de armas como navalhas[183].

---

[181] Ibidem Idem. Fl. 13.
[182] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conciliador, nº 22, de 21 de julho de 1849, p. 4.
[183] MALERBA, Jurandir. A Corte no exílio: Civilização e poder no Brasil as vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000, p. 134.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

A visualização dos pretos e pardos, fossem eles escravos ou libertos, como um perigo à ordem urbana, transparece nas Posturas Municipais da cidade de Desterro, que procuravam restringir a sua mobilidade[184].

Da mesma forma, se pode desvelar os bastidores das discussões acerca das barraquinhas de comercialização do peixe na praça pública, que se tornaram inconvenientes por uma série de controvérsias estéticas. Em última análise, o pedido de remoção se respaldava no argumento de que elas representavam um antro de concentração de "gatunos" e "vadios[185]". Partido do princípio de que a maior parte dos seus moradores eram negros e negras quitandeiras é possível inferir quem eram os "gatunos" e "vadios".

No âmbito da moralidade, responsabilizava-se a mulher escrava – taxada de lasciva e luxuriosa - pelos desvios morais e degradação das famílias. Do mesmo modo, as imigrantes pobres[186], que, segundo alguns médicos, prestavam-se aos serviços sexuais, promoviam a perdição, depravação e profanação dos lares.

Em Desterro, estavam incluídos na lista dos desclassificados os moradores dos bairros pobres da cidade, quais sejam, o bairro da Toca, da Pedreira e da Figueira, habitados por soldados, meretrizes, pescadores, lavadeiras, quitandeiras e negros e negras de ganho[187].

Com relação às escravas, as teorias médicas desdobravam-se em demonstrar o quão funesta era a prática de se utilizar delas como amas de leite. Para os médicos do século XIX, a amamentação nutria mais do que os corpos físicos dos bebês, alimentando também os seus vícios, paixões, sensualismo e erotismo. Cunha assevera que: "As escravas são amas de nossas filhas, que no leite com que as alimentam lhes instilam, na alma, o germe da corrupção que, sempre debaixo do influxo do exemplo, mais tarde frutificará, se uma educação cuidadosa não extirpá-lo[188]".

---

[184] MORTARI, 2000, p. 39.
[185] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Ata da Sociedade Patriótica Catarinense. 6ª sessão do Conselho, em 29 de abril de 1832.
[186] CUNHA, 1845, p. 32.
[187] ALMEIDA, 1864, p 43, 45 e 46.
[188] CUNHA, 1845, p. 32.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

O olhar desqualificador abarcava os negros e pardos livres, relacionando-se com estereótipo criados sobre a cultura. Condenavam-se suas práticas religiosas, os recursos e conhecimentos que utilizavam na arte de curar, como as rezas, benzeduras, as ervas e outros procedimentos considerados feitiços.

O Estado atuava no sentido de neutralizar as suas ações, mitigando suas práticas "supersticiosas" e vigiando o seu espaço de circulação[189].

O Código de Posturas de 1845 é categórico em determinar que:

> Todo o que a título de curar de feitiços ou de adivinhar, se introduzir em qualquer casa ou receber na sua alguém para fazer semelhantes curas por meios supersticiosos e bebidas desconhecidas ou para fazer adivinhações e outros embustes será multado, assim como o dono da casa, na quantia de 30$000 réis, ou em 15 dias de cadeia sendo livre e sendo cativo, será punido corporalmente[190].

As representações amalgamadas no seu padrão cultural e comportamental foram decisivas para manter a vigilância sobre eles, pois a idéia de que possuíam inclinações à lascívia, predisposições à baderna, oferecendo uma grande periculosidade para o sistema social, solidificava as medidas repressivas.

Pretextava-se que os seus costumes advinham de uma imoralidade congênita, razão que justificava as proibições da dança, ginga de capoeira, cantorias e batuque, herança cultural africana com péssima reputação.

As Posturas Municipais de Desterro procuravam delimitar os espaços permitidos à mobilidade e permanência dos escravos[191]. O medo silencioso dos desvios comportamentais, fugas, ações e reações, fez com que o governo local procurasse restringir os ajuntamentos:

> Todo vendeiro que consentir dentro do armazém, taberna ou casa de quitanda, vadios, escravos, por mais tempo do que o necessário para a compra ou venda, ou consentir nas ditas casas de negócio, quitanda ou as suas portas ajuntamentos deles, toques, danças ou quaisquer vozerias, [192]será multado em 10$000 pela primeira vez, 20$000 réis pela segunda e

[189] MORTARI, 2000 p. 39.
[190] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, artigo 31.
[191] MORTARI, 2000, p. 39.
[192]Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei n° 222, de 10 de maio de 1845.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> em 30$000 pela terceira, ou tantos dias de cadeia quanto forem os mil réis de multa pecuniária[193].

Apesar da proibição, os ajuntamentos de escravos e a sua presença nas ruas, após o toque de recolher continuavam a ser registrados:

> Da participação dada pelo comandante da polícia consta terem sido presos a ordem do subdelegado, no dia 8 por infração de posturas, a preta Antonia, escrava de Jozé de Souza Lobo e Jozé, escravo de João Antônio Martins, assim como também constar ter sido encontrado pela patrulha da Figueira o armazém de Joaquim Ignácio da Silveira aberto, isto a uma hora depois da meia noite e, dando-se parte ao mesmo Silveira, não encontrou falta alguma, atribuiu-se esta abertura da casa de ter sido mal fechada[194].

Persistia a burla das normas pré-estabelecidas, astuciosa criação cotidiana, que revivifica as artimanhas da sobrevivência. A inexistência de um domínio de todos os setores da vida cotidiana estabeleceu um jogo de forças, cujo movimento pendular, ora beneficiava o Estado, ora atravancava suas ações, dificultando a instituição de práticas sociais homogeinizadoras e possibilitando o emprego de estratégias de burla, resistência e desobediência ao poder instituído.

Desse modo, infere-se, que o processo de controle social possuía uma dinâmica cíclica: por um lado, a ruptura com as regras estabelecidas reforçava as práticas coibitivas; por outro, as iniciativas para extinguir com os hábitos sociais de um grupo incitavam a utilização de mecanismos de burla[195].

A edificação das teorias raciais teve como substrato o padrão moral e cultural, criando representações que se tornaram partícipes das relações de forças e da articulação do poder. Validava-se o postulado de que os escravos eram os grandes inimigos da disciplina, da obediência e do trabalho.

Apesar de Nossa Senhora do Desterro sobreviver do pequeno comércio e do funcionalismo público, contava com um número considerável de escravos e libertos. No ano de 1832, a cidade possuía apenas 7207 habitantes, sendo que 4721 tinham

---

[193] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, artigo 35.

[194] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conciliador, Ano I, nº 81, de 12 de fevereiro de 1849, p. 4

[195] Os trabalhos informais das lavadeiras e quitandeiras, por exemplo, coibidos pelas posturas municipais, nem por isso deixavam de ser exercido por elas. Do mesmo modo, as danças, capoeiras batuques e ajuntamentos após o toque de recolher, combatidos frontalmente pelo Código de Posturas de 1845, resistiam aos golpes da administração pública.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

a condição de livres e 2486 escravos[196] . Nos anos que antecederam meados do século, a Câmara Municipal tomou medidas políticas no sentido de reformular os hábitos cotidianos da população, e de controlar o movimento dos escravos, forros e indivíduos entregues à "vadiagem".

O ajuntamento de escravos e libertos, junto às fontes do Campo do Manejo e do Largo do Senado, fez com que se oficiasse à Câmara no sentido de providenciar sentinelas para o local:

> Tendo presente ofício que V. Ex. me dirigiram em data de 23 do corrente requisitando-me a providência de duas sentinelas rondantes do dia e noite para serem colocadas nas caixas d'água do Campo do Manejo e Lardo do Senado, a fim de evitar os abusos até agora ali praticados [...][197].

No âmbito legislativo, sancionaram-se leis, cujas providências iam ao encontro de estabelecer um sistema de controle da população de escravos e libertos, considerada uma ameaça:

> Ficam proibidos, daqui em diante, os ajuntamentos de escravos ou libertos para formarem batuques, bem como os que tiverem por objetivos os supostos reinados africanos, que, por festas, costumam fazer. Todos os que contrariarem serão multados em 4$000 réis, sendo livres, e não tendo com o que pagar, em 4 a 8 dias de cadeia; e sendo cativos e achando-se sem licença de seu senhor, será castigado conforme a lei. O senhor que der tais licenças será multado em 4$000[198].

É principalmente nos arrabaldes do Largo do Palácio, local que concentrava diversos grupos culturalmente diferenciados, por onde circulava um grande número de escravos, e no qual residia a elite política e econômica, que o senso crítico e das autoridades locais incidiu com maior acuidade. Representando o palco dos maiores embates políticos, a rua do comércio tornou-se o ponto de convergência das ações administrativas.

A apropriação do discurso científico reforçava as críticas ao padrão de vida dos negros e pardos, da população pobre, e dos indivíduos estigmatizados de "vadios". Os argumentos ecoavam sob os auspícios de aprimorar a estrutura urbana,

---

[196] CORRÊA, Carlos Humberto P. História da Cultura Catarinense : O Estado e as idéias. vol. 1. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997, p. 20.
[197] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Caixa 37, nº 83. Registro de Ofícios 1839. Manuscritos, 59 folhas. Ofício dos Srs. Presidentes e Vereadores da Câmara Municipal da Capital à Francisco José de Sousa. Palácio do Governo, 25 de novembro de 1839.
[198] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, artigo 38.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

moralizando os seus espaços, aprimorando as condições de higiene pública, exterminando com os agentes etiológicos, e melhorando os aspectos estéticos da cidade. Mais do que preocupações com as epidemias ou com a higiene pública, a medicalização dos corpos atuava no campo social, ventilando as relações de dominação e hierarquia.

O conhecimento científico em Desterro, veiculado pelos jornais que reproduziam o ideário do Rio de Janeiro, representou instrumento auxiliar para efetivar o controle populacional. A presença do discurso da medicina social, que se engendrou no Brasil na década de 1830 do século XIX, deu sustentação às iniciativas políticas, voltadas a esquadrinhar os grupos identificados como nocivos, que resistiam à ordem imposta e maculavam os princípios moralizadores da sociedade.

Por outro lado, os argumentos científicos e as proibições administrativas não liquidaram com as estratégias de sobrevivência de forros e escravos que, improvisando em suas práticas cotidianas, resistiam às imposições estatais, burlavam as posturas, ludibriavam os fiscais, e criavam seus espaços de sociabilidade. Em suma, "viviam nas fimbrias do poder, esgueirando-se entre os blocos rígidos e repressivos[199]", abrindo possibilidades para a manutenção da sua existência.

Conforme Michel de Certeau:

> Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da 'vigilância', mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também 'minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los, enfim que 'maneiras de fazer' formam a contrapartida do lado dos consumidores (ou dominados?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política[200].

Para Almeida, em Nossa Senhora do Desterro, se perpetuavam as atividades das lavadeiras, contaminando as fontes públicas, poluindo as águas com os resíduos do sabão[201]. Algumas lavadeiras habitavam no Bairro da Toca, nas imediações do Rio da Bulha, onde desenvolviam seus afazeres. Parte delas morava

[199] DIAS, 1984, p. 4.
[200] CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. 1. artes de fazer. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 41.
[201] ALMEIDA, 1864, p. 24.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

também no Bairro da Tronqueira, onde fica a atual rua Artista Bittencourt, bairro pobre dividido entre prostitutas, lavadeiras e soldados rasos.

> Na Pedreira, uma parte da Tronqueira e becos adjacentes, em miseráveis choupanas (algumas piores que as da toca) residem uma tribo de lavadeiras de condições diversas, umas livres outras escravas, (mas com permissão de residir fora de casa) e outras também escravas que só vem lavar. Este bairro quanto a habitantes do sexo masculino só conta soldados. Desta união bem pode se prever o que resulta[202].

A prática de vender quitandas, todos os domingos no Largo da Matriz, também era repudiada pelas autoridades locais, que se esforçavam em banir do centro da cidade os escravos e forros. O comércio informal - meio de subsistência utilizado por eles – permitia que traçassem suas estratégias de sobrevivência ao revés do poder público, pois se beneficiavam das brechas deixadas pela má fiscalização[203].

Em especial, no universo feminino da pobreza, o sustento era tirado do comércio ambulante de gêneros alimentícios. As vendedoras conseguiam sobreviver com uma certa autonomia, graças às estratégias utilizadas para burlar a vigilância e o controle policial.

Opunham-se ao que ditavam as Posturas Municipais, gritavam impropérios nas ruas, faziam alarido e algazarra, engodavam os fiscais, resistiam às decisões tomadas pela Câmara, lavavam roupa nas fontes, chafarizes públicos; depositavam o lixo em locais proibidos, e criavam animais à solta. “Mandei entregar a Porca referida à sua proprietária Adriana Sousa d’Almeida, parda, livre, muito pobre, moradora nesta cidade, porque assim o julguei depois de um prudente exame [...][204]”.

De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias, o sistema escravista proporcionou, no decorrer do século XIX, uma gama de possibilidades e de relações de troca, laços de dependência e uma intensa maleabilidade econômica, deixando lacunas, que permitiam a reinvenção cotidiana:

> Nos limites e confins das classes dominantes desdobravam-se no processo incipiente de urbanização, as formas sociais intermediárias, que constituíam os escalões inferiores da sociedade, representada na época como uma grande cadeia hierárquica de seres dependentes entre si, por favor e necessidade, ex-proprietários empobrecidos, senhoras vivendo da

[202] Ibidem, p. 44.
[203] CABRAL, 1979, p. 489.
[204] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Docs Originais. Apud: CABRAL, 1979, p. 204.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> mendicância de seus escravos, ex-escravos que se tornaram por sua vez pequenos proprietários, escravos com agregados: eram as formas sociais, sustentadas pelo pequeno comércio, que a crise urbana do sistema escravista multiplicava e somava[205].

O crescimento das cidades e o aumento populacional marcavam o surgimento de um impasse social, que deveria ser resolvido segundo um novo imaginário urbano, que estava em construção. Para tanto, inúmeras estratégias de poder e controle da população foram desenvolvidas, visando adequar as categorias sociais a uma nova ordem, que tentava se impor e reproduzir. Essas estratégias foram veiculadas por diversos segmentos da sociedade, desde as autoridades estaduais e municipais (administradores, legisladores, etc.), passando pela polícia, pela imprensa, chegando até o domínio científico, força motriz de muitas das idéias, que orientaram as práticas desses segmentos.

Visando ao controle social dentro dos núcleos urbanos, essas estratégias atingirão o seu ápice, com a concepção de classes perigosas, e o concomitante processo de segregação, no final do Século XIX. Concepção que se abateu sobre os pobres, mendigos, prostitutas, escravos e forros, se enraizando no final do período imperial, quando há uma redobrada cautela com os negros e pardos, recém liberados dos grilhões da escravidão.

Com relação aos projetos de reformulação urbana, aparecem de forma bastante branda na primeira metade do século XIX, ganhando consistência no final do período, quando forma reunidas as condições necessárias para a sua implementação. Dentre essas condições, poder-se-ia citar: o grande crescimento populacional, o incremento da economia, a abolição da escravatura, o desenvolvimento urbano, a consolidação da medicina social, o conhecimento das causas e profilaxia das epidemias, e o domínio de determinadas tecnologias, necessárias para implementar o sistema de saneamento urbano.

É também no final do século XIX, que a noção de classes perigosas aparecerá impregnada com um irrefutável racismo, com ênfase no discurso sobre a inferioridade dos africanos, e sobre as precauções e atitudes que deveriam ser tomadas para mitigar a ameaça proporcionada por eles:

---

[205] DIAS, 1984, p. 106.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> No Brasil de finais do século 19, a noção de classes perigosas aparece impregnada de um indiscutível racismo. Não são inicialmente as multidões ou os trabalhadores organizados que preocupam nossas classes dominantes, mas a suposta tendência à vadiagem e à imoralidade dos negros libertos e dos chamados nacionais. Se os pobres em geral são tidos como perigosos, o que dizer dos negros, tradicionalmente encarados com temor pelas elites brasileiras e vistos como portadores de uma "incapacidade congênita" de adquirirem hábitos civilizados[206].

A articulação política de um novo modelo de organização urbana, norteado pela medicalização do corpo social, imputou prejuízos aos grupos considerados insalubres e desqualificados, os quais, paulatinamente, foram arrastados para a periferia dos centros citadinos. A discussão, sobre a retirada dos cortiços da região central da cidade, que começou a se articular no último quadriênio do século XIX, foi efetivada, definitivamente, no início do século XX, com a construção da Avenida do Saneamento (Hercílio Luz), desalojando a população que neles moravam[207].

O saber produzido pelos centros, por excelência, da cultura letrada brasileira, nos anos iniciais do império, teve seus desdobramentos em Nossa Senhora do Desterro, incidindo no controle e no discurso sobre a população de escravos e forros, cujo estigma de inferioridade veio a se reforçar com as teorias científicas da época. Consideravam-se os negros e pardos um mal degenerativo da nação, valorando-os como fonte de corrupção moral, óbice da civilização[208], causa da depravação dos costumes, e responsáveis pela prostituição[209].

Todavia, o restante da população, não passou incólume às produções da ciência, e às ações do governo local, principalmente em se tratando de grupos sociais discriminados, caso das prostitutas, dos indivíduos de baixa renda, dos soldados e dos habitantes de cortiços e de casinhas de porta e janela.

A partir de associações degenerativas, que entrelaçavam imoralidade, sujeira, condição cultural e lugar ocupado por uma categoria social, dentro de um complexo jogo identitário, amparavam-se às iniciativas políticas para combater os indivíduos classificados como nocivos à sociedade.

Em algumas situações, o estranhamento da alteridade desencadeia um profundo desprezo ao outro, pois o desconhecido motiva a criação de

---

[206] MAUCH, Claudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. Apud MAUCH, Claudia. (colab.) Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade. Porto Alegre: Editora da ULBRA, 1994, p. 11.
[207] ARAÚJO, 1989, p.18.
[208] CUNHA, 1845 p. 15.
[209] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

representações sociais de novos fenômenos. Objetos sociais estranhos podem evocar sentimentos de repúdio, porque ameaçam o sentido de ordem, e a sensação de controle. Em contrapartida, como fonte reguladora da normalização de uma coletividade, o estranhamento cultural abaliza o juízo de valor, e fixa o limiar das condutas moralmente aceitas dentro de um sistema social.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

II - POLISSEMIA DE INTERESSES

2.1 O LARGO DO PALÁCIO: SEDE DO PODER E LÓCUS DE CONTROLE

No decorrer do século XIX, o Largo do Palácio reunia os principais prédios da administração pública[210], sendo um espaço representativo do poder, para onde convergiram as principais ações de reformulação urbana de controle social[211].

No alto do Largo do Palácio, localizava-se a catedral, sede religiosa, representante legítima do poder institucional da igreja. Em uma das suas laterais estava sediado o Palácio do Governo[212], morada do Presidente da Província de Santa Catarina, onde se ofereciam, aos ilustres visitantes da cidade, e à elite local, bailes, jantares, reuniões e saraus, em ocasiões especiais[213].

No lado oposto ficava o prédio que servia de sede à Câmara Municipal[214] e à cadeia pública[215]. As ruas do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), Augusta (atual João Pinto) e o Largo do Palácio, reuniam os estabelecimentos de ricos comerciantes, que formavam a elite econômica da cidade[216]. Foi igualmente no Largo do Palácio que se construiu o primeiro Mercado Público, inaugurado no ano de 1851, ao lado da Alfândega, frente à Igreja da Matriz[217].

A vida urbana se desenrolava nas imediações do Largo do Palácio, lugar que reunia os contrastes da cidade, pois ao mesmo tempo em que era um espaço de circulação da elite econômica, política e letrada da terra, por ele circulavam os escravos, os soldados e as meretrizes. Era, igualmente, passagem obrigatória a quem desembarcava pelo Porto de Desterro, porta de acesso à cidade. Daí as preocupações com a sua organização, pois se impunha como lócus de poder e "cartão de visita" de Desterro.

---

[210] CABRAL, 1979, p. 45.
[211] O Largo do Palácio, por sua importância enquanto sede administrativa e por abrigar o Porto de Desterro, porta de entrada da cidade, foi o primeiro local para onde convergiram as ações da administração pública. Os jornais locais solicitavam melhoramentos. O Catharinense, n° 2, de 18 de agosto de 1831, pro exemplo, pedia para que a Câmara tratasse de arrumar o trapiche. O Argos, de 5 de abril de 1862, festeja o projeto que pretendia construir uma praça entre as Ruas do Passeio e a da Praia de Fora.
[212] CABRAL, 1979, p. 52.
[213] Ibidem, p.53.
[214] Ibidem p. 58.
[215] Ibidem p. 59.
[216] SOUZA, 1981, p.162.
[217] CABRAL,1979, p. 84.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

A idéia de aformosear a cidade[218] está posta nas entrelinhas dos periódicos, que sugeriam ao poder local que investisse em arborização[219], melhoramento das praças[220], conserto de pontes e calçamento das ruas[221]. Queixavam-se sobre as imundícies, as sujeiras nas praias, o acúmulo de lixo, pedindo providências à Câmara:

> "A Câmara Municipal apresenta-nos o triste espetáculo – as praias sem cais e imundas, pelo meio das ruas vêem-se montes de imundícies, animais mortos, charcos d'água estagnada. A rua do Vigário, por exemplo, desde o Campo do Quartel até a Rua da Tronqueira está um verdadeiro precipício por onde não pode passar uma carroça d'água; O Campo do Quartel, o Largo do palácio estão convertidos em pastagem de 30 a 40 cavalos; uma multidão de cabras arrombam as cercas e destroem as plantações [...][222].

Henrique Pereira Oliveira associa as mutações na paisagem urbana ao crescimento econômico da cidade, asseverando que nos jornais, do período compreendido entre os anos 1850-1860, encontram-se registrados os vestígios de uma diversidade de intervenções:

> [...] reformas urbanas correlatas à constituição de mecanismos de acumulação necessários à produção do saber médico-higienista; questionamento dos usos do espaço urbano e de práticas costumeiras dos seus habitantes; promoção de novos modelos de avaliação e de conduta etc[223].

Em meados do século XIX, com o crescimento das atividades do Porto de Desterro, houve novo incremento da economia local, que passou a se destacar pela significativa exportação de alimentos da cidade e suas imediações, além de "[...] reexportar produtos de várias regiões da Província[224]".

Com isso, aumentaram os investimentos na organização do espaço citadino desterrense, projetando-se diversas obras que visavam o aprimoramento da

---

[218] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Argos, Ano VI. nº 955, de 04 de abril de 1862. p. 3.
[219] Ibidem Idem.
[220] Ibidem Idem.
[221] Ibidem Idem.
[222] Ibidem. nº 892, de 21 de janeiro de 1862, p. 1.
[223] OLIVEIRA, Henrique Pereira. Os Filhos da Falha: Assistência aos expostos e remodelação de condutas em Desterro (1828-1887). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1990 p. 15.
[224] PEDRO, 1994, p. 23.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

estrutura urbana, tais como: a melhoria do porto, a construção de edifícios públicos, o aterramento dos baixios, o conserto das pontes e o arruamento.

A condição de centro político administrativo, da Província de Santa Catarina, abriu precedentes para que Desterro adquirisse um novo status, concentrando as atenções do governo provincial que, conjuntamente com a Câmara da cidade, alavancou a organização do seu perímetro urbano.

A Câmara Municipal tomava iniciativas de planejamento e organização da cidade, determinando em 1831, que os proprietários cercassem seus terrenos, "[...] concedendo-lhe o prazo de seis meses ainda, para que regularizassem, desta forma, a testada dos prédios urbanos, incumbindo-se, o poder público, pelo seu fiscal, de dar o nível e a largura do calçamento[225]".

Em 1842 foi a vez do governo Provincial agir, facultando a particulares, ou companhias que fizessem o aterro dos baixios e o arruamento, concedendo, em troca, lotes, mediante o cumprimento de certas condições e o pagamento dos respectivos tributos incidentes sobre as terras adquiridas:

> Fica autorizado o Presidente da Província a facultar o aterro do baixio, que em seguimento a rua Augusta desta cidade, se estende até o Menino Deus, às pessoas, ou companhias que os requererem, com as condições que o mesmo Presidente lhes impuser, quanto ao arruamento, e obrigação ao pagamento do foro de Marinhas que lhes for imposta na forma das ordens do Tribunal do Tesouro Público nacional, depois do aterro e fatura do terreno. Os concessionários assinarão termo de aterrarem dentro de um prazo, improrrogável, que convencionarão com o Presidente da Província, findo o qual, não se tendo verificado o aterro, caducará a concessão, e o mesmo Presidente a passará a quem a requeira, sob as referidas condições. A Câmara Municipal demarcará as ruas e travessas[226].

As despesas fixas da Câmara de Desterro compreendiam dispêndios com o Hospital de Caridade - que no ano de 1841 recebeu uma quantia extra para a construção de um lazareto[227] - com a criação dos expostos, reparo limpeza e água para a cadeia, conserto de ruas, pontes, estradas municipais, sustento vestuário e condução de presos indigentes, reparo das fontes[228]. No ano de 1841 fixou-se uma

[225] CABRAL, 1979, p. 148.
[226] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Lei n° 170, de 2 de maio de 1842, Artigos 1°, 2° e 3°, p. 41.
[227] Ibidem. Lei n° 157, de 30 de abril de 1841.
[228] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1835-1840. Lei nº 20, de 13 de maio de 1835.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

verba extra, destinada a continuação da obra do Cemitério Público, em andamento desde o ano de 1838[229].

As informações coletadas nas decisões da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina sobre Nossa Senhora do Desterro, que deveriam ser executadas pela sua Câmara Municipal, são indicativas de esforços no sentido de dar nova orientação aos costumes da população, bem como, de possibilitar uma outra feição para o espaço urbano, assinalando a renovação do olhar político administrativo com relação ao seu núcleo urbano.

Na busca de agilizar a dinâmica urbana e a circulação de serviços como, por exemplo, os oferecidos pela empresa de correios, organizada em 1829, a Assembléia Legislativa Provincial determinou que:

> As Câmaras Municipais mandarão quanto antes, colocar no princípio de cada rua, beco, travessa, a denominação delas, desprendendo com este objeto as quantias necessárias, deduzidas das votadas para despesas eventuais: e outrossim, farão proceder a exata numeração das casas existentes dentro dos limites da demarcação para o pagamento da Décima Urbana, a cujos proprietários, sendo indicados os números das casas respectivos, serão estes obrigados a mandar colocá-los a sua custa dentro do menor prazo possível[230].

Estabeleceu-se, também, um sistema de iluminação pública, pois, até 1837, as ruas, ermas no período da noite, ficavam às escuras, facilitando a ação dos contraventores[231], escravos fugitivos e a atuação de criminosos. Em 1849, o governo provincial destinou uma verba de 4:300$000 para a compra de cinqüenta lampiões[232], mantidos com óleo de baleia, para fazer a iluminação da cidade:

> Poucos anos há existíamos em perfeitas trevas todas as noites, que não eram de luar, o malfeitor tinha na escuridão, em qualquer lugar do centro da Cidade, um poderoso auxiliar de sua maldade e a polícia existia sem a coadjuvação, que oferece a iluminação para perseguí-lo[233].

Posteriormente a tal iniciativa, as reclamações continuavam, pois, segundo a população, a queima do óleo tinha um cheiro desagradável, e quando o vento sul

---

[229] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Lei de 30 de abril de 1841.
[230] Ibidem. Lei de 2 de maio de 1842 Cap. 3° Artigo 14.
[231] CABRAL, 1979, p. 153.
[232] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1835-1840. Lei nº 149, de 4 de maio de 1840.
[233] Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Setor de obras raras. Jornal O Conciliador. Ano I, nº 29, de 13 de agosto de 1849, p. 3.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

varria as ruas da cidade, os lampiões apagavam. Normalmente, nessas ocasiões eles sequer eram acesos, pois o vento poderia ocasionar incêndios, o que se tornava vantajoso para o administrador, concessionário e responsável pelo serviço, já que, mantê-los apagados, significava economia de pavio e óleo[234].

Em 1847, depois dos habitantes da cidade muito se queixarem, o Governo Provincial tentou implementar um modelo de iluminação pública, com lampiões a gás, tal como já existia no Rio de Janeiro. Contudo, a iniciativa não vingou, pois no ano seguinte, a Assembléia legislativa decretou que: "A iluminação da capital continuará a ser feita com azeite, uma vez que não exceda sua despesa a maior quanto do que a votada na presente lei, podendo ser feito o contrato por espaço de três anos[235]".

Se, nesse momento, as queixas são contra o cheiro exalado pelo óleo, e a dificuldade de se manter os lampiões acesos durante as rajadas de vento sul, na década de 1860, quando a iluminação passou a ser feita por lampiões a gás, as reclamações se voltaram contra a qualidade do gás utilizado:

> Há algumas noites que a iluminação têm sido má, sem dúvida pela aplicação que se faz de péssimo gás, e consta-nos, por informações de pessoas fidedignas, que depois da última fase da lua no mês atual, conservam-se os lampiões apagados em algumas localidades, até que a lua surja no horizonte[236].

Quanto à manutenção, restauro e reforma dos prédios públicos, ruas e pontes ficavam ao encargo da Câmara Municipal, que utilizava a mão-de-obra dos presos condenados às galés perpétuas. A verba para se efetuarem as obras provinha basicamente de duas fontes: parte dela era orçada anualmente pelo governo Provincial, e outra advinha dos impostos recolhidos pela Câmara Municipal da cidade. A tarefa de manter os prédios em bom estado de conservação apresentava diversos percalços, pois se utilizava material de baixa qualidade e mão-de-obra não especializada.

Para baratear o custo das obras, aproveitava-se a mão-de-obra dos escravos, presos e da população, obrigada a contribuir anualmente com os trabalhos comunitários.

---

[234] CABRAL, 1979, p. 153.
[235] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1848-1853, Lei nº 274, de maio de 1848. capítulo 3 artigo 7°.
[236] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras.Jornal O ARGOS, Ano V, nº 792, de 25 de setembro de 1861, p. 2.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> As estradas, estivas e pequenas pontes, situadas em terrenos devolutos, ou logradouros públicos, bem como todos os mais lugares de difícil conserto e superior aos meios de seus respectivos proprietários, serão feitas pelo povo. Para este fim todos os habitantes dos lugares mais vizinhos prestarão cada ano 6 dias de serviço tanto por si como por cada pessoa de trabalho de sua família, seja filho ou escravo. Os que forem avisados e faltarem a este dever pagarão por cada dia de serviço individual a multa de 1$000 réis. Os que tiverem carros, e bois são obrigados a prestá-los, contando-se um dia de serviço destes por três de serviço individual e o que recusar será multado em 4$000 réis[237].

A inspeção e os relatórios das obras ficavam a encargo dos engenheiros, que tinham a incumbência de registrar o estado em que se encontravam os prédios, apresentando o planejamento e a planta de novas construções, que fossem por eles consideradas necessárias, bem como, a previsão dos gastos para a sua realização.

Apesar da construção das pontes, calçamento das ruas, aterros e outras obras de interesse comum serem realizadas com pouco ou nenhum gasto com mão-de-obra, muitas avarias ocorriam pela realização dos serviços por pessoas imperitas, pois o aparente barateamento das obras resultava em desperdícios de tempo e material.

Conforme Patrício Antônio Sepúlveda Ewerard, que durante muitos anos foi responsável por supervisionar as obras públicas, a imperícia dos carpinteiros, pedreiros e demais trabalhadores da construção civil acabava ocasionando desperdícios em manutenção e consertos, que poderiam ser evitados com a utilização de uma mão-de-obra adequada e um material de melhor qualidade.

> Cumprindo o que por V. E. me foi ordenado em seu ofício de 1° do corrente, procedi a um exame no trabalho feito nas obras do Palácio e achei bastante imperfeição especialmente nas janelas da sala do cortejo, devido seguramente à imperícia dos carpinteiros que têm sido empregados. Não menos digna de reparo se torna a meia água que cobre a escada interior de comunicação para o primeiro pavimento; ali foram empregados alguns caibros que não estando perfeitamente secos, tem vergado ao peso da telha, e prometem pouca duração à obra[238].

As freqüentes intempéries tornavam-se um óbice para a manutenção do espaço urbano desterrense, pois a má qualidade das obras públicas conferia-lhes vulnerabilidade, tendendo a que sofressem grandes estragos por chuvas, ventos e temporais mais fortes.

---

[237] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847, Lei n° 204 de 4 de maio de 1844 artigo 4º.

[238] Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Livro de Engenheiros, nº 192 (1846-1847). Apud: SOUZA, 1981, p. 144.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

A cidade se transformava em um verdadeiro charco em épocas de chuva, haja vista que, a maior parte das ruas, não possuíam ainda calçamento. O destelhamento das casas, igrejas e prédios públicos acontecia com freqüência, obrigando o poder local a socorrer a população com as magras verbas de que dispunha. A destruição das lavouras, seguindo a lei da oferta e da procura, desencadeava a alta dos preços, dado a escassez de mantimentos, ocasionando inúmeros transtornos e prejuízos à população.

Em 1811, por exemplo, houve na cidade um temporal tão forte que, além de arrasar a lavoura, fez grandes destruições na cidade, pondo abaixo as pontes e danificando algumas outras construções[239].

> No ano de 1830, pela madrugada do dia 15 de abril, foi a cidade do Desterro e toda a Ilha e continente fronteiro, acometida de um furação de vento da parte do sul, tão rijo, que trouxe à praia quantos navios se achavam ancorados no seu porto: o mar cresceu de maneira que, impelido do vento, fez chover, ainda nos lugares mais elevados [...][240].

No ano de 1838 a história se repetiu, um novo distúrbio climático submeteu a ilha e toda a costa da Província à destruição, provocando deslizamento de terra, desmoronamento de várias casas e a morte de algumas pessoas[241].

> Tendo resolvido a Assembléia Legislativa Provincial se exigisse da Câmara Municipal da cidade cópia do acórdão, pelo qual se obrigou ao pagamento de 453$440 réis ao cidadão Marcos Antônio da Silva Mafra, por indenização de uma porção de farinha que estava na casa da Câmara referida para ser vendida ao povo e foi estragada pelo temporal de março do ano passado assim o participo a vossa senhoria [...][242].

As construções de Nossa Senhora do Desterro seguiam o modelo arquitetônico português. Cabral informa que durante o período colonial, a maioria das casas eram de porta e janela, sem assoalho, mal arejadas[243] e sem forro[244]. Há aqui que se relativizar essa afirmação de Cabral, já que ele era médico, fazendo, portanto, uma avaliação em conformidade com a sua formação. No início do século

---

[239]ALMEIDA, Manoel Joaquim D'Almeida Coelho. Memória Histórica da Província de Santa Catarina. Reimpressa em 1877. Santa Catarina: Tipografia de J. J. Lopes, p. 179.
[240] Ibidem Idem.
[241] Ibidem, p. 180.
[242] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Caixa 37, nº 83. Registro de Ofícios 1839. Manuscritos, 59 folhas. Secretaria da Assembléia Provincial, 12 de março de 1839. Ofício do Primeiro Secretário da Presidência da Província – Silvério Cândido de Faria à Câmara Municipal de Desterro.
[243] CABRAL, 1979 p. 210.
[244]Ibidem, p. 209.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

XIX, já existia um maior número de sobrados na cidade, construções típicas das famílias mais opulentas da terra, assinalando o seu crescimento econômico[245]. Em março de 1838, mais um temporal se abateu sobre a cidade, comprometendo o fornecimento dos gêneros de primeira necessidade:

> Desnecessário senhores, julgam os suplicantes, expor-vos quanto tem mudado este pais depois que o gênio do mal lançou sobre ele seu sopro pestilento e o terrível temporal de março de 1838 trazendo consigo a destruição da lavoura levou a um preço exorbitante os gêneros comestíveis de primeira necessidade, e como que fosse pequeno o mal ocasionado pelos elementos, os rebeldes do Rio Grande do Sul, tendo-se apoderado do município das Lages pela terceira vez fizeram encarecer o primeiro artigo de sustento a um ponto nunca visto neste país[246].

De acordo com Cabral, a vida econômica da cidade girava ao redor das atividades portuárias, pois, por meio do Porto, chegavam as embarcações com mercadorias da Corte e de outras localidades[247]. Afora o porto, os habitantes da cidade sobreviviam do pequeno comércio local e do funcionalismo público.

Oliveira afirma que, a vinda dos casais açorianos para Desterro, em meados do século XVIII, aumentou seu contingente populacional, ensejando preocupações com a formação da cidade, e trazendo à tona uma série de estratégias que visavam regular a vida da população da Ilha[248]. Segundo Oliveira: "A recepção de tal contingente humano em uma vila, cuja população sequer aproximava-se dos mil habitantes, implicou em uma reordenação das relações comunitárias, e configurou novas questões para a gestão do poder público[249]".

O crescimento populacional em Desterro tornou-se um ponto convergente das preocupações, para organização do núcleo urbano, muito embora, as condições da saúde pública pouco tenham se alterado. Todavia, pequenas mudanças vão se delineando ainda em meados do século XVIII, superando a precariedade dos recursos, com o apoio pecuniário de El Rei e dos habitantes locais, para realizar as obras de pública utilidade[250].

---

[245] PEDRO, 1994, p. 29.
[246] Centro de Memória da ALESC. Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848. Requerimento, de 16 de abril de 1841, folha 152.
[247] CABRAL, 1970. p. 178.
[248] OLIVEIRA, 1990, p. 28.
[249] Ibidem Idem.
[250] Ibidem p. 59.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Em caso de necessidade extrema, o Conselho Municipal da vila reunia-se, conjuntamente com a população, para deliberar sobre as providências a serem tomadas, com o fim de sanar as deficiências locais.

No ano de 1812, a população foi convocada, para decidir, da urgência ou não, do conserto de três pontes arruinadas, e de se construir uma nova fonte, em um lugar mais central da vila[251], 'por não haver e nem ter havido alguma até o presente com gravíssimo incômodo e prejuízo da saúde pública, vendo-se os seus habitantes obrigados ao uso de águas de poços salobras[252]'.

Ao que se sabe, a primeira rua a ser pavimentada na cidade foi a da Colina do Menino Deus e data do ano de 1816[253]. O custo da obra não é conhecido, mas o trabalho, provavelmente, foi executado por presos. Normalmente utilizava-se o trabalho braçal dos condenados às galés como solução para a falta de mão-de-obra, pois, além de obedecer ao que prescrevia a legislação vigente, dava conta da falta de mão-de-obra e recursos.

A título de esclarecimento, o artigo 44, do Código Criminal do Império, determinava que: "A pena de galés sujeitará os réus a andarem com calcete no pé, e corrente de ferro, juntos ou separados, e a empregarem-se nos trabalhos públicos da província, onde tiver sido cometido o delito, à disposição do governo[254]".

Dessa forma, os presos existentes, na cadeia de Desterro, eram relacionados e postos à disposição da Câmara Municipal para serem empregados nos trabalhos de pública utilidade:

> Levo ao conhecimento de Vossa Excelência uma relação criminal dos presos existentes nas cadeias desta cidade condenados a galés, nas circunstâncias de se empregarem nos trabalhos públicos da Província na conformidade do artigo 44 do Código Criminal, cujos nomes vem a ser: Manoel Affonso do Nascimento condenado a galés perpétuas, pelo crime de morte. Valério de Souza, condenado a quatro anos de galés pelo crime de furto; José Francisco de Andrade condenado a oito anos de galés pelo crime de roubo e tentativa de homicídio; Guilherme Augusto Franças condenado a oito anos de galés pelo crime de roubo; os mais presos existentes estão sentenciados a prisão com trabalhos; e como as prisões não têm ainda os arranjos e comodidades necessárias para os trabalhos dos réus, estes trabalhos se acham substituídos pela de prisão simples com

[251] Ibidem Idem.
[252] Ibidem Idem.
[253] CABRAL, 1979, p. 147
[254] Biblioteca da ALESC. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1830. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, Reimpressão 1876, p. 150.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> o acrescento de mais a sexta parte do tempo na conformidade do artigo 49 do Código Criminal[255].

Em relação às prisões, os registros denunciam as acomodações em que se recolhiam os presos, indicando que a cadeia pública oferecia condições subumanas, haja vista as suas péssimas acomodações. Além dos "ligeiramente culpados[256]" recolhia-se ao cárcere os mendigos, indigentes, os escravos "fujões" e os ébrios.

Em 1835, os deputados da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina reuniram-se em sessão e diagnosticaram os problemas apresentados pelo regime penitenciário nas prisões da Província, registrando em ata a preocupação com a escassez de cadeias apropriadas para abrigar os presos, reclamando da ausência de uma casa de correção*:*

> Não há prisões como já notou a comissão, em alguns Termos e Distritos, e as que existem na capital e em 3 vilas, além de mal seguras não podem ser bem policiadas, nem oferecem as necessárias condições para que o cidadão, decente, apenas indiciado, ou levemente culpado possa ser separado do nefário e inveterado no crime[257].

Em comparação com o contingente populacional de Desterro, os mapas estatísticos dos chefes de polícia de Desterro demonstram um baixo índice de criminalidade, o que justificaria a idéia de que os seus habitantes possuíam índole dócil e pacífica, conforme afirmou o Presidente da Província José Joaquim Machado de Oliveira, no ano de 1837[258].

A pena de prisão com trabalhos ficava muitas vezes reduzida à prisão simples, pois a precariedade da cadeia pública impedia que a lei fosse corretamente aplicada, instigando a que os presos permanecessem: "[...] nas prisões, onde, sem regime penitenciário, entregues à ociosidade, e onde, pela má construção delas, podem nutrir vícios que aí os conduzirão, e em vez de se corrigirem, mais inveterados se tornam no crime[259]".

---

[255] Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofícios da Força Pública e Juiz de Paz para Presidente da Província 1833-1838. Ofício de 11 de novembro de 1835.
[256] Centro de Memória da ALESC. Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848. Parecer de 27 de abril de 1835.
[257] Ibidem Idem.
[258] Fala do Presidente da Província de Santa Catarina, José Joaquim Machado de Oliveira, 1837. (Apud: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/924/000001.gif)
[259] Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina, Albuquerque Cavalcanti, 1836. (Apud:http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/923/000001.gif)

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Severo Amorim do Valle, juiz de Direito, e chefe de polícia da comarca do sul de Santa Catarina, expediu um mapa demonstrativo dos crimes cometidos em Desterro no ano de 1837, mencionando a condição de livre da maioria dos praticantes dos delitos.

Apesar dos discursos sobre a periculosidade dos negros e pardos, esse documento não se refere, em nenhum momento, à condição racial dos criminosos. Registra, apenas, a sua naturalidade, o que deixa em suspenso os argumentos utilizados para reforçar o estereótipo sobre a sua periculosidade. Por outro lado, o documento, que menciona a condição social dos condenados, qual seja, se livre, liberto ou escravo, deixa em evidência que a maioria dos crimes registrados no ano de 1837, foi cometida por pessoas livres.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Mapa dos processos submetidos aos jurados reunidos três termos da Comarca do Sul de SC durante o ano de 1837

nome	idade	nat.	estado	ocupação	cond.	crime	circunst.	sentença
Manoel A. do Nascimento	35	Portugal	casado	negócio	livre	furto	atenuante	2 anos de prisão c/trab. 10% valor furto
Joaquim da Costa Reis	37	Portugal	casado	carpint.	livre	estupro	agravante	6 anos de degredo p/Rio Negro na Província do Porto
Marcelino José Ferreira	67	SC	casado	lavrador	livre	furto	atenuante	absolvido pelo júri de sentença
Aleixo Pereira Dutra	n. cta.	SC	solt.	marítmo	livre	ferim. leve	agravante	absolvido a revelia dos autos
Antônio Martins Pedra	n. cta.	SC	solt.	lavrador	livre	resist.	agravante	absolvido pelo júri da acusação
Antônio Lima do Figueredo	n. cta.	SC	solt.	lavrador	livre	resist.	agravante	idem
Francisco José Rebello	60	Portugal	viúvo	rábula	livre	roubo	agravante	idem
Francisco José Bittencourt	23	SC	casado	negócio	livre	morte	agravante	condenado a galés perpétuas
Themotes Gomes da Silva	64	Bahia	solt.	Carpint.	liberto	ferim. leve	atenuante	absolvido pelo júri de sentença

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Livro de ofícios. Ofícios da Força pública e Juiz de Paz para Presidente da Província 1833-1835.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

As condições da cadeia pública foram criticadas em diversos sentidos, pois afora as questões relativas a insalubridade do ambiente, havia falta de espaço, más condições de segurança do prédio que lhe servia de sede, riscos de fuga e incêndio. Para complementar os riscos, os presos tinham o hábito de fazer fogo dentro da cadeia, não se podendo identificar exatamente qual o objetivo de tal prática, o que levou o Juiz de Direito a proibí-la:

> Convido evitar-se, de hora em diante, o abuso introduzido nas cadeias desta capital, o de se consentir no interior das mesmas o fogo feito pelos presos, isto não só pelo perigo que pode resultar de um incêndio, como por não se poder conservá-la com a limpeza e o asseio que é devido, pela fumaça que continuamente existe, e se espalha por toda a edificação a ponto de incomodar as autoridades [...][260].

Quanto à estrutura urbana, as reclamações da elite, sobre o estado das ruas, praças, estradas, pontes e fontes eram contundentes, pois o orçamento local não dava conta de atender às reivindicações, desagradando a opinião pública e tornando o processo de organização urbana moroso. Em 1835, os deputados, reunidos em sessão, queixavam-se da dificuldade de melhorar o aspecto estrutural da cidade, que carecia de fontes, reformas urbanas, conservação dos edifícios existentes e melhoria das estradas.

> Se voltarmos os olhos para as obras de pública utilidade, mais melancólico é ainda o quadro. Todas as estradas da Província e as municipais, para merecerem este nome, necessitam de grandes e dispendiosos reparos, em muitos lugares, Mas não dão trânsito aos veículos condutores, nem mesmo aos viandantes e animais. Faltam pontes nos rios, e alguns que há ou estão em ruínas ou são mal seguros: bem sabido é que por pouco que os lavradores morem distantes d'algum porto de embarque, ou não podem trazer ao Mercado os produtos rurais, ou se os trazem é com tanto custo, que os não podem dar senão por subido preço, de que resulta carestia de comestíveis nas povoações, e desalento na indústria agrícola[261.]

De modo geral, a cidade de Desterro estava mal estruturada e aparelhada nas primeiras décadas do século XIX, fato, aliás, que não apresenta grandes divergências em relação aos outros centros urbanos brasileiros.

---

[260]Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofícios da Força Pública e Juiz de Paz para Presidente da Província 1833-1838. Ofício de 18 de maio de 1838.
[261]Centro de Memória da ALESC. Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848. Parecer de 27 de abril de 1835.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Ainda na primeira metade do século XIX, têm-se notícias da regulamentação de uma lei, para fixar a largura das ruas e estradas, levando em consideração o escoamento das águas:

> Todas as estradas por várzeas devem ter 30 palmos de largura, além das duas valas laterais, abertas três palmos distantes do viro das estradas e tendo cada uma seis palmos de boca, quatro de fundo e três de altura. Estas dimensões devem aumentar tanto mais quanto mais alagado e baixo for o terreno, de modo que a terra tirada das valas chegue para a altura da estrada se elevar três palmos acima do nível dos terrenos contíguos. As estradas nas encostas dos morros, quando estes forem pouco escarpados poderão ser entre 25 e 20 palmos. Nenhuma água deve parar por cima de uma estrada e haverá sempre cuidado em dar passagem ás águas que tiverem de atravessar as estradas por meio de pontes, ou de pedra e cobertas também de pedra e terra, quando forem de pouca largura o de muros de pedras grandes e a seco, cobertos de madeira ou melhores quando a largura exceder a dez ou doze palmos[262].

Em 1845 é aprovada uma lei, que obrigava os moradores a pedir licença à Câmara para edificar, surgindo então uma espécie de “plano diretor”, para controlar a ocupação do espaço urbano.

O Largo da Matriz representava a sede do poder local, pois, circunscrita a ela estavam: o prédio da Câmara Municipal - que alojava a cadeia pública, servindo, também, por algum tempo, de local para as reuniões da Assembléia Legislativa Provincial[263] - a Igreja Matriz e o Palácio do Governo. Assim, a localização das barraquinhas no local tornara-se um inconveniente, já que destoavam do lócus de poder e status, que o centro da cidade, e em especial o Largo da Matriz, representava[264].

Em 1832, registraram-se reclamações contra as barraquinhas do peixe, localizadas no Largo da Matriz. Na Ata da Sociedade Patriótica Catarinense ficou consignado que:

> O Senhor Patrício Antônio de Sepúlveda Ewerard mandou a mesa um requerimento para que se oficiasse a Câmara Municipal, rogando-lhe a influir com o governo a fim de se demolirem as barracas instaladas em frente da praça, acabando-se enfim com esta guarida de vagabundos e escravos vadios. Outrossim, que o novo trapiche em vez de ser onde existe fosse construído ao meio da praça, levantando-se muralhas com arvoredos para passeio público e colocando-se uma banca para a venda do peixe

[262] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei n° 222, de 10 de maio de 1845. capítulo 7, artigo 98.
[263] Centro de Memória da ALESC. Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848. Parecer nº 04, de 27 de abril de 1835.
[264] PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado: A imprensa de Desterro no séc. XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995, p. 22.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> salgado no sítio do trapiche velho, a que tudo daria lugar o aparamento (?) das citadas barracas[265].

Um ano antes, o jornal “O Catharinense” vem a público denunciar o aspecto “decadente” dos seus moradores, que vendiam o peixe e as quitandas no local, solicitando à Câmara que providenciasse a sua demolição, pois, “[...] o estado de ruína em que se acham, a qualidade de seus moradores (a maior parte negros e negras quitandeiras) apresenta a quem desembarca na praça, um aspecto bem triste e ridículo [...][266]”.

Com o paulatino crescimento econômico, pequenas mudanças começaram a serm viabilizadas. Com a visita de Dom Pedro II, em 1845, a Câmara tomou medidas para limpar e organizar o centro urbano.

Para recebê-lo, foram removidas para as proximidades do Largo Santa Bárbara, junto à Ponte do Vinagre, as barraquinhas do Largo da Matriz[267]. No ano seguinte ao da estada do Imperador na Ilha, as barraquinhas acabaram por retornar ao seu lugar de origem. A cidade assistiu a uma guerra declarada a essas casas ou barraquinhas, que estavam estabelecidas em frente à praça da Igreja Matriz e que eram muito mal vistas por uma parcela dos seus habitantes.

Iniciava-se, assim, uma longa discussão, para definir qual deveria ser o destino das barraquinhas, exacerbando as divergências entre duas agremiações políticas. Por um lado, havia os ricos comerciantes da terra, ligados a agremiação política, que dará origem ao Partido Conservador - estabelecidos na Rua do Comércio, hoje Conselheiro Mafra, que desejavam a permanência das barraquinhas no local, pois temiam perder a freguesia com a sua retirada[268].

Os liberais eram de opinião oposta, considerando inadmissível a sua permanência no local. A ofensiva dos liberais acabou por surtir efeito com a passagem de D Pedro II por Desterro. Anos mais tarde, com a retomada de espaço político dos Conservadores, o Mercado Público acabou por ser construído exatamente no Largo da Matriz, coração da capital da Província catarinense[269].

---

[265] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Ata da Sociedade Patriótica Catarinense. 6ª sessão, em 29 de abril de 1832.
[266] Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Setor de Obras Raras. Jornal. O Catharinense. Ano II, nº 22, de 25 de janeiro de 1832, p. 95.
[267] CABRAL, 1979, p. 91.
[268] PEDRO, 1995, p. 23.
[269] Ibidem. p. 24.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

No ano de 1838, o governo Provincial autorizou a criação e edificação de uma Praça de Mercado, devendo ela se localizar no terreno de marinhas, reservado para logradouro público, entre as ruas do Livramento e do Ouvidor na cidade[270]. A obra, no entanto, só foi concluída no ano de 1851, pois mesmo tendo aprovado uma loteria para beneficiá-la[271], o governo Provincial não dispunha de verbas suficientes para concluí-la de imediato.

Afora isso, existiam muitas controvérsias, em relação ao lugar onde ele deveria ser instalado. Depois de renovadas discussões, o Presidente da Província foi autorizado, em 1846, a pôr em andamento a obra da Praça do Mercado. Entretanto, o local para a construção não havia ainda sido definido, permanecendo o impasse que se tornara o centro das divergências e confusões.

> O Presidente da Província fica autorizado a contratar a construção de uma praça de Mercado no lugar que mais convier. No contrato será expresso, além do que se deva estipular por bem do disposto nas bases primeiras, segunda, terceira e sexta indicadas no artigo 2° da lei n° 52 de abril de 1838; 3° Que só será obrigatório dentro da praça a venda do peixe fresco ou salgado, da carne verde, e farinha que ora se permite fazer postados os vendedores nas praias e outros lugares da cidade, não compreendidos os açougues e casas de negócios aonde também é permitida a venda de tais gêneros[272].

Finalmente, no ano de 1848, a empreitada para a construção do mercado foi levada a sério, providenciando-se o local para a sua instalação e a sua planta, faltando edificá-lo, o que demorou ainda mais três anos.

> Fica autorizado o Presidente da Província a edificar nas Marinhas em frente da Igreja Matriz da cidade do Desterro uma Praça de Mercado, segundo a planta que acompanha a presente lei, levantada pelo 1° tenente de Engenheiros João de Souza Mello e Alvim. A praça alinhada pela rua do Príncipe e Alfândega[273].

Terminada a obra, a cidade passou a contar com um novo Mercado, que melhorou a ordem e higiene dos arrabaldes do Largo do Palácio, ficando sob a incumbência dos proprietários manter a limpeza das suas acomodações. Desde

---

[270] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1835-1840. Lei nº 92, de 29 de abril de 1838.
[271] CABRAL, 1979, p. 96.
[272] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Lei n° 228, de 9 de maio de 1846.
[273] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1848-1853. Lei nº 252, de março de 1848.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

então, as Posturas Municipais proibiram a venda do peixe, na praia, e em outros locais, que não a praça do mercado.

Nos anos que antecederam a construção do Mercado Público de Desterro, as posturas já regulamentavam a respeito da higiene que deveria existir nas bancas dos pescados, determinando que:

> Os proprietários, os arrendatários das bancas do pescado as lavarão todos os dias, conservando-as com asseio e limpeza assim como as suas testadas, depositando no mar as imundícies que aí se ajuntarem sob pena de 4$000 de multa[274].

Entretanto, não se tratava de tarefa fácil conservar o asseio do local, dado os hábitos, que já estavam enraizados nos seus arrendatários.

Nos jornais, são freqüentes as reclamações sobre a ausência de praças adequadas para a população. Na década que segue meados do século XIX, o redator do Jornal "O Argos" denunciava que a cidade de Nossa Senhora do Desterro carecia de um local de lazer e sociabilidade, onde os seus habitantes pudessem se reunir ou descansar após um passeio. Segundo o redator, essa ausência estava diretamente ligada à falta de verba pública para viabilizar tal intento e não ao fato de não ter sido pensada ou solicitada pela população desterrense:

> Há muito era sentida nesta capital a falta de um ponto comum de reunião, onde os nacionais e estrangeiros a sombra de copadas árvores, em uma atmosfera embalsamada de perfume das flores, fossem gozar do descanso tão apetecido depois de um longo passeio. Conheciam todos essa necessidade, mas a escassez de meios e as dificuldades inerentes a empresa de tal ordem era um obstáculo que parecia invencível. Eu, porém, que sei avaliar a disposição do povo catarinense para o progresso e que conheço que em dedicação e patriotismo não deixam nada a desejar, não trepide encarregar-me da realização de uma idéia que eu partilhava – porque ela era mais um passo dado no caminho do progresso[275].

As mesmas deficiências ocorriam em relação à caridade pública, pois o Hospital de Caridade, que era um dos poucos existentes para atender à população, tinha suas limitações para o atendimento dos enfermos, já que o seu edifício, "[...] acanhado como é, às vezes mal pode conter os enfermos desvalidos, que buscam

[274]Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei n° 222, de 10 de maio de 1845.
[275] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Argos, Ano VI, nº 956, de 5 de abril de 1862.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

aquele asilo[276]". As rendas recebidas, por ele anualmente do Governo Provincial, orçadas em 300$000 réis, mal cobriam as despesas ordinárias[277].

O Hospital de Caridade, meio século após sua construção, encontrava-se em estado de ruína, e necessitava de uma nova edificação, que foi aprovada em 30 de julho de 1845, sob responsabilidade do Doutor Moreno. Sua inauguração contou com a presença do Imperador D. Pedro II, acompanhado de Dona Teresa Cristina e outras autoridades.

Em 18 de junho de 1846, o Hospital foi autorizado, por carta, a usar o título de "Imperial" e, em 1854, houve a transferência dos doentes da velha casa para a nova, sendo a velha demolida.

Afora as epidemias de cólera, que quando chegavam à província faziam diversos estragos na população, a maioria das internações, no Hospital de Caridade, eram de doentes afetados por enfermidades pulmonares e por moléstias venéreas.

As preocupações com higiene pública, dentro do espaço urbano, se relacionavam, dentre outras coisas, com a valoração da capacidade de labor do homem e a da sua força produtiva, fator decisivo para o incremento da economia.

Na Inglaterra, em meados do século XIX, enfatizava-se a relação entre os problemas de saúde, da classe trabalhadora, e as suas condições de vida.

> Em 1842, Edwin Chadwick realiza uma investigação, que se tornou clássica, o "Inquérito Sanitário das Condições da População Trabalhadora da Inglaterra", no qual mostra a relação entre a presença das doenças e as péssimas condições de moradia, a falta de esgotos, a ausência de água limpa, erros na remoção e tratamento do lixo, etc.
> Nesta época, advoga uma relação entre a pobreza e doença, na qual esta surge como conseqüência daquela; torna-se adepto da teoria miasmática, defendendo a idéia de que a saúde é uma questão de engenharia e não de medicina, pois, esta aponta os problemas, mas é aquela que os enfrenta e resolve[278].

[276] Centro de Memória da ALESC, Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848. Parecer nº 04, de 27 de abril de 1835.
[277] Ibidem Idem.
[278] MERHY, Emerson Elias. O capitalismo e a saúde pública: a emergência das praticas sanitárias no Estado de São Paulo. 2ª.ed. Campinas: Editora Papirus, 1987, p. 35.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

No caso de Nossa Senhora do Desterro, cidade que não possuía grande representatividade na economia do Brasil, a atenção dispensada pelas autoridades locais, parece que estava ligada ao seu status de capital da Província de Santa Catarina, refletindo, também, o projeto de política imperial, voltado aos centros urbanos.

Em outras palavras, tratava-se de seguir o fluxo de civilização, tornado deveras importante, num momento histórico em que o Brasil havia quebrado os seus grilhões com Portugal, e se consumava enquanto Estado-nação, buscando um status de civilidade.

2.2 PROIBIÇÕES VERSOS PRÁTICAS COSTUMEIRAS

O que significa proibir? Qual o motivo que leva a adoção de determinadas proibições? Até que ponto proibir retrata as práticas, o costumeiro, o cultural? As proibições, regulamentadas pela *legis,* objetivavam coibir o que se apresentava como prática indesejável, inconveniente a determinadas categorias, ou que contrariavam interesses coletivos, mediados pelo Estado, avalizados pela produção do conhecimento, e amalgamados segundo as linhas gerais do padrão histórico-cultural brasileiro.

Substituindo a coerção, que se impunha pela força, vê-se surgir, na esteira da modernidade, o estado de direito, que colocou todos os cidadãos sob a égide da lei, a qual, em última instância, deveria garantir a supremacia da coletividade em relação ao singular. “A idéia de que a sociedade é fonte de valores, que o bem é o que é útil à sociedade, e o mal, o que prejudica sua integração e eficácia, é um elemento essencial da ideologia clássica da modernidade[279]”.

Partindo dessa premissa, que contrapõe o bem, necessário ao funcionamento orgânico da sociedade, e o mal, patrocinador do caos e da desordem, ao Estado cabe incentivar o bem e coibir o mal. Entretanto, nem sempre ele adota as medidas que vão ao encontro dos interesses da coletividade, privilegiando determinados grupos em detrimento de outros, já que, “a palavra ‘sociedade’ pode ocultar os interesses particulares dos governos, da tecnocracia ou dos burocratas[280]”.

[279] TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994 p. 23.
[280] Ibidem, p. 63

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

A organização das sociedades civis modernas, concretizadas, de modo geral,no decorrer do século XIX, intermediadas pela constituição, que garantiu o estado de direito, expressou o triunfo da razão preconizado pelos iluministas. “É a razão que anima a ciência e suas aplicações, é ela também que comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas, é ela, finalmente, que substitui a arbitrariedade e a violência pelo estado de direito e pelo mercado[281]”.

Teoricamente, a lei positivada deve submeter o indivíduo, de modo que a vontade coletiva esteja acima dos interesses particulares. O dever ser do indivíduo em sociedade, por sua vez, teria a incumbência de guiar suas ações e desenvolver suas atividades, em sintonia com o que é útil à sobrevivência e funcionamento do corpo social.

Todavia, isso nem sempre é viável, pois muitas vezes o produto cultural e as práticas costumeiras estão em conflito com o que é construído pela verdade jurídica, ou destoam do que é produzido pelo conhecimento teórico. Para subordinar os costumes à produção do conhecimento, se torna necessário uma inversão de valores culturais, readequando hábitos, muitas vezes, arraigados na população.

Assim, o desenvolvimento da idéia de progresso contínuo, marca característica do século XIX, implicou na vigilância de todos os aspectos da vida social, fazendo ascender ao centro das práticas governamentais, o controle de determinadas ações coletivas, por meio do cumprimento e da fiscalização das deliberações do Estado, que se vale da máquina administrativa, para pôr em prática suas ações.

Emerge daí uma problemática relacionada às imposições legislativas, ou à cominação de normas jurídicas – que podem ser do tipo permissivas ou proibitivas - muitas vezes disformes do padrão cultural, manipuladas de cima pra baixo, instaurando uma tensão entre Estado e sociedade.

Há uma tendência dos costumes se perpetuarem, resistindo ao padrão imposto pela regulamentação legislativa, ainda que as pressões, vindas de cima para baixo, acabem por ocasionar a sujeição dos indivíduos ao Estado. Em contrapartida, a contrariedade da população, cujo padrão cultural não coaduna com os imperativos adotados pela máquina administrativa, desencadeia pequenos mecanismos de burla e resistência.

---

[281] Ibidem, p. 9.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Por essa ótica, se reafirmam determinados costumes que, por terem sido utilizados durante um longo espaço de tempo, ou por serem considerados benéficos "[...] ao povo e agradável à natureza e à índole das pessoas[282][...]", seguem, praticamente incólumes, às reiteradas ações da administração pública. Sua persistência, que se impõe, em prejuízo das imposições normativas, faz desabar por terra a idéia de bem comum, pois os atores e categorias sociais tendem a defender seus interesses e valores, frente aos entraves impostos pelos ditames governamentais, os quais se justificam pela via da necessidade de organização social, mas que, insofismavelmente, ocultam também interesses particulares dos governantes.

Esse enfoque deslinda a queda de braço, entre as proibições e as práticas cotidianas, deixando entrever um dualismo de interesses e de posicionamentos. Se por um lado, o Estado moderno soma esforços para tutelar os atores sociais, por outro, esses não aceitam tacitamente as suas imposições de imediato. Embora a força motriz da organização social seja encampada pelo ordenamento estatal, os sujeitos que compõem a sociedade são agentes de transformação histórica, golpeando com as suas práticas ou 'maneiras de fazer[283]' o que se impõe como norma ou lei.

Conforme afirma Michel de Maffesoli: "Ainda que seja uma banalidade dizê-lo, é preciso lembrar que o direito se constitui a partir dos costumes[284]", o que não corresponde a dizer que as leis, ou sua aplicabilidade são fidedignas a eles, reafirmando-os, consolidando-os, pois muitas vezes a imposição dos atos legislativos vão justamente de encontro ao costumeiro, tendo por objetivo reformulá-lo e bani-lo do cerne social.

Diante das estratégias de dominação, os indivíduos, que compõem o corpo social, encontram, caminhos possíveis de resistência ao poder instituído, para exercerem suas atividades cotidianas. Desenvolvem mecanismos de barganha, contravenção e resistência ao que lhes é imposto verticalmente, de modo a escapar dos instrumentos de controle utilizados pelo poder institucional do Estado e da máquina pública.

---

[282] THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998. p. 86
[283] CERTEAU, 2001 p. 37.
[284] MAFFESOLI, Michel de. A Transfiguração do político. A tribalização do mundo. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997. p. 21.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

No que concerne o momento de formação do Estado-nação brasileiro, e da reorganização das suas bases jurídico-administrativas, a ambigüidade se instaurou no próprio modelo de sociedade escravocrata do país. Contrariando os princípios de liberdade e de igualdade, defendidos pelos iluministas, nos quais deveriam estar ancorados a sociedade civil[285], a escravidão se manteve por um copioso período, sendo justificada pelo argumento de que a presença "do negro representava fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais[286]", mal inevitável para alavancar a economia nacional, naquele momento histórico[287].

O escravo estava submetido a dois tipos de coerção: a física, imputada, cotidianamente, pelos senhores e feitores[288]; a simbólica, constituída por argumentos, que validavam a sua existência.

Por outro viés, a outorga da carta constitucional de 1824 restringiu liberdades necessárias ao cumprimento do pacto social, preconizado por Rousseau. "Instituíram-se direitos e liberdades individuais. No entanto, simultaneamente, criou-se a figura jurídica do poder moderador[289]". Em 1833, o jornal "O Expositor" se pronuncia a favor de reformas constitucionais, necessárias ao "aperfeiçoamento de nosso pacto social[290]", reverberando que:

> Sustentemos o equilíbrio dos poderes, os direitos civis e políticos do cidadão, o império das leis e veremos o povo apreciando seus direitos, reconhecendo seus deveres e abraçar a moralidade que convém a uma nação que para ser livre deve principiar ser sempre justa[291].

A emancipação política não significou rever o modelo monárquico, mantendo a presença do "príncipe", garantida pela figura do Imperador e a vigência do poder moderador.

Os entraves na organização do Estado brasileiro, tanto no que diz respeito ao modelo político quanto no que se refere às esferas institucionais, administrativas e executivas, puderam ser sentidas em diversos setores da sociedade. Se por um lado

---

[285] LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1994, p. 25.
[286] HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora J. Olympio, 1982, p. 17.
[287] Ibidem p. 43.
[288] LARA, Silvia Hunold. Campos de Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988, p. 54.
[289] ADORNO, 1997, p. 61.
[290] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Expositor. Ano I, nº 11, de 16 de fevereiro de 1833.
[291] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

as sua determinações iam ao encontro da adoção de um modelo de “civilidade”, incorporando no seu discurso o “código do bom-tom[292]”, bem como, as teorias cientificas, por outro a exeqüibilidade do padrão proposto tornava-se utópica, dado a capenga situação da máquina e dos cofres públicos, a falta de tecnologias adequadas: à imediata industrialização do país, ao aprimoramento da mão-de-obra, do trabalho, das condições de vida, da saúde, da educação e ainda a efetivação do saneamento urbano.

Sentiam-se então os maus efeitos ocasionados pela mingua de recursos pecuniários para coibir determinados hábitos insalubres; a ineficiência na fiscalização das Posturas Municipais dos centros urbanos, que deveria ser capaz de conter as práticas proibidas por motivos de higiene; e a inexpugnável persistência dos costumes da população.

Em Nossa Senhora do Desterro a permanência de determinados hábitos podem ser aquilatados por meio das fontes no decorrer de todo o século XIX. A reedição de posturas e a reprodução do discurso vexatório sobre as condições de higiene da cidade, marcam caracteristicamente o período, o que, aliás, é aportado na dissertação de mestrado de Hermetes dos Reis Araújo[293].

Ao se remeter às reformas urbanas e ao reajustamento social, ocorrido na cidade durante o início da República, o historiador demonstra a insatisfação manifestada pelos periódicos em relação à falta de higiene da cidade, os quais, no decorrer do século XIX, cobravam atitudes das autoridades locais no sentido de efetivar a higiene pública da capital[294].

No período de transição do Império para a República a ênfase em higiene ganhou novos contornos, consolidando-se a atuação do saber médico-científico e as iniciativas administrativas voltadas ao saneamento e ordenamento urbano. Araújo afirma que:

> Conforme o historiador Oswaldo Cabral, em Nossa Senhora do Desterro, desde meados do século XIX as queixas e reclamações através da imprensa, cobrando atitudes das autoridades sempre morosas no sentido de

[292] SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) Código do Bom-Tom ou Regras de civilidade e de bem viver no século XIX. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.
[293] ARAÚJO, 1989, p. 25.
[294] Ibidem. p. 37.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> promover medidas eficazes para o saneamento da capital, foram constantes[295].

Todavia, apesar do discurso sobre as imundícies ganhar ênfase em meados do século, as discussões sobre higiene pública, os maus cheiros, os hábitos considerados insalubres, os despejos e a contaminação das fontes, já estava sendo proferido na primeira metade do século XIX:

> Ilmo. Senhor: Tenho a honra de representar novamente a v. Exª a fim de que haja de fazer que a Câmara Municipal desta cidade obrigue o inquilino que mora na chácara denominada do Vieira, Thomaz da Costa Fraga, não deite animais a fim de que não façam despejos que impregnam a água de partículas pestíferas, nem deixe fazer (?) a roupa suja em parte que venha para o lado da bica da fonte pública que existe no fundo da mesma chácara desde tempos imemoráveis e da qual faz uso toda a vizinhança [...][296].

Discussões que seguem século XIX afora, até que são tomadas medidas de saneamento de maior impacto.

O discurso sobre a higiene pública ecoava na cidade desde, pelo menos, a década de 1830, aparecendo com outra terminologia, já que, respaldado pelos conceitos científicos produzidos no período pré-pasteuriano.

As repetidas reverberações contra a falta de asseio público demonstram que as proibições não davam cabo de expugnar as práticas costumeiras, as quais contribuíram para manter, durante um tempo considerável, uma ambiência do núcleo urbano desterrense bastante similar.

As reflexões, pertinentes à década de 1830, vão ao encontro de alterar a fisionomia da cidade, seguindo a arque da civilização proposta pelo velho continente. Todavia, há uma distância significativa entre idealização e concretização, tendo em vista a contraposição entre projetar e executar o projeto.

O déficit, em termo de respaldo institucional, contribuía para obstar as intervenções governamentais sobre o espaço urbano, sua população e os matizes que compunham o cenário desterrense. Daí a dificuldade em se fazer cumprir com as proibições, abrindo fímbrias por onde a população local, em especial a “malta” dos soldados, marinheiros, prostitutas, escravos e libertos, burlava as normas pré-

---

[295] Ibidem, p. 25.
[296] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Registro de Ofícios 1839. Manuscritos 59 folhas.nº 83. Caixa 37. Ofício do Presidente da Província, Brigadeiro João Carlos Pardal à Joaquim Ignácio de Macedo Campos, Capitão Comandante. 17 de Junho de 1839.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

estabelecidas, dando prosseguimento às atividades que garantiam sua sobrevivência e continuidade ao seu padrão cultural.

No que toca a administração pública, esbarrava em questões paradoxais, pois, não apresentava fórmulas eficazes, para fazer cessar determinadas práticas, acabando por reforçar o ambiente favorável às contravenções. Proibia o depósito de lixos e imundícies nas ruas, praças, praias, terrenos baldios, nos córregos e fontes, mas não regulamentava qual seria então o seu destino; fato observável na reticente determinação do Código de Posturas de 1845, que deixa em aberto a questão afirmando que: "A Câmara designará diferentes lugares próprios, para neles se fazerem os depósitos de imundícies[297]".

O mesmo se pode dizer em relação aos despejos, os quais, na melhor das hipóteses, poderiam ser feitos nas praias, o que não resultava em qualquer tipo de alento à salubridade pública[298]. Vetava-se a circulação de animais à solta, como porcos, galinhas, cavalos e bois, entretanto, não havia uma efetiva fiscalização e nem a aplicação das multas, que deveriam ocorrer nessas circunstâncias.

Contrariando as determinações das Posturas Municipais, os animais seguiam circulando livremente, espalhando seus excrementos nas ruas. Em 1859 o jornal "O Argos" reclamava que: "Aí estão muitas ruas desta capital, com especialidade o Beco do Espírito Santo, cobertas de imundícies, que mal se pode transitar. As cabras e cabritos vagam por toda a parte, contra as disposições das Posturas[299]".

Protestava-se contra o exercício ilegal da medicina, pelos chamados charlatães, a atuação das benzedeiras e parteiras, mas não se ofereciam os recursos medicinais necessários à convalescença dos doentes, fato que, se não reforçava, também não evitava um comportamento que, já fazia parte do cotidiano da população.

[297] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei n° 222, de 10 de maio de 1845. capítulo 2°artigo 21.
[298] Ibidem Idem.
[299] Jornal o Argos, maio de 1859. Apud: CABRAL, 1979, p. 191.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Em 1851 “O Novo Íris” afirmava: “Ninguém que seja dotado de bom senso negará isso. Quem dirá, por exemplo, que não é um mal a corrupção da mocidade, que não é um mal a ciência falsa e tortuosa ministrada pelo charlatanismo e pela hipocrisia[300]?”

As Posturas Municipais, por sua vez, fixavam que: “O boticário que introduzir nos remédios mais ou menos drogas do que aquelas que se contiverem nas receitas dos facultativos pagará a multa de 30$000 réis[301]”, mas não havia um efetivo combate à prática, posto que as boticas não eram inspecionadas com regularidade.

Do mesmo modo, a medicina só poderia ser exercida por pessoas habilitadas, as quais deveria apresentar os seus títulos à Câmara, determinando-se, por lei que: “Nenhum facultativo, boticário ou sangrador poderá curar ou exercer sua arte, sem ter apresentado seus títulos na Câmara Municipal , em cuja Secretaria ficarão registrados. O contraventor será multado em 16$000 réis[302]”.

No entanto, observava-se, corriqueiramente, o desempenho da profissão médica por pessoas não aptas, como registrou o Dr. Almeida Ribeiro:

> O droguista que não deve vender senão por atacado, faz comércio de retalho; o especieiro vende flores (medicinais) e tem depósito de remédios secretos (aqui vão mais longe, pois tem quase drogarias), o herborista (leia-se os preparadores de Lê-Roy, fazedores de ungüentos diversos, xaropes de longa vida) exercem a farmácia, e o farmacêutico pratica abertamente a medicina. Testemunha freqüentemente das queixas incessantes dos farmacêuticos, acerca das concorrências dolosas, que lhes são feitas muito mais nos sentiríamos tocados, se os tivéssemos visto encerrar-se mais fielmente nos limites de sua profissão[303].

A ineficiência na fiscalização da urbe, e o retardatário desenvolvimento de instituições, capazes de regular a normalização dos habitantes de Desterro, corroboravam para a inoperância governamental no setor da saúde pública.

Segundo Madel Luz, a Medicina Social no Brasil encontrou grandes obstáculos, já que a população, principalmente as classes populares, se contrapunha às intervenções médicas[304]. Urgia, portanto, uma série de adequações

---

[300] Biblioteca Central UFSC. Setor de obras raras. Jornal O Novo Íris. Ano II. nº 179. 16 de dezembro de 1851 p. 3.
[301] Centro de Memória da ALESC. Coleção de da Província de Santa Catarina. Código de Posturas 1841-1847. Lei nº ° 222, de 10 de maio de 1845, Cap. 1, Artigo 5º.
[302] Ibidem Idem.
[303] ALMEIDA, 1864, p. 50.
[304] LUZ, 1982, p. 106.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

na estrutura, organização e dinâmica urbana, a fim de atender as novas exigências da política e os pressupostos da ciência. Para Madel Luz:

> [...] a identificação dos focos de epidemias com a desordem urbana requeria todo um conhecimento voltado para as cidades, e o currículo do curso médico, assim como o modelo da medicina das cidades adotados, franceses, refletiam a necessidade de reestruturação do espaço urbano, de forma a prevenir a eclosão de novos surtos epidêmicos, mas também a assegurar os mecanismos sociais de dominação sobre os nativos[305].

Afora isso, deve-se levar em consideração o fato de Desterro ser uma cidade portuária, tornando necessários cuidados especiais, para evitar a veiculação das enfermidades. Segundo Roberto Machado, o Porto se destacava por ser um local privilegiado, enquanto objeto de ação municipal, já que estabelecia o contato entre o interno e o externo, podendo propagar a peste, alastrar as epidemias, espalhar doenças infecto-contagiosas[306].

Para evitar as desordens urbanas, como a embriaguez, as brigas e as confusões, entre os marinheiros estrangeiros e os moradores locais, vedava-se que eles vagassem à noite pela cidade, após o toque de recolher. As Posturas Municipais determinavam que:

> Fica proibido aos Marinheiros Nacionais ou Estrangeiros vagar em terra de noite, desde o toque do sino ou das horas marcadas para recolher em diante. Os infratores serão multados pela primeira vez em 8 dias de cadeia e nas reincidências em 30, podendo comutar-se a pena em 1$000 réis por cada dia de prisão[307].

Nos ofícios policiais e nos periódicos locais, se verificam notícias de perturbação da ordem pública pelos estrangeiros[308], incluindo um murmurinho sobre possíveis estupros, roubos, saques, invasões de casas e incêndios, respondidos com igual violência pela população local.

As proibições, feitas pelas Posturas Municipais, traziam regras bem definidas, no que tange a adulteração de remédios e gêneros alimentícios. Contudo, como

---

[305] Ibidem. p. 108
[306] Ibidem, p. 41
[307] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei n° 222, de 10 de maio de 1845. capítulo 3º, artigo 42.
[308] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras.Jornal O Conciliador, Ano I, nº 04, de 19 de maio de 1849.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

tantas outras, elas não apresentam o menor sinal de terem sido cumpridas. A introdução de substâncias, que modificavam a essência das medicações, a venda de remédios deteriorados, a comercialização de produtos alimentícios de baixa qualidade, ou falsificados foram práticas corriqueiras, combatidas de forma ineficiente.

No ano de 1862, o periódico "O Argos" trouxe a público suas considerações e protestos, em relação à prática de alguns comerciantes, em deturpar o peso ou a natureza das mercadorias negociadas em seus estabelecimentos: "A falsificação de gêneros alimentícios é por sem dúvidas um dos maiores danos que recebe a higiene pública, e nesta convicção os legisladores cuidarão em promulgar leis repressivas, impondo penas a todos os falsificadores[309]".

A lei imperial, de primeiro de outubro de 1828, criou as Câmaras Municipais para as cidades e vilas, imputando-lhes a responsabilidade de investigar possíveis ações fraudulentas nos estabelecimentos comerciais, bem como:

> Prover igualmente sobre a comodidade das feiras, e mercados, abastança e salubridade de todos os mantimentos e outros objetos expostos à venda pública, tendo balança de ver o peso, e padrões de todos os pesos, e medidas para se regulares as aferições, e sobre quanto possa favorecer a agricultura, comércio e indústria dos seus distritos, abstendo-se absolutamente de taxas os preços dos gêneros ou lhes por outras restrições a ampla liberdade que compete a seus donos[310].

Ademais, as Câmaras deveriam deliberar, dentre outras coisas, sobre: alinhamento de ruas, limpeza e iluminação do espaço público, conservação e reparos dos edifícios, prisões, calçadas, pontes, fontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques e demais obras de pública utilidade.

Deveriam providenciar, igualmente, o esgotamento das águas infectas, responsáveis pela proliferação dos miasmas nauseabundos; vigiar as práticas dos habitantes das cidades, a fim de evitar o depósito de imundícies em lugar indevido; evitar que a população lançasse corpos, substâncias ou matérias, que pudessem ultrajar os transeuntes; prover os meios necessários para combater os incêndios; coibir a algazarra em horário de silêncio; reprimir os atos imorais, as obscenidades e as ações contra a decência pública; gerenciar a saúde pública, e a vacinação dos

[309] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Argos, Ano VI, nº 906, de 06 de fevereiro de 1862.
[310] Biblioteca da ALESC. Coleção de Leis do Império do Brasil 1828. Lei das Câmaras. Lei de 1º de outubro de 1828. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, Reimpressão 1876.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

habitantes da cidade; promover os meios para manter a segurança, tranqüilidade, saúde e comodidade dos habitantes; manter o asseio, segurança, elegância e manutenção externa dos edifícios e ruas[311].

Atribuições que a Câmara Municipal de Desterro não cumpria com a eficácia solicitada, como é possível observar numa matéria publicada pelo "O Conservador", afirmando que eram necessárias:

> [...] enérgicas providências para a limpeza das ruas e praias que na verdade estão imundas e proibissem fazer limpeza antes do toque de recolher, como muitos costumam, destinando lugar e hora certa para despejos das matérias fecais impondo multas e castigos aos que infringissem: nada mais indecoroso e revoltante do que ver ao por do sol em uma cidade como esta é, os escravos com os tigres à cabeça, escalando pestífero cheiro, muito principalmente em uma quadra que a todo momento podemos ser visitados, pelo desapiedado cólera [...][312].

A despeito das deficiências de pessoal na administração pública municipal, das suas módicas rendas e diversos gastos, sobrecarregavam-se as Câmaras de atribuições, acarretando, certamente, prejuízos para o correto desempenho de suas funções. Por seu turno, a população não permitia que, tais lacunas na vigilância das suas práticas, passassem *in albis*, valendo-se das circunstâncias em benefício próprio, persistindo em atividades proibidas pelas leis e posturas, sobrevivendo com atilamento, dentro de um esquema de sociedade estratificada e repressiva.

As diversas imposições assistidas pela legislação, que deveriam ganhar o respaldo fiscal da Câmara, impunham-se como letra morta. A lei de 1828 proibia, por exemplo, que se adulterassem os pesos e medidas das mercadorias. No entanto, sua aplicabilidade dependia intrinsecamente da fiscalização, o que deveria ser feito mediante a visita e autuação dos fiscais, responsáveis por recolher, aos cofres públicos municipais, as multas pecuniárias.

> Os vendeiros que puserem à venda quaisquer gêneros sólidos ou líquidos corrompidos, ou falsificados para pesarem ou avultarem mais, ou para encobrirem suas danosas qualidades serão multados em 10 $ a 20$000 réis, além da pena de os perder. Apesar de se acharem imperfeitos, não serão lançados fora: 1º o vinho azedo, que será lançado nas vasilhas do vinagre; 2º o azeite doce alterado, que será misturado com o azeite de peixe

[311] Ibidem Idem.
[312] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conservador. Ano IV, nº 378, 04 de dezembro de 1855, p. 3.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> ou de luzes; 3º a aguardente fraca que será vigorada por algumas medidas de aguardente do reino[313].

As classes mais baixas da sociedade lançavam mão dos seus mecanismos de sobrevivência, defendendo seus valores, resistindo às imposições e mantendo as suas "maneiras de fazer"[314].

Assim, as lavadeiras e quitandeiras de Desterro criavam seus espaços de sociabilidade, interagindo com os demais habitantes, de modo a garantir sua sobrevivência, oferecendo seus serviços à grande parte da população. Possuíam a astúcia do camaleão: "Essas vendedoras de tabuleiros, lavadeiras de chafarizes têm a astúcia do camaleão, dos pequenos bichos que não pretendem vencer, pois já foram vencidos, mas apenas defender-se da morte[315]".

Tratava-se das estratégias de sobrevivência cotidiana, das adequações às circunstâncias impostas pela administração pública, cujo modelo, em sintonia com a mentalidade científica, concebido segundo as concepções paradigmáticas sobre a sociedade civil, e em conformidade com o conceito de civilidade, buscava coibir as práticas consideradas em descompasso com a organização urbana.

É notório que, em se tratando de uma sociedade que baseava suas relações econômicas no trabalho escravo e, admitindo-se que ele representava uma ameaça constante, o controle e as proibições recaíam, em especial, sobre essa categoria social. Em contrapartida, as contravenções assumiam um papel decisivo na criação de estratégias de sobrevivência.

Nesse sentido, as Irmandades, que congregavam os escravos e homens pretos do Desterro, tal como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, cumpriam importante função enquanto fortificadora de elos de solidariedade entre aquela população.

Segundo Claudia Mortari, alguns cargos da Irmandade, durante os anos de 1842 a 1860, foram ocupados por homens ilustres na cidade, em especial militares. Sua presença indica, para a historiadora, um duplo estado de coisas: por um lado, uma aproximação com o grupo dirigente, que poderia verter em benefícios para a

---

[313] Biblioteca da ALESC. Coleção de Leis do Império do Brasil 1828. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, Reimpressão 1876. Lei de 01 de outubro de 1828.
[314] CERTEAU, 2001, p. 47.
[315] BOSI, Ecléa. As outras testemunhas (Prefácio). Apud: DIAS, 1984 p. 4.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Irmandade; por outro, pressuporia um maior controle das ações de africanos e afro-descendentes[316].

A disciplina e a vigilância infligidas, diariamente, a esses atores sociais, estabeleceu um campo de forças que, apesar de pender para o poder da administração pública, tinha sua contrapartida nos espaços abertos para a resistência. De acordo com Paulino de Jesus Francisco Cardoso:

> Quero lembrar por um lado, a possibilidade de africanos e afro-descendentes terem organizado seu mundo, tendo por referência valores e significados de europeus e eurodescendentes escravocratas. Por outro lado, quando falo em hegemonia busco enfatizar a tensão, o conflito, a inconstância presente nas práticas culturais. Vejo a cultura, ela própria como um campo de luta, antagonismo e contradição. Desse modo, a hegemonia nunca é estática, está sempre sobre a ameaça de forças contra hegemônicas forjadas no seio das classes dominadas[317].

Ademais, a reformulação das condutas esbarrava na dificuldade de se restringir os espaços de circulação dos escravos, pois, eles necessitavam se locomover para exercerem as suas atividades. “De fato, a circulação desses indivíduos pela cidade no exercício de suas atividades diárias instigou a polícia municipal da cidade a regular e controlar suas condutas, procurando restringir sua mobilidade pelo espaço[318]”.

Alguns deles eram, inclusive, responsáveis por funções públicas, como ascender os lampiões à noite[319]; outros ficavam encarregados de fazer a compra de mantimentos para os seus senhores[320]. Havia ainda aqueles que comercializavam quitandas[321], que estavam encarregados da retirada dos tigres à noite[322], quando deveriam ser despejados na praia, trabalhavam no mercado informal lavando roupas, fazendo consertos ou desempenhando algum outro trabalho braçal[323].

Sendo assim, como restringir sua circulação? As próprias funções de que estavam incumbidos abriam precedentes para que pudessem lançar mão de suas artimanhas de sobrevivência, resistência e defesa dos seus valores. Assim sendo,

---

316 MORTARI, 2000, p. 80.
317 CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. História e Populações de Origem Africana em Santa Catarina II. Relendo negro em terra de branco. Florianópolis: Editora Mimeo, 2000. Apud: MORTARI, 2000, p. 17.
318.Ibidem, p. 48.
319 Ibidem, p. 46.
320 Ibidem, p. 39.
321 Ibidem p. 49.
322 Ibidem p. 46.
323 Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

as restrições de sua circulação, pelo centro da cidade, pendiam para o plano teórico, pois não havia como impedir que desempenhassem as atividades, de que estavam encarregados.

As inúmeras proibições, que iam desde o ajuntamento de escravos ou libertos nas ruas, nas praças ou em espaços públicos, até as cantorias, a roda de capoeira, a dança, o batuque, as vozearias e sua circulação pela cidade, após o toque de recolher, sua permanência dentro de armazéns, tabernas ou casa de quitandas, mais tempo do que o necessário para a compra ou venda de mercadorias, suas reuniões tendo por objetivos "os supostos reinados africanos, que, por festas, costumam fazer[324]", o aluguel de casas, para nelas morarem, independentes de seus donos, e a venda de quitandas após o toque de recolher, não conseguiam evitar que os escravos e forros desacatassem as proibições.

> Fica proibido depois de anoitecer, todo o ajuntamento nas praças, ruas e estradas de quatro ou mais escravos ou libertos africanos, sós ou promiscuamente. Os que assim forem encontrados serão presos e punidos; os escravos corporalmente no dia seguinte à arbítrio do juiz, não excedendo o castigo ao número marcado na última parte do artigo 60 do código penal, sendo logo entregues a seus senhores; e os libertos com prisão correlacional por quinze dias, empregados no reparo das ruas, ou no serviço das fortalezas[325] .

No entanto, argumentava-se ora, que o número limitado de guardas comprometia o bom funcionamento dos seus serviços[326] ora, que a polícia local tinha condições de evitar que as contravenções e desobediências ocorressem, talvez como forma de apologia ao governo: "No entanto posso assegurar à Assembléia 1° que a polícia atual, observada na cidade, tem sido bastante para evitar que os escravos vaguem pelas ruas depois do toque de recolher[327]".

Apesar das proibições terem sido pensadas de forma a coibir determinadas ações, regulamentando a circulação de algumas categorias sociais no meio urbano desterrense, esbarravam em entraves, já que, os espaços eram ocupados em

---

[324]Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei n° 222, de 10 de maio de 1845 p. 209.
[325] Centro de Memória da ALESC. Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848. Decreto nº 10, folha nº 13.
[326] PARDAL, João Carlos. Discurso pronunciado na abertura da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina. Primeira Sessão Ordinária da 2ª Legislatura de 1838. (Apud: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/925/000002.gif)
[327] Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848. folha nº 06.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

conformidade com o exercício dos papéis sociais, estando correlacionados ao andamento das atividades pertinentes à dinâmica da cidade.

Trata-se de decodificar um universo de significados implícitos nas adequações do cotidiano, realizadas a partir de mecanismos de defesa de valores, de reações voltadas à sobrevivência e, a manutenção de um padrão de comportamento, já impressos no cotidiano.

Em outras palavras, implica em observar os detalhes as formas com que os grupos ou os indivíduos se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural[328]. Em síntese, essas técnicas desdobram-se alterando o funcionamento de uma multiplicidade de detalhes cotidianos. Por outro lado, faz a ordem imposta assumir uma nova forma, para sanar as falhas que impedem que ela cumpra com seus propósitos e fundamentos.

Pode-se dizer, que a atividade do Estado se inclina à reverter o padrão cultural e o *modos vivendi* da população. Essa, em resposta, tem o seu *modus operandi,* que garante a manutenção dos seus valores, crenças, atividades exercidas para a sua sobrevivência. Enfim, agem em defesa da sua cultura, entendida como a capacidade de criar a diversidade, referindo-se a diferentes fenômenos, todos eles ligados aos modos de existir dos inúmeros grupos humanos.

Assim, as "operações sobre os usuários[329]" ou dominados, de que fala Michel de Certeau, supostamente entregues à passividade e disciplina, não estão a serviço de um vazio emoldurável. Apesar das diferenças culturais serem manipuladas pelas esferas de poder, que inserem no tecido social a estratificação e o amálgama dos papéis hierarquicamente impostos, tem os seus nós amarrados na inconformidade à norma determinada, rompendo com a idéia de subserviência ou passividade.

Na expectativa de esquadrinhar, homogeneizar e realizar o enquadramento social, o Estado não dá conta de conter manifestações que lhe são contrárias, pois, não é pela ação exclusiva da lei, que se dão as modificações das práticas costumeiras, embora ela exerça suas influências nos caminhos da sociedade.

Apesar de somar esforços, no sentido de cercear determinados costumes, de modo a organizar o corpo social como um todo uno e indivisível - tal como o próprio território nacional – cujas partes constitutivas tinham funções organicamente definidas e, por essa razão, possuíam papéis estanques, imóveis e engessados, , as

[328] CERTEAU, 2001, p. 37.
[329] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

ações da máquina pública impulsionaram um bricolagem, um modo de apropriação das suas determinações.

Não obstante as leis possuírem características coibitivas, silenciadoras, opressoras e normalizadoras, não reformularam, de imediato, o padrão cultural, não retiveram as ações cotidianas, os modos de fazer, as reapropriações, e as maneiras singulares de decodificar determinadas imposições. Por outro lado, os mecanismos utilizados pelo poder atingiram o modo de viver dos atores sociais, flexionando sua forma de sobrevivência, instigando-os a realizar freqüentes adequações.

2.3. O DISCURSO DOS PERIÓDICOS E DA SOCIEDADE PATRIÓTICA CATARINENSE

No início do Império brasileiro, a imprensa ganhou espaço de atuação, pois, foi revogada a proibição de circularem jornais e revistas pelo território nacional. As notícias e informações, em especial as advindas de uma Europa convulsionada pelo processo revolucionário, encetado no final do século XVIII[330], que transitavam na clandestinidade, passaram, então, a ser divulgadas com o aval do poder central.

No ano de 1831, ano da abdicação de Dom Pedro I, foi fundado o primeiro periódico desterrense, denominado “O Catharinense”, durante a Presidência de Feliciano Nunes Pires[331]. O jornal representava as idéias da Sociedade Patriótica Catarinense, organização não governamental, da qual participava um número considerável de deputados da Assembléia Legislativa Provincial[332], inclusive o militar, e então Capitão de Engenheiros, Jerônimo Francisco Coelho, que foi o seu fundador.

Com correspondentes em diversas Províncias, até mesmo na corte, a sociedade influía nos assuntos do governo provincial, uma vez que, a maioria dos seus filiados estava infiltrada na administração pública. Segundo a divulgação do jornal “O Catharinense”, a Sociedade deveria apenas vigiar as ações do Estado, fiscalizando se estavam sendo cumpridas ou não. Em nenhum momento há

[330] HOBSBAWN, Eric J. A Era das Revoluções 1789-1848. 16ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, p. 13.
[331] CORRÊA, 1997, p. 20.
[332] É o que se percebe ao comparar a lista dos seus membros, registrados na Ata da Sociedade, com a lista dos deputados da Assembléia Provincial de Santa Catarina, no período em que a Sociedade existiu.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

referência de que a Sociedade possuía vínculos com o poder estatal ou que tinha ingerência ou influência nas ações governamentais.

Todavia, sua composição e a forma reticente como eram registradas em ata as suas atividades e reuniões, abrem precedentes para se inferir que se tratava de bem mais do que "[...] uma coleção de patriotas, que observam cuidadosamente se os governantes cumprem ou não suas obrigações[333]".

Na verdade, ela convertera-se numa força da política local, representando os interesses de um grupo que formará o Partido Liberal, participando das ações da Câmara Municipal, a serviço dos Presidentes da Província também liberais[334], deliberando sobre assuntos de utilidade pública. Para Oliveira: "A Sociedade Patriótica Catarinense, instituição de curta existência – fundada em 1831, e dissolvida em 1836 – foi um dos veículos de formulação e propagação de problematizações relativas à salubridade do espaço urbano de Desterro[335]".

De acordo com Carlos Humberto Corrêa, no ano de 1834, os liberais conquistaram onze das vinte vagas para deputado estadual, resultado por ele atribuído à atuação da Sociedade Patriótica. Afirma ele que:

> Foram os seguintes os representantes do povo que integravam o conselho da Sociedade Patriótica e que compunham a maioria de deputados liberais: Manoel Paranhos da Silva Veloso, eleito presidente da primeira legislatura e reeleito para a mesa mais tarde, Jose da Silva Mafra, Joaquim Caetano da Silva, Jerônimo Francisco Coelho, Anacleto José Pereira da Silva, Thomas Silveira de Sousa, João Antônio Terres, João Francisco Cidade e Miguel Joaquim do Livramento[336].

A Sociedade Patriótica era representada por um conselho de sócios, composto de dezesseis membros, renovável a cada quatro meses. Seu primeiro presidente foi Jerônimo Coelho, que escolheu o vice João Francisco de Souza Coutinho, o tesoureiro Anacleto José Pereira da Silva, e o secretário Henrique Marques de Oliveira Lisboa.

Adeptos ao Iluminismo francês, os correligionários da Sociedade veiculavam idéias liberais, modernizadoras, de progresso e civilização, antilusitanas e defensoras da liberdade de imprensa[337]. Tais idéias vinham ao encontro de uma

---

[333] Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Jornal O Catharinense, Ano I. nº 02, de 18 de agosto de 1831.
[334] CORRÊA, 1997, p. 33.
[335] OLIVEIRA, 1990, p. 199.
[336] CORRÊA, 1997, p. 42
[337] Ibidem, p. 37.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

incipiente burguesia, que representava o público leitor dos jornais, angariando o apoio de alguns comerciantes locais, que faziam em suas casas de comércio a subscrição do periódico[338].

A Sociedade conclamava a sua aversão aos portugueses, visto que ocupavam a maioria dos cargos públicos de importância. Desse modo, crescia a indignação dos brasileiros, as manifestações contra os portugueses, o movimento para retirar-lhes os privilégios políticos-administrativos e expulsá-los do país.

A Sociedade Patriótica foi o principal agente contra os luso-brasileiros na cidade de Desterro, e a grande responsável pela renúncia do Presidente da Província, o português Miguel de Souza Melo e Alvim, no ano de 1831.

Mesmo sendo casado com uma brasileira, tendo filhos brasileiros e vivendo há anos na Ilha, Melo e Alvim não conseguiu se livrar da condição de português nato. É o que nos informa a série "Origens", coordenada por Ney Vidal e Mauro Meurer:

> Embora já vivesse no Desterro há anos, tendo sido inclusive intendente da Marinha na época da Independência, sua condição de português de nascimento era intolerável mesmo para seus companheiros e subordinados militares.
> Os gritos de 'Fora os galegos! Fora os pés de Chumbo!' que o atingiram eram na realidade dirigidos a todos os portugueses[339].

Ao lado das ações governamentais, os membros da Sociedade Patriótica entoavam um discurso similar ao de alguns deputados da Assembléia Legislativa Provincial, reclamando sobre a conservação dos trapiches e o melhoramento das estradas.

De acordo com a afirmativa de Carlos Humberto P. Corrêa:

> Seus temas de discussão distribuíam-se pelos assuntos políticos, administrativos e filantrópicos. A política dizia respeito ao cumprimento dos ideais lusofóbicos e anti-restauradores, conforme os estatutos. Os temas administrativos dirigiam-se à Câmara Municipal como *sugestões* (grifo nosso) de abertura de estradas, conservação de portos e trapiches, além de melhoramentos necessários da passagem do Estreito e criação de cadeiras de primeiras letras, isto é, escolas primárias[340].

---

[338] Isso é verificável na folha de rosto dos jornais O Catharinense e O Expositor.
[339] A política na monarquia. Apud: Florianópolis: origens e destinos de uma cidade à beira mar. DC documentos: Florianópolis, de 09 de março de 1996.
[340] CORRÊA, 1997, p. 33.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Dentre os seus membros, quase todos políticos ou ligados de alguma forma ao poder público, havia médicos, engenheiros e advogados, que empregavam os seus conhecimentos em “prol do desenvolvimento” urbano, vituperando contra o aspecto desolador, que apresentava a cidade.

Por outro lado, a Sociedade tinha iniciativas próprias, independente de respaldo governamental. A exemplo disso, uma das suas atas registra que: “O senhor Silveira apresentou uma proposta para que dos fundos da Sociedade se preste à quantia necessária para vestirem quatro meninas pobres a fim de poderem freqüentar as escolas de primeiras letras[341]”.

Outro exemplo a ser citado, diz respeito ao primeiro gabinete de leitura da cidade, fundado pela Sociedade em 1832, atendendo aos anseios da elite local, uma vez que inexistia uma política educacional. Naquele ano, a cidade possuía aproximadamente sete mil habitantes, e nem um décimo deles sabia ler, ou escrever. Tal como nas demais cidades brasileiras, a educação estava restrita a casta privilegiada, o número de alfabetizados era muito baixo, correspondendo, quase que exclusivamente, aos membros da elite.

Na época, ler e escrever era um privilégio de um grupo diminuto e opulento, que costumava estudar em centros urbanos maiores. ou no exterior, já que inexistiam escolas secundárias em Desterro durante a primeira metade do século XIX. Ao retornarem, traziam as idéias que estavam sendo discutidas nos centros urbanos maiores.

As deficiências na instrução pública demorariam ainda longos anos para serem sanadas. Enquanto isso, as autoridades locais conformavam-se em dizer que:

> A constituição garante a instrução primária, neste se entende ser o que se dá e é possível dar-se nas escolas de primeiras letras. Por isso, deve ter-se claro o preceito constitucional a estabelecerem-se tais escolas onde quer que sejam necessárias e possam ser aproveitadas por um número qualquer de discípulos; mas muitos lugares há ainda na Província onde havendo muito quem se aproveita dessas escolas e as necessite, mas não tem sido criadas, nem designadamente propostas; e isto pela razão de não se poder contar com rendas suficientes para fazer face as suas despesas, ainda dando-se mesquinhos ordenados aos professores[342].

[341] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Ata da Sociedade Patriótica. 6ª Reunião do Conselho, 29 de abril de 1832.
[342] Centro de Memória da ALESC. Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848. Parecer de 27 de abril de 1835.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Mesmo sabendo que a escolarização tinha um longo caminho a ser percorrido, pois o grau de alfabetização ainda estava bastante reduzido[343], a Sociedade Patriótica Catarinense tomou a iniciativa de criar um gabinete de leitura na cidade, por meio da doação de livros destinados a esse fim. De acordo com Carlos Humberto P. Corrêa:

> A instalação de um gabinete, sala de literatura ou mesmo uma biblioteca, numa cidade recém saída da condição de vila, sem alguma política educacional em prática, somente dez anos depois da proclamação da independência do país, é um dos fatos memoráveis para a história regional. Deve-se levar em consideração que em consideração que em 1832 a cidade de Nossa Senhora do Desterro possuía somente 7.207 habitantes, dos quais 4.721 livres e um número inferior a 2500 escravos. Estudos mais recentes dão conta que o número de alfabetizados, de todos os níveis, estava somente por volta de seiscentos[344].

Conforme ficou conhecido, o gabinete de leitura foi a expressão do aparecimento "[...]de uma reduzida e tímida classe letrada, geralmente ligada à Corte e à matriz européia, relendo obras literárias que procuraram conferir sentido e contribuir para a implementação da racionalidade burguesa[345]".

A idéia do gabinete de leitura foi aprovada em agosto de 1832, e previa que a fundação e a manutenção do gabinete fosse feita às custas da Sociedade. Seguindo essa proposta, os integrantes da Sociedade Patriótica passaram a doar exemplares para a constituição do gabinete[346].

Foi assim que, Duarte da Silva tomou a iniciativa, entregando oitocentos títulos à Sociedade, na ocasião em que partiu para a corte. De lá fez ainda a remessa de mais 140 volumes. Em 1835 o gabinete foi desativado e, em fevereiro de 1836, com o fim da Sociedade, os volumes doados e emprestados foram devolvidos aos seus donos[347]. A Sociedade Patriótica realizou seus trabalhos de 04 de outubro de 1831 a 26 de fevereiro de 1836, quando encerrou peremptoriamente suas atividades[348].

---

[343] CORRÊA, 1997, p. 20.
[344] Ibidem Idem.
[345] SOUTO, Américo Augusto da Costa e DALLABRIDA, Norberto. Apud: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.) História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: da UFSC, 2001 p. 9.
[346] CABRAL, 1971, p. 93.l
[347] Ibidem Idem.
[348] Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral. Ata da Sociedade Patriótica Catarinense.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Apesar da constatação de que ler e escrever se restringia a um número limitado de letrados da terra, as notícias nos jornais tinham um certo poder de persuasão, isso porque existia uma oralidade transmissora das informações que espargia a notícia por diferentes camadas do tecido social.

Assim sendo, eles se constituíam em um espaço de divulgação e reforço de "verdades" e conceitos universalmente construídos. Sua eficácia, para a construção de juízo de valor, parece se relacionar ao fato de que a circulação de consensos, a repetição e reiteração de idéias e imagens reforçam os pressupostos de uma categoria social, notadamente, aquela ligada ao poder.

"O Catharinense" foi o arauto da Sociedade Patriótica Catarinense, e encabeçava a divulgação das idéias e dos anseios modernizadores, irradiados pelos grandes centros urbanos e, disseminados no Brasil, a partir do Rio de Janeiro.

Além de divulgar as idéias defendidas pela Sociedade Patriótica Catarinense, o jornal influía nas decisões da política local, reproduzia as notícias do exterior, especialmente da França, e fazia reivindicações relacionadas ao centro urbano de Desterro.

Seguindo a regra geral, "O Catharinense" publicava críticas sobre os problemas urbanos, chamando a atenção para a má conservação do espaço público. Em 1832, levantou sua voz, para reclamar do trapiche localizado na frente do Largo da Matriz, criticando que se achava em estado de total ruína:

> O Trapiche, que está em frente do Largo da Matriz se acha inteiramente arruinado, a ponto de correrem risco as pessoas que por ele passam, muito conveniente seria que quanto antes se tratasse do conserto e me persuado que o conserto se poderia fazer com mui pouca despesa, empregando para esses os escravos da nação que trabalham nos cortes de madeira, alguns deles têm ofícios de carpinteiros. A nação também tem madeira e desse modo pouco ou nada se pode despender. Eu julgo que o Exmo. Presidente da Província pode autorizar esse trabalho, que é de sumo interesse público [...][349].

No mesmo ano, apareceram as suas primeiras reivindicações, dentre as quais estava o pedido de demolição das barraquinhas, localizadas em frente da praça pública, pois, desse modo, a praça ficaria desocupada, extinguindo-se um estabelecimento que, na opinião de alguns políticos dessa facção, servia para

[349] Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Jornal O Catharinense, Ano II. nº 22, de 25 de agosto de 1832.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

acoitar “vadios”, negros fugidos a seus senhores e onde se vão depositar muitas coisas furtadas[350]”.

O jornal “O Catharinense” foi um dos poucos a circular antes de meados do século XIX em Desterro, sendo veiculado de 1831 até 1836, quando o seu prelo foi doado para a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, conforme informa a lei provincial de 31 de março de 1836: “A tipografia, oferecida à Assembléia Legislativa da Província, pela Sociedade Patriótica, é considerada propriedade provincial, e sua administração fica encarregada ao governo da Província[351]”.

No seu segundo número, “O Catharinense” publicou o Estatuto da Sociedade Patriótica, anunciando, em apologia à emancipação política do país, o seu principal objetivo, qual seja, “sustentar a liberdade e independência nacional, levando ao conhecimento do governo e das autoridades constituídas representações legais oferecidas as vezes que assim o exigir o bem da pátria[352]”.

“O Catharinense” teve um curto período de existência restando, dos registros da sua história, uma documentação esparsa, deixando diversas lacunas, para a realização de um estudo aprofundado[353]. Das suas edições sobraram poucos exemplares microfilmados, que estão arquivados no setor de obras raras da UFSC, na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Além do jornal “O Catharinense”, a tipografia da Sociedade Patriótica imprimia outro periódico, intitulado “O Expositor”, que se perdeu na roda viva do tempo. Nas páginas desse periódico - que trazia impresso, na sua folha de rosto o lema “Pátria, Ordem e Liberdade·” - ficaram registrados temas como razão, progresso, civilização, moral e indústria.

No ano de 1832, foi editada uma matéria no jornal, que vem ao encontro de demonstrar os avanços alcançados pelo povo catarinense, que trilhando as sendas do progresso e da modernidade, estaria acompanhando o progresso de outras regiões:

---

[350] Ibidem nº 22, de 25 de janeiro de 1832, p. 95.
[351] Coleção das Leis da Província de Santa Catarina 1835-1840. Lei nº 40, de 31 de março de 1836.
[352] Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Jornal O Catharinense. Ano I, nº 2, de 18 de agosto de 1831.
[353] Do jornal O Catharinense sabe-se da existência de apenas quatro exemplares microfilmados e da Sociedade Patriótica uma única ata, guardada no Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> Se o facho da razão esclarece hoje por toda a parte o espírito público e vai ocasionando rápidos progressos na nossa civilização, moral e indústria não era possível q sua influência não chegasse até nós e que dela se não ressentisse o brioso povo catarinense[354].

O auxílio desses dois periódicos foi importante para dar notoriedade e cimentar as idéias da Sociedade Patriótica, já que ambos estavam a seu serviço, se intitulando defensores da Pátria e da Liberdade, numa clara referência à filosofia iluminista e à Independência do Brasil, contribuindo, também, para somatizar as transformações do âmbito urbano. A referência ao Iluminismo e sua estreita ligação com o espírito cívico e civilizador são também mencionadas nos dois periódicos.

O jornal "O Expositor" era subscrito nas lojas dos Srs. Francisco Anastácio da Silveira (Rua da Cadeia) e Antônio Francisco da Costa (Rua do Príncipe); na botica do Sr. José Caetano Pereira, e na Tipografia localizada na Rua Augusta[355].

O público leitor dos jornais foi ampliado, a partir de 1850, pois, além dos funcionários civis e militares, diversas categorias sociais já perfaziam parte do público capaz de ler, como o segmento de pessoas ligadas ao comércio de farinha de mandioca, ao açambarcamento, ao contrabando e ao transporte de mercadorias[356].

Uma vez que não existia diário oficial, cabia à imprensa publicar: as atas da Assembléia Provincial, os atos oficiais, as reuniões da Assembléia Provincial, as leis, decretos e decisões do governo, deixando entrever uma intrínseca relação entre os setores públicos e privados[357]. Essas atribuições aumentavam os vínculos entre os jornais e o poder público, garantindo a subsistência dos periódicos que, ao mesmo tempo, ficavam subordinados ao poder público.

No Brasil, de modo geral, o liame entre poder público e imprensa ocorria, basicamente, em virtude da dependência de recursos para a sua sobrevivência e manutenção. Nesse sentido, a fragilidade do processo de acumulação de capital tornou fluido os limites entre as instâncias pública e privada[358], deixando a imprensa refém dos interesses particulares, sendo, repetidas vezes, utilizada como trampolim político. À imprensa cumpria, também, o papel de divulgadora dos valores morais e

---

[354] Biblioteca Central UFSC. Jornal O Expositor, Ano I, n° 01, de 08 de dezembro de 1832.
[355] Ibidem Idem.
[356] PEDRO, 1995, p. 21.
[357] Ibidem Idem.
[358] Ibidem, p. 15

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

sociais. Nas páginas dos periódicos encontra-se a expressão da mentalidade dos articuladores da notícia e do seu público alvo.

No ano de 1849, surgiu o periódico “O Conciliador Catharinense”, o qual se incumbiu de fazer a divulgação das decisões oficiais, publicando, em suas páginas, os ofícios recebidos pelos diversos órgãos do governo local. Apesar de admitir que os periódicos exerciam funções “politiqueiras”, o jornal se dizia imparcial e a serviço da paz e sossego dos povos, afirmando que:

> A imparcialidade desta folha na admissão de todas as opiniões políticas, se tais denominações merecem as que existem nesta Província, é uma prova, por sem dúvida assaz convincente, de que seu único fito é de congraçar essas mesmas opiniões, e uniformizar esses princípios que serão sem dúvida admitidos, uma vez que sejam contidos na órbita legal e em termos decentes, podendo-se, desde já, afirmar eu os emitidos nesta Folha são indubitavelmente os mesmos adotados pelos cidadãos que espontaneamente prestam o seu apoio a atual administração Provincial, debaixo de cujos auspícios ela se publica[359].

Além de publicar as decisões governamentais, o jornal se encarregava de noticiar os acontecimentos mais destacados da cidade, divulgava a previsão orçamentária anual para a Província de Santa Catarina, fazia pequenos anúncios de venda de produtos ou escravos, registrava o movimento no porto, incitava a população aos bons costumes, dava lições de bom comportamento moral e social, e publicava os folhetins.

Diferente da orientação ideológica perceptível nos jornais “O Catharinense” e “O Expositor”, o periódico “O Conciliador” se revestia da qualidade de neutro, querendo parecer imparcial e vender a idéia de que desejava conciliar o posicionamento antagônico de diferentes grupos políticos. Embora afirmasse sua neutralidade, “O Conciliador” defendia a bandeira do governo provincial, argüindo que: “Como folha oficial, temos o dever de defender a Administração suprema da Província[360]”.

Nessa mesma matéria, ele mencionava o importante papel que a imprensa vinha desempenhando, admoestando sobre os malefícios que a atuação negativa de alguns periódicos poderia ocasionar, aproveitando o ensejo para atacar o jornal “O Progresso Catharinense”, cujas atividades foram encerradas por ser considerado subversivo, já que o jornal fazia frente ao governo provincial:

---

[359] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conciliador, Ano I, nº 5, de 23 de maio de 1849, p. 3.
[360] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> [...] Demais se bem que S. Ex. esteja convencido da necessidade da imprensa, contudo não quer uma imprensa maléfica, tendente a derramar a cizânia, como o provou livrando a Província da publicação de um Jornal denominado "O Progresso Catharinense", jornal de partido e que como muito bem disse um nosso correspondente não oferecia garantias à ordem, nem a harmonia dos cidadãos, muito mais quanto era sabido que a direção dessa folha estava entregue a menos aptos colaboradores[361].

Seguindo a regra da maioria dos periódicos desterrenses de meados do século XIX, "O Conciliador" nasceu sob a proteção do governo provincial, sendo subsidiado pelos cofres públicos. Nele trabalhavam os empregados da Tipografia Provincial e imprimiam-se os atos oficiais, "como muito desejavam os membros da Assembléia e o que ninguém desconhecerá que é assaz conveniente[362]".

Esse periódico se propunha a ser literário, o que se constata não apenas pelo seu lema, mas pela presença das novelas ou folhetins, as quais pretendiam incutir o hábito de leitura na população. Por outro lado, o jornal apresentava lições pedagógicas, reforçando um modelo de conduta norteado pela moral e bons costumes. Veja-se as máximas de diferentes autores moralistas, publicadas sob o título variedades, no ano de 1851:

> "Os males que fizeres aos outros não tardam a caírem contra ti mesmo. É o tempo quem traz à luz a verdade, muitas vezes ela se mostra quando menos se pensa em procurá-la. Os males que nós fizemos aos outros nos perseguirão como a sombra que segue o nosso corpo. A embriaguez ascende e descobre todos os vícios; ela desvia a vergonha, principal obstáculo dos atos criminosos, com efeito, muito maior é o número de pessoas que se abstém do mal por vergonha de pecar, que por amor da virtude; quando a violência do vinho se faz sentir na alma, faz nela aparecer todos os vícios que aí se achavam escondidos; a embriaguez não os faz nascer, mas os manifesta[363]".

A partir de meados do século XIX, época em que se organizaram os partidos políticos no Brasil, o número de jornais em Desterro se avolumou, pois nasciam atrelados à política-partidária, com um alto grau de dependência financeira do poder público, ou da iniciativa privada, tendo um curto período de duração[364]. Nas suas páginas viam-se desenvolver acirradas contendas políticas, que contrapunham as diferentes agremiações dessa natureza na cidade.

---

[361] Ibidem Idem.
[362] Ibidem nº 9, de 06 de junho de 1849, p. 3 .
[363] Ibidem, nº 187, 26 de fevereiro de 1851, p. 3.
[364] PEDRO, 1995, p. 15.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

As trocas de acusações, o acirramento das disputas ideológicas, e os embates tendiam a ser temáticas freqüentes. De acordo com Joana Maria Pedro, o surgimento de "O Conciliador" concomitantemente ao jornal "O Progresso Catharinense", no ano de 1849, assinala as disputas políticas entre o Partido Cristão e o Partido Judeu, cuja principal divergência de opinião concernia o local para a construção do Mercado Público.

> O que estava em discussão, e que ensejava o aparecimento das facções, era a localização do mercado público. Tal discussão vinha de longa data, por conta da localização das barraquinhas de venda e do comércio de pescado, que se localizavam em frente à Praça da Matriz, próximo ao mar. Nesse lugar, de acordo com Oswaldo Rodrigues Cabral, em épocas desconhecidas, foram construídas, pelo governo da Província, 'barraquinhas permanentes, mais ou menos uniformes', cobrava o governo, dos vendedores, aluguéis pelo uso delas[365].

Em 1849 surgiu o jornal "O Novo Íris", que além de noticioso e político, como os demais, lançava um olhar sobre a economia brasileira e trazia matérias que versavam sobre a indústria e o mercado. "O Novo Íris" surgiu no bojo das ações estatais de incentivo à indústria nacional e ao trabalho, pois em meados do século XIX, os meios de transportes terrestre estavam sendo aprimorados, as malhas rodoviárias começavam a aparecer, e surgiam as primeiras redes ferroviárias, que eram necessárias para impulsionar a industrialização do Brasil.

Em 23 de dezembro de 1851, "O Novo Íris" focalizava, em suas páginas, o problema da instrução pública, chamando a atenção para a veemente necessidade de se melhorar o nível educacional do Brasil. Argumentava que, para aumentar o índice de alfabetização, seria necessário tomar algumas providências, no sentido de investir mais em educação[366].

Dentre as alternativas apresentadas, para solucionar o problema, estava a melhor capacitação e remuneração dos professores, de modo que a educação tivesse profissionais da melhor qualificação para o ensino. Para tanto, tornavam-se necessários investimentos estatais no ensino e campanhas para conscientizar a população da importância da educação[367].

Freqüentemente, as publicações feitas nos periódicos da época traziam questões de pública utilidade. A propaganda de medicamentos, dos consultórios

[365] Ibidem. p. 22.
[366] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Novo Íris, Ano II, nº 181, de 23 de dezembro de 1851, p. 3.
[367] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

médicos, os agradecimentos por curas milagrosas também faziam parte do cotidiano do jornalismo desterrense. Anunciavam-se pílulas e receitas milagrosas destinadas à cura da tísica, do cancro e de outras moléstias.

> Um médico inglês descobriu um remédio singelo e eficaz para curar a tísica pulmonar, a qual consiste em untar-se o enfermo todos os dias por espaço de meia hora o peito, as espáduas e o constado com tanta quantidade de toucinho quanto se possa sumir nesse tempo. Diz a Correspondência de Espanha que se tem feito por este meio curas prodigiosas[368].

Alertava-se a respeito do perigo das epidemias, sobre os estragos que elas ocasionavam, recomendando-se, por vezes, medidas profiláticas que deveriam conter o alastramento das doenças.

> A bexiga é uma moléstia perigosa e aterradora que ataca a espécie humana, ela afeta os indivíduos de todas a idades, porém é mais freqüente na segunda infância, do que nos meninos de peito e nos adultos. Os médicos, testemunhas dos estragos que fazia esta terrível enfermidade, pois que, quando não matava, deixava freqüentes e graves deformidades, não cessaram de procurar meios de diminuir o seu perigo e de adoçar seus funestos efeitos. Quatro meios se têm sucessivamente proposto para chegar a esse fim: A seqüestração ou separação; a lavagem do cordão umbilical, a inoculação da bexiga e a enxertia do vírus vacínico[369].

Embora existissem críticas aos curandeiros, benzedeiras e ao uso de ervas, práticas combatidas por uma medicina que buscava se auto-afirmar enquanto ciência, o poder curador das plantas era considerado, assim como a capacidade dos indígenas de fazer convalescer o enfermo de determinadas moléstias.

Conforme afirma o jornal “O Argos”: “Devemos dizer de passagem que estes homens conhecem um grande número de remédios muito eficazes, e tem acontecido índios curarem doentes que médicos americanos tinham abandonado[370]”.

Embora a ciência médica do século XIX fosse consoante ao pensamento iluminista, “marcado pelo ceticismo e pela crença no infinito poder da ciência[371]”, a

---

[368] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Argos, Ano V, nº 781, de 12 de setembro de 1861.
[369] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Novo Íris, nº 152, de 9 de setembro de 1851, p. 3.
[370] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Argos, Ano V, nº 823, de 31 de outubro de 1861, p. 3.
[371] RIBEIRO, Márcia Moisés. A ciência dos trópicos: A arte médica no Brasil XVIII. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 17.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

ausência de medicamentos europeus e de assistência médica em Desterro reforçava o hábito da automedicação e da utilização de receitas caseiras.

A imprensa divulgava propagandas, que incentivavam o conhecimento de plantas e ervas, como se pode notar no anúncio feito no jornal "O Conciliador", a respeito da venda de manuais contendo o significado das plantas: "Vende-se, no escritório desta tipografia, o Vocabulário ou significação das principais flores, plantas e folhas [...][372]".

Os tratamentos, baseados na medicina popular, eram habituais em Desterro, pois além da assistência médica ser bastante precária, as boticas estavam mal guarnecidas. As inspeções, que deveriam fiscalizar a venda das substâncias medicamentosas, eram irregulares e, portanto, ineficientes para evitar que se negociassem remédios deteriorados.

Assim, a população assistia a um espetáculo contraditório da ciência, que condenava os charlatães – entendidos como todos aqueles que exerciam a arte de curar sem ter as licenças da Câmara e sem a devida formação profissional – mas não dava conta de assistir a maior parte da população.

O número de leitos no Hospital de Caridade e no Hospital Militar era bastante reduzido e, assim sendo, a quantidade de pessoas atendidas também ficava restrita. Em 1850, "O Conciliador" informou a estatística de pessoas que haviam passado pelo Imperial Hospital de Caridade, o número dos que foram curados, os que saíram de lá medicados, e aqueles que vieram a falecer:

> Existiam no princípio de junho de 1848, 44 doentes; 30 homens e 14 mulheres; entraram no decurso do ano 93 homens e 29 mulheres; saíram medicados 70 homens e 17 mulheres; faleceram 13 homens e 6 mulheres, ficaram medicando-se 11 homens e 5 mulheres[373].

Afora as disputas políticas, os jornais funcionavam como vigilantes da saúde pública, noticiando sobre as enfermidades, instruindo a população sobre que medidas tomar, alertando as autoridades sobre as deficiências e déficits na saúde pública local e publicando as decisões do governo central em relação à saúde pública, na Província de Santa Catarina.

---

[372] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conciliador, Ano I, nº 16, de 30 de junho de 1849, p. 4.
[373] Ibidem. nº 88, de 09 de março de 1850, p.2 .

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> Sendo sumamente prejudicial a prática ainda em voga no interior de algumas Províncias do Império de recorrer-se, na falta de vacina, a inoculação do fluido de bexigas, como preservativo delas, quando aliás semelhante meio, longe de afugentar a peste, não faz mais do que ateá-la e perpetuá-la; Há por bem, sua Majestade o Imperador, que V. Ex. empregue as mais eficazes providências para que tão perniciosa prática seja de todo banida da Província a que V. Ex. preside[374].

Procuravam, também, implementar uma campanha de conscientização dos habitantes da cidade, para que evitassem procurar o hospital somente quando as afecções já se haviam recrudescido a qualquer tipo de tratamento médico: "Os doentes que mais procuram o Hospital são de afecções pulmonares, e os afetados de venéreo, e pela maior parte só recorrem ao Hospital, quando as moléstias se têm bastante agravado pelo mau trato ou desleixo[375]".

Os temas relacionados à saúde pública, abordados pelos jornais, são inteligíveis na medida em que se flagra que eles surgiram como tentáculos da administração pública local, divulgando as ações governamentais, desempenhando a função de apoio aos ditames estatais. Seguindo a regra geral da imprensa brasileira, a imprensa desterrense surgiu em apoio aos interesses de determinados grupos políticos, ligados ou ao Estado ou à oposição. De qualquer forma, os temas de discussão são quase sempre os mesmos, perpassando da órbita do espaço público para as contendas de conotação política.

Os dois primeiros partidos, que se tem notícia em Desterro - Partido Cristão e Partido Judeu - trocavam ferrenhas críticas por meio da imprensa. Enquanto o Partido Judeu se identificava com as propostas dos liberais, o Partido Cristão filiava-se ao ideário dos conservadores.

No ano de 1854, surgiu o jornal "O Conservador!, em substituição ao "Novo Íris", na defesa dos interesses do Partido Cristão. Apesar de ser apoiado por alguns comerciantes da Rua do Príncipe, atual Conselheiro Mafra, "O Conservador" solicitou o fechamento das casas de comércio no domingo, por entender que tal medida era necessária ao grau de civilização alcançado por Desterro, o que deve ter desagradado aos comerciantes, já que isso certamente resultou em prejuízos:

> Já tenho por vezes ocupado as colunas do seu apreciado jornal com o objeto do fechamento das casas de comércio nos dias de domingo, por me parecer que esta prática é absolutamente necessária, em vista da nossa já

[374]Ibidem. nº 7, de 30 de maio de 1849, p. 1.
[375]Ibidem, nº 88, de 09 de março de 1850 p. 2.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> adiantada civilização convêm introduzi-la nesta capital já muito freqüentada por estrangeiros de apurada civilização[376].

"O Conservador" se encarregava também de publicar as leis e decretos, promulgadas pelo Presidente da Província, após terem sido apreciadas pela Assembléia Legislativa Provincial, mantendo informado o seu público leitor sobre as decisões governamentais.

Cabia aos redatores da imprensa fazer a seleção dos assuntos que desejavam publicar, vetando a divulgação de matérias consideras irrelevantes ou perniciosas ao bom funcionamento da sociedade desterrense. É evidente que os critérios de escolha estavam em conformidade com os interesses dos jornais, sendo notoriamente subjetivos, pois, a manipulação da notícia funcionava como instrumento decisivo para as eleições vindouras, trabalhando em prol da legenda partidária, a qual se vinculava o periódico.

Após um curto período, em que o Partido Liberal liderou as eleições para o cargo de Presidente de Província, ocupando, também, a maioria dos lugares de deputados da Assembléia Legislativa de Santa Cataria, o Partido Conservador dominou o cenário político desterrense, mantendo-se a frente do poder provincial.

No seu trabalho sobre o saneamento da cidade de Porto Alegre, no final do século XIX, Claudia Mauch ressalta que os jornais aderiram a uma campanha de saneamento moral, buscando identificar e extinguir com os sujeitos sujos, incivilizados, imorais e perigosos.

> O que os jornais fazem na sua campanha de saneamento moral, então, é identificar dentro da cidade os que devem ser reconhecidos como suspeitos, os que são diferentes em seu trajar, falar e trabalhar – em seu modo de vida, Na luta por tentar eliminar essa diferença cultural (vista pelos jornais como diferença natural e biológica), impondo as normas morais que consideram mais corretas e civilizadas, os jornalistas acabam por estigmatizar boa parcela da população pobre sob o título de "perigosos". O efeito é aguçar as diferenças, chamando a atenção sobre elas[377].

Essa ênfase, dada ao saneamento físico e moral, começa a se esboçar nos primeiros periódicos que têm circulação no Brasil imperial, deixando suas insígnias gravadas nos pequenos jornais de Desterro. Os anúncios relacionados à saúde aparecem com diversas tonalidades, englobando agradecimentos por cura,

---

[376] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conservador, Ano II, nº 199, de 20 de janeiro de 1854 p. 3.
[377] MAUCH, 1994, p. 16.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

prescrições de medicamentos, tratamento de doenças, conselhos sobre o comportamento e indicações de medidas para conter as epidemias.

Os comerciantes buscavam, no poder público, e em seus recursos, apoio para suas atividades. Conforme Oswaldo Rodrigues Cabral “[..]o que estava em jogo eram interesses comerciais de abastados proprietários, com suas casas comerciais nas proximidades que não desejavam afastar, com a construção do Mercado em ponto longínquo [...]”, a freguesia, o público comprante (sic), que freqüentava as barraquinhas toda manhã[378]. Essas disputas indicam o crescimento da camada burguesa que, de 1850 a 1868, fortaleceu o processo de acumulação do capital em Desterro. Tal acontecimento se deve, principalmente, ao transporte e comércio de mercadorias, especialmente a farinha e o peixe seco.

Nesse período, as atividades jornalísticas apresentavam-se direta ou indiretamente ligadas ao poder público, possuíam vida curta e eram instrumentos da política partidária. Mesmo assim, divulgava-se uma ideologia burguesa, que disseminava a internacionalização do capital.

[378] CABRAL, 1971, p. 84.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

III - REDE DE VIGILÂNCIA E ARTICULAÇÃO DE VALORES EM DESTERRO

3.1 A REDE DE VIGILÂNCIA: FERRAMENTA A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os problemas organizacionais do núcleo urbano desterrense estavam em sintonia com o contexto histórico-temporal brasileiro, norteado pela organização das bases estatais do país; pelas preocupações com os braços de trabalho, peças fundamentais na viabilização do seu desenvolvimento agrário e econômico; pela unidade territorial e pela organização dos núcleos urbanos, células constitutivas do seu território.

Ancoradas em princípios científicos, explicava-se o adoecimento a partir das condições do meio, o que resultou em preocupações com a higiene dentro dos núcleos urbanos. A partir da idéias científicas determinavam-se as medidas normativas, que deveriam ser tomadas para modificar as suas condições de salubridade. Para tanto, alertava-se a população contra as desordens urbanas e o desregramento moral, ambos causadores da decadência da saúde.

Ademais, o destino da nação estaria relacionado à moral e aos bons costumes, como se pode perceber em uma matéria publicada no jornal "O Conciliador": "Ministros da Religião! De vossos exemplos depende a pureza de nossos usos e de nossos costumes; de vossas palavras a moralidade de nosso povo e dessa moralidade, em grande parte, o destino da nação, seu bem estar e segurança[379]".

Para Roberto Machado:

> Diagnosticando a desordem urbana, a medicina a compreende como sendo determinada por causas naturais – a situação geográfica em geral e os acidentes geográficos como pântanos e montanhas – e, sobretudo, como proveniente de causas sociais – tanto ao nível macro social do funcionamento geral das cidades, quanto ao nível microssocial das instituições[380].

[379] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Conciliador nº 05, de 23 de maio de 1849 p. 3.
[380] MACHADO, 1978, p. 262.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

O aparelhamento do núcleo urbano desterrense encontrou alguns entraves para ser efetivado no início do século XIX, isso porque os fatores correlacionados a sua viabilização, ou estavam ausentes, ou careciam de ajustes. A cidade dispunha de escassos recursos financeiros para investir na realização das obras públicas e no melhoramento da sua infra-estrutura. A administração pública tinha suas limitações para realizar o controle e o ordenamento urbano, relacionadas à falta de pessoal para a fiscalização do que determinavam as Posturas Municipais.

Quanto à salubridade pública, Desterro encontrava-se, praticamente, no mesmo patamar de outras de maior porte e importância. Conforme informa Oswaldo Rodrigues Cabral:

> [...] em matéria de salubridade, ou falta dela, não excedia certamente a cidade do Desterro a outras mais importantes e mais faladas, até mesmo capitais de grandes e ricas províncias, onde a situação era tão ou mais precária que a daquela, com os seus problemas sanitários desafiando soluções satisfatórias como aqui[381].

Apesar da administração local padecer de falta de verbas públicas para promover as reformas e saneamento, de insuficiente número de efetivo policial, cadeias públicas e funcionários para a realização dos seus serviços, punham-se em prática alguns artifícios, que possibilitavam fazer a manutenção das obras de pública utilidade e a implementação de um sistema de vigilância da população.

Embora meio desarticulados, deficientes, e pouco funcionais, os mecanismos utilizados, pela máquina administrativa de Desterro, convergiam para fórmulas alternativas, que objetivavam influir na vigilância do espaço urbano, e dos seus habitantes.

Coibir o descumprimento das leis e das práticas ilegais compreendia o uso de punições e gratificações. As punições, regulamentadas pelo Código Penal, e confirmadas pelas leis provinciais, compreendiam multas, condenação a galés e a pena de morte[382]. Em se tratando de escravos, lançava-se mão dos castigos corporais, seguindo o que determinava o Código Penal do Império: "Se o réu for escravo , e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado

---

[381] CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Médicos, Medicina e Charlatães do passado. Florianópolis: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1942, p. 40.
[382] Fato observável nas penalidades previstas pelas posturas do ano de 1845.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue a seu senhor, que o obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo e maneira que o juiz designar[383]".

Uma vez que a cobrança das multas era feita de forma ineficaz, pois a maioria dos infratores não possuía recursos pecuniários para pagá-las, transformava-se a pena em prisão[384].

Freqüentemente, os jornais registram insatisfações com os fiscais, responsáveis por vigiar as infrações, e recolher aos cofres públicos, as quantias determinadas por lei, responsabilizando-os da desordem urbana. As queixas referem-se ao não cumprimento das suas incumbências de autuar os infratores, deixando de aplicar as devidas multas, ou penas previamente cominadas: "[...] do seu nenhum zelo adviria o comprometimento da Saúde Pública [...][385]".

O motivo pelo qual isso acontecia não é muito claro, contudo, podem ser ventiladas algumas hipóteses para esse procedimento.Um caminho possível, para entender essa maleabilidade das relações sociais, seria aceitar a indicação de que, talvez, os fiscais obtivessem algum tipo de benefício para fechar olhos às contravenções. Um outro viés admissível diz respeito à existência de uma certa parcialidade, talvez fruto de uma proximidade de lócus social entre os fiscais e os contraventores.

Ao reclamar sobre a sujeira da praça de mercado, no ano de 1856, "O Argos" avaliza essa possibilidade:

> Quem não quer ser lobo não lhe vista a pele – Sr. Fiscal da Câmara – Vmcê. Não teve dúvida alguma de mandar laçar o porco do Palácio e arrastar para dentro da cadeia, dando lugar com esse procedimento, aliás louvável, ao proprietário do porco enviar imediatamente, antes de ser requerido, a competente multa que cheirou-lhe a 10$000!!!! – porque razão consente que a praça se converta em potreiro? O Código de Posturas também proíbe ter cavalos e cabras. Seja mais pontual, Sr. Fiscal, veja que pode ser taxado de parcialidade: para uns muita exatidão, para outros muita condescendência, ou um pouco de relaxação[386].

Por outro lado, de nada adiantaria ao fiscal aplicar multa a quem não tivesse como pagar, pois, desse modo, nada receberia da Câmara, e ainda teria o trabalho de fazer a apreensão do infrator.

---

[383] Biblioteca da ALESC. Coleção das Leis do Império do Brasil 1830. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, Reimpressão 1876. Lei de 16 de dezembro de 1830, artigo 60.
[384] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, cap. 4, artigo 38.
[385] CABRAL, 1979, p. 198.
[386] Jornal O Argos. Apud: I CABRAL, 1979, p. 186.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Ainda com relação aos fiscais, como dependiam do auxílio da Força Policial para efetivar as prisões, o exercício de suas funções ficava prejudicado, já que, freqüentemente, faltavam guardas para realizar as diligências[387].

Mortari assevera que: "Até mesmo os subdelegados e a Câmara Municipal permitiam que ocorressem atos contrários às posturas[388]". Há ainda uma outra via a ser sopesada, qual seja, a de que as ações, dos integrantes do sistema de vigilância da cidade, dependiam mais de negociações, do que propriamente de leis proibitivas[389].

Essas conjecturas se referem aos modos de operação, ou aos esquemas de ação dentro da sociedade, vindo ao encontro da afirmação de Certeau, de que: "O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada [...][390]". Os indivíduos escapam da rede de vigilância a partir das negociações e reapropriações do que é instituído pelo poder, reinventam, ressignificam, fazem adequações das circunstâncias que lhes são desfavoráveis, estabelecem seus procedimentos de modo a se esquivar dos mecanismos de disciplina.

Equivale a questionar os mecanismos de controle e seu efeito rebote, o que nos remete novamente a Certeau:

> Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da "vigilância", mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também "minúsculos" e cotidianos) jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que "maneiras de fazer" formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou "dominados"?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política[391].

Quanto às prisões, ficavam prejudicadas devido à cadeia pública padecer de falta de acomodações seguras para recolher os contraventores. Talvez por essa razão, a Câmara Municipal adotava a prática de liberar os infratores da multa, contanto que o crime cometido não tivesse sido acusado pelo Promotor Público, que o réu cumprisse com as outras partes de suas sentenças, sendo conservado na cadeia, para satisfazer tais multas com prisão[392].

---

[387] MORTARI, 2000, p. 53.
[388] Ibidem, p. 53.
[389] Ibidem Idem.
[390] CERTEAU, 2001. p. 38.
[391] Ibidem p. 41.
[392] Centro de Memória da ALESC.Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1835-1840. Lei nº 102, e 04 de maio de 1838.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Contudo, a liberação da multa não equivalia à isenção da pena, já que ela era convertida em prisão, ou condenação às galés com trabalhos forçados, o que atravancava ainda mais as engrenagens do sistema de vigilância, sobrecarregando o pequeno efetivo policial e abarrotando a cadeia pública.

Em linhas gerais, pode-se dizer que instituir esquemas repressivos e manipular o comportamento exige práticas regulares de coerção, convencimento e condicionamento. Essas práticas influem na absorção e na introjeção de novos valores, intimamente relacionados à cultura, entendida como: "sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados[393]".

A aceitação de idéias precisa, igualmente, de um longo período de repetição para se arregimentar nos esquemas mentais interiores. De igual forma, a manifestação de um pensamento - elaborado a partir de interesses de um grupo e engendrado por fórmulas com um certo poder de persuasão – deram sustentáculo às iniciativas do poder estatal.

Por outro lado, deve-se considerar as artimanhas do ser político, que possui o domínio da arte de naturalizar o seu discurso, consolidando a práxis. Coerção que, coadunando com o pensamento de Michel Maffesoli, não é predominantemente física, mas constantemente é moral ou simbólica[394]. Coerção que confere ao discurso político um tom singular de persuasão, como se percebe nesse trecho do jornal "O Novo Íris": "Não há quem desconheça o quanto o amor do dever, o respeito à ordem e às leis, a atenção severa sobre o comportamento de si próprio, avantajam o homem e o fortalecem contra a adversidade[395]".

Desenvolvendo essa linha de raciocínio, consegue-se deslindar a forma como se constituiu o que Maffesoli chama de dominação legítima do Estado, construída a partir de uma linha argumentativa, que serve de cimento social, e determina a configuração dos estratos em sociedade. Afirma ele que: "Assim como a morte é necessária à vida, dando-lhe sentido e especificidade, o político é uma instância

[393] G. L. Gomme, Encyclopaedia of Religion and Ethics (Edimburgo, 1913), verbete sobre folklore, pp 57-9. Apud:THOMPSON, 1998, p. 17.
[394] MAFFESOLI, 1997, p. 30.
[395] Biblioteca Central da UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Novo Íris. nº 179, de 16 de dezembro de 1851.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

que, na sua acepção mais forte, determina a vida social, ou seja, limita-a, constrange-a e permite-lhe existir[396]".

Todavia, esse engessamento é quebrado e neutralizado pela contraposição das diferenças sócio-culturais e insatisfações sociais, que, sacudindo as estruturas do Estado, refreiam seu poder. Segundo Maffesoli: "O jogo da diferença permite a neutralização dos poderes, fazendo-os se confrontarem e, por isso, relativiza-os[397]".

Essa afirmativa serve de fio condutor para se pensar que, a tentativa de normalização de algumas categorias sociais, através das impositivas do Estado, não impediu que se perpetuassem os estratagemas de sobrevivência dos grupos alijados do poder. Colidindo com a legislação em vigor, esses grupos escapavam das malhas da administração pública.

Assim, as lavadeiras prosseguiam no seu ofício de "contaminar as fontes"[398]; a população continuava criando cabras, porcos e carneiros livremente[399] e os escravos persistiam em circular pela cidade em horas indevidas, apesar dos flagrantes que os levavam à cadeia.

Apesar das fortuitas prisões, a administração pública de Desterro tinha uma organização deficitária, não conseguindo coibir a desordem e a desobediência com a efetividade desejada, utilizando-se de mecanismos complementares, que tinham como objetivo angariar o apoio e a participação dos habitantes da cidade para combater as contravenções.

Por essa razão, procurava suprir as deficiências em termos de recursos funcionais, incentivando os habitantes a denunciarem irregularidades nas atribuições das funções públicas. Acenava, também, com recompensas pecuniárias, a aqueles que auxiliassem os serviços para os quais dispunha de poucos funcionários[400].

Conjuntamente com as imposições normativas da administração pública, esses procedimentos possibilitavam que se criasse uma rede de informações e vigilância, para auxiliar na intervenção das condutas.

Ainda assim, persistiam os efeitos colaterais causados pelas ações administrativas, bem como, as fendas que permitiam a elaboração das estratégias de sobrevivência, que eram sopesadas como afronta, desobediência e resistência,

---

[396] MAFFESOLI, 1997, p. 29.
[397] MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente. Natal: Editora Argos, 2001, p. 52.
[398] ALMEIDA, 1864, p. 24.
[399] CABRAL, 1979, p. 188.
[400] A população era incentivada a combater os incêndios, fato observável no Código de Posturas de 1845 cap. 4, artigo 60.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

porque se contrapunham às determinações governamentais. As próprias coações e enquadramentos vão dar as diretrizes para a população fazer suas apropriações e adequações, reelaborando os esquemas rígidos do poder, de forma a suprir suas necessidades.

A fim de ilustrar esse esquema alternativo, grife-se que, para controlar as atividades, que deveriam ser desenvolvidas pelo administrador do Cemitério Público, o Governo Provincial instigava os habitantes de Desterro a denunciarem quaisquer irregularidades referentes às suas responsabilidades, estipulando que "[...] qualquer cidadão pode denunciar a falta de cumprimento dos deveres do administrador, e a vista da denúncia, por participação da Câmara, à autoridade competente, se procederá como nos casos de infração[401]".

Recorria-se a esse tipo de artimanha objetivando atenuar as falhas no exercício das funções públicas, preenchendo as brechas, que a parca organização do poder local deixava entreabertas. Contribui para o entendimento dessa estratégia retomar Thompson, que parodiando Bourdieu, afirma que o ambiente de convivência em sociedade: "[...] inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelavam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança[402]".

A promessa de gratificações, a quem denunciasse alguma irregularidade no exercício de funções públicas, segue a mesma lógica daquilo que Thompson convencionou chamar de "pressões dos vizinhos[403]", já que esse mecanismo se apresenta como uma outra via para estimular a vigilância de uns sobre os outros em sociedade.

Todavia, isso não significa que a cidade estava totalmente desprovida de uma rede organizacional, da qual faziam parte os fiscais, juizes de paz, carcereiros e efetivo policial, encarregados de dar conta do desregramento urbano, indicando, que o poder local se valia de recursos auxiliares, para suprir as deficiências na administração, combater as infrações, e controlar as funções públicas.

Para evitar que os fiscais descumprissem as suas atribuições, que abarcava a obrigatoriedade de observar o cumprimento das posturas, multar os infratores e

[401] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847, Lei n° 172, de 06 de maio de 1842, art. 7°.
[402] THOMPSON, 1998, p. 90.
[403] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

contraventores, a lei estipulava o pagamento de um percentual das multas que promovessem a título de gratificação:

> Os fiscais que perceberem ordenados terão um quarto das multas, cuja efetividade promoverem, todos os outros terão um terço debaixo da mesma condição.Todas as rendas municipais, decretadas na presente lei, serão arrecadadas pelos procuradores das Câmaras, que terão de comissão Na cidade, dez por cento e nos outros municípios oito por cento[404].

Esse mecanismo deveria estimular a cobrança das multas, o que não ocorria em diversos casos, talvez em situações nas quais, os protagonistas e coadjuvantes das contravenções, não tivessem dinheiro para pagá-las.

O mesmo se aplicava às funções dos procuradores e dos secretários da Câmara, responsáveis por arrecadar as rendas municipais proveniente da cobrança dos impostos, como por exemplo: imposto cobrado sobre a venda do peixe, "bebidas espirituosas[405]", a cobrança da décima urbana[406], impostos sobre lojas, armazéns de fazenda, ferragens e boticas:

> Os procuradores terão comissão de 12 de todas as rendas que arrecadarem para os cofres das Câmaras, e os Secretários 3 meios da mesma arrecadação, além dos seus respectivos ordenados, exceto daquelas quantias que são supridas pelos cofres provinciais[407.]

Quanto aos serviços policiais, estavam a encargo do corpo de guardas municipais voluntários, criado em 10 de outubro de 1831, sendo substituído em 1835 pela Força Policial[408].

Composta por cidadãos brasileiros, a Força Policial estava constituída de: "um primeiro e segundo comandante, um cabo, oito soldados da cavalaria, montados a sua custa, e de quatro cabos, trinta e seis soldados e um corneta de infantaria[409] ".

Criada com o objetivo de aprimorar o sistema de vigilância da cidade, a Força Policial cumpria com o papel de mantenedora do controle e da ordem pública. De acordo com a lei que a instituiu[410], as suas atribuições se relacionavam à tarefa de

---

[404] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1835-1840 Lei n° 19 de 13 de maio de 1835 p. 28.
[405] As bebidas espirituosas equivalem-se as bebidas de teor alcoólico.
[406] A décima urbana era um imposto cobrado sobre as construções, uma espécie de IPTU.
[407] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Lei n° 102 de 04 de março de 1838, p. 217.
[408] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1835-1840. Lei nº, 12 de 5 de maio de 1835.
[409] Ibidem Idem
[410] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

prestar auxílio ao ordenamento urbano, à coibição dos crimes e contravenções, à vigilância dos escravos, auxiliando também nos casos de incêndio. Estava sob sua incumbência controlar a população, zelando pelo cumprimento das posturas municipais. Competia-lhe, também, atuar como agente de controle e fiscalização das normas estabelecidas. Sua responsabilidade abarcava:

> 1° prender os criminosos em flagrantes 2° dispensar os ajuntamentos de escravos e de quaisquer pessoas que com eles estejam de mistura, empregando a força se necessário, 3° acudir aos incêndios 4° conduzir os embriagados a lugar onde estejam seguros até que passe a embriaguez e mesmo prendê-los se estiverem em estado de recear-se deles algum desatino 5° apalpar de noite e mesmo de dia as pessoas desconhecidas ou suspeitas prendendo as que encontrar com armas proibidas, ou instrumentos próprios para roubos ou alguma malfeitoria 6° dar parte das infrações que observarem das posturas, sobre fatos transitórios. Todas as prisões serão feitas à ordem do Juiz de Paz do Distrito a cuja presença se conduzirá o preso se estiver em estado disto e se as horas o permitirem[411].

Conforme o discurso pronunciado por João Carlos Pardal, Presidente da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina[412], no ano de 1838, dever-se-ia aumentar o seu número de pessoal. O Brigadeiro alegava que, não poderia ser bem feito o serviço de sua incumbência, com um número tão restrito de homens. Assim sendo, apontava a existência desse efetivo policial como deficitária, pois a Força Policial demandava de guardas para a cadeia e tesouraria; ordenanças, Presidência e Juiz de paz, sentinelas responsáveis pela vigilância dos presos sentenciados a trabalhos, patrulhas noturnas, além de terem que manter o sossego público da cidade, acarretando na indisponibilidade de tempo para o descanso[413].

Depreende-se disso que, a organização administrativa, tendo consciência das defasagens de seu aparelhamento institucional, valia-se de outras fórmulas que, se não eram capazes de suprir, totalmente, as deficiências na vigilância e manutenção da ordem dentro do núcleo citadino de desterro, amenizavam as lacunas deixadas pelo déficit de pessoal.

Em 1836, o governo criou uma sessão de pedestres, com o fim de:

> § 1° Guarnecer presídios ou guardar que se houverem de estabelecer em diferentes pontos da Província.
> § 2° Explorar e correr os matos, nos oito meses que decorrem de setembro a abril inclusivamente.

[411] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1835-1840. Lei n° 31, de 2 de maio de 1836, p. 46.
[412] PARDAL, 1838 (Apud: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/925/000002.gif)
[413] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> § 3° Fazer as picadas de comunicação, os acampamentos, e quaisquer obras precisas para o desempenho de suas obrigações.
> § 4° Proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto de gentio, malfeitores e fugitivos, perseguindo-os até seus alojamentos, quilombos, ou arranchamentos: fazendo todo o possível para apreendê-los e no caso de resistência destruí-los[414].

A sessão de pedestres estava composta por um sargento, que recebia um soldo de 720 réis diários; um cabo, com um soldo de 560 réis, também diários; e quinze soldados, que tinham um soldo de 400 réis diários, "[...] durante os meses designados de setembro a maio; e metade destes vencimentos nos quatro meses restantes, de maio a agosto[415]".

Em virtude de a documentação analisada ser esparsa, reticente e pontual, no que concerne à sessão de pedestres, optou-se por não tecer longas considerações sobre o assunto, pois certamente incorrer-se-ia no erro de fazer afirmações insólitas. Além disso, essa temática não é o ponto nodal desse trabalho, muito embora essa breve abordagem dê visibilidade às engrenagens do sistema de policiamento urbano desterrense.

A defasagem de pessoal para executar os serviços básicos da cidade era de tamanha expressividade que, para combater os incêndios, solicitava-se o auxílio da população, a qual, ao ouvir o sino da Igreja, ou o policial, deveria se reunir para prestar socorro. A lei estabelecia uma quantia a ser paga a quem detectasse o fogo, para motivar os habitantes da cidade a se mobilizarem na vigilância do sinistro.

A Lei Provincial número 222, de 1845, estabelecia que:

> Acontecendo haver incêndio em qualquer casa, a primeira pessoa que o observar mandará tocar o sino policial, ou outro de qualquer igreja a cujo toque se reunirá o povo mais vizinho para acudir e o atalhar. A pessoa que primeiro tocar o sino terá 4$000 réis pagos pelo interessado no socorro ou pela Câmara quando este seja pobre[416].

Outro agente de controle que poderia ser referenciado, dado a sua importância de atuação, para a vigilância, e a neutralização da população de baixa renda, de escravos e forros, são as Irmandades.

---

[414]Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1835-1840. Lei n° 28, de 25 de abril de 1836, artigo 1°, p. 43.
[415]Ibidem Idem.
[416]Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1841-1847. Código de Posturas. Lei nº 222, de 10 de maio de 1845, cap. 4, artigo 60.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Embora a fundação das Irmandades, em Nossa Senhora do Desterro, remonte ao período colonial, a renovação do Compromisso delas, a maioria feita na primeira metade do século XIX, indica como se fixou a sua forma de atuação.

Apesar das Irmandades não serem organizações estatais, a regulamentação das suas atividades passava pelo crivo do governo provincial. O compromisso das Irmandades era apreciado pela Assembléia Legislativa, que depois de avaliá-lo e, se conveniente, modificá-lo, publicava-o conjuntamente com as leis provinciais, aprovadas anualmente. Depreende-se disso um forte indício dos seus vínculos com o sistema normativo, interagindo com o padrão cultural da população afro-brasileira.

De acordo com Claudia Mortari:

> É preciso considerar que a cultura tem o poder de se inscrever e se renovar no contexto da adversidade, no caso, uma sociedade escravocrata, com a presença de um sistema normativo que tendia a restringir e regular ao máximo a mobilidade de africanos e afro-descendentes, procurando reduzi-los à impossível condição de coisas, de uma cultura hegemônica européia cristã, que lhe era imposta[417].

Fazia parte das atribuições das Irmandades enterrar os irmãos, sendo que o Regulamento do Cemitério Público previa que: “Pagar-se-á por cada enterro em sepultura rasa 3:20 réis, e o mesmo por cada catacumba ou jazigo, sendo estes feitos pelas respectivas Irmandades[418]”. A mesma lei isentava, do pagamento de espórtulas, os cadáveres de pessoas miseráveis, expostos, encontrados, e os presos falecidos em prisão[419].

Cabia, também, às Irmandades reunir os seus membros para deliberarem sobre assuntos de seu interesse ou para atender, sempre que preciso, as suas solicitações[420].

As Irmandades fizeram parte do sistema articulador da disciplina e do controle social da cidade, uma vez que, para fazer parte delas, os irmãos deveriam acatar o seu estatuto, respeitando os seus preceitos, que impunham a submissão ao Estado, a observância de boa conduta, e dos princípios morais da Igreja. A condição para ser membro de uma Irmandade, conforme atesta o compromisso da maioria delas,

---

[417] MORTARI, 2000, p. 86.
[418] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847. Lei nº 172, de 6 de maio de 1842 Artigo 8º.
[419] Ibidem Idem.
[420] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1835-1840. Lei n° 141, de 29 de abril de 1840, Artigo 8°. (Cria a Irmandade do Senhor dos Passos e aprova o seu Estatuto).

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

estava diretamente atrelada ao bom comportamento, aos bons costumes, à obediência do seu regulamento, e ao pagamento de uma anuidade[421].

Além do mais, tinham por obrigação professar a religião do Estado, o que implicava em acatar a orientação religiosa da igreja e, por extensão, as imposições do Estado, como demonstra o Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo*:* "A Irmandade se comporá de indefinido número de irmãos de ambos os sexos, contanto que professem a religião Católica Apostólica Romana e tenham bons costumes[422]".

Quanto à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, estava encarregada de administrar o Hospital de Caridade, cuidando das obras de misericórdia. Para tanto, valia-se dos seus bens, dentre eles a posse de alguns escravos, que, no caso de serem considerados de baixa produtividade, valor ou serventia, poderiam ser vendidos para a execução da caridade pública, ou substituídos por outros:

> A mesa da Irmandade do Senhor Jesus dos passos fica autorizada a vender, em hasta pública, as escravas inúteis do Hospital de Caridade, a que pertencem, devendo com o seu produto comprar escravos varões, ficando derrogadas as disposições em contrário[423].

Essa prática de possuir escravos, adotada por membros eclesiásticos, e por instituições ligas à igreja, caso no qual se enquadram as Irmandades, foi duramente condenada por José Bonifácio de Lima e Silva, que, em suas digressões sobre o problema da escravidão no Brasil observou:

> A nossa religião é pela maior parte um sistema de superstições e de abusos anti-sociais; o nosso clero, em muita parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos, e os acumula para enriquecer pelo comércio, e pela agricultura, e para formar, muitas vezes, das desgraçadas escravas um harém de turcos[424].

Os irmãos que, em algum momento, deixassem de cumprir com o regulamento da Irmandade, se negando a prestar socorro, ou aqueles que tivessem

---

[421]Conforme se nota no compromisso das Irmandades: Nossa Senhora do Parto, aprovado pela lei nº 174, de 15 de março de 1843 (Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1841-1847); Do Divino Espírito Santo, aprovado pela lei nº 220, de nove de maio de 1845 (Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1841-1847); e da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, aprovado pela lei nº 141, de 29 de abril de 1840 (Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1841-1847).

[422] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1841-1847. Lei nº 220, de 9 de maio de 1845. (Aprova o Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo).

[423]Ibidem. Lei nº 166, de 6 de abril de 1842. p.31.

[424] SILVA, José Bonifácio de Lima e Silva. Projetos para o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 53.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

uma conduta ou atitudes moralmente condenável, eram julgados pela mesa da Irmandade que decidia sobre o seu desligamento ou não.

Conforme o regimento da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos:

> Os irmãos hão de ser despedidos da Irmandade: 1° quando por sua conduta imoral e desregrada, se tornarem indignos dela; quando se não quiserem prestar ao serviço do culto e do hospital, que diretamente lhes pertencer; 3° quando se provar inexatidão dolosa nas contas que houverem de prestar dos bens e dinheiros da Irmandade, que em razão de algum dos cargos lhes pretensa administrar[425].

A existência das Irmandades estava em sintonia com os anseios estatais de controlar a população de escravos e libertos. Por esse motivo, discorda-se de um dos pontos cogitados por Claudia Mortari, de que as Irmandades eram*:* "Um lugar próprio, a partir do qual africanos e afro-descendentes vão estabelecer diferentes solidariedades. Nelas podem-se educar as crianças, alforriar escravos e enterrar e sufragar a alma dos Irmãos falecidos[426]".

Mesmo levando em consideração que as Irmandades abriam espaços de solidariedade aos irmãos, e que estes se reapropriavam desses espaços, acredita-se que não era essa a sua tônica de funcionamento, não representando, portanto, um "lugar próprio" à salvaguardar os interesses e benefícios dos irmãos.

O Compromisso das Irmandades estipulava que qualquer pessoa poderia participar como sócio, contanto que pagasse uma jóia e observassem a conduta moral e à obediência do seu estatuto.

Desse modo, abria-se precedentes para congregar pessoas de diferentes níveis sociais, inclusive personagens destacados da cidade, que ocupavam os mais altos cargos da sua administração, como o de Tesoureiro[427], Procurador e Escrivão[428].

Claudia Mortari afirma que: "Entre os irmãos, figuram vários personagens de diferentes condições sociais: pardos, pretos escravos, pretos forros, livres, pardos, mulatos, que empreenderam, ao longo do processo, alianças e estratégias entre si[429]".

---

[425]Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1835-1840. Lei n° 141, de 29 de abril de 1840, Capítulo 2, artigo 7°.
[426] MORTARI, 2000, p. 85.
[427] Ibidem p. 68
[428] Ibidem p. 79
[429] Ibidem. p. 10

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Embora ela afirme que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário congregava, predominantemente, escravos, africanos e pardos[430], o seu compromisso não proibia a participação de pessoas brancas. Ademais, a historiadora cita a participação de Luís Nunes Pires, escrivão da Irmandade[431] que ocupava o cargo de fiscal da Câmara Municipal de Desterro[432]. Pelo seu sobrenome, certamente Luís Nunes Pires tinha algum grau de parentesco com Feliciano Nunes Pires, que foi Presidente da Província de Santa Catarina, de 1831 a 1835, confirmando a participação de brancos naquela Irmandade, e de pessoas ligadas ao poder estatal.

Além disso, as pessoas que viessem a compor a mesa diretora da Irmandade, responsáveis pela sua gerência, tinham a obrigatoriedade de pagar uma quantia doada a título de contribuição[433], critério que restringiria o acesso de negros, pardos e pessoas menos abastadas. Para exercerem as funções de escrivão e tesoureiro, os irmãos deveriam saber ler e escrever[434], o que também limitava o exercício dessas funções a pessoas com um perfil sócio-econômico mais elevado.

3.2 A CIVILIDADE E SUAS SIGNIFICAÇÕES

O século XIX, no Brasil, foi marcado pela formação de uma elite política, intelectual, econômica e social predisposta a implementar o estereótipo europeu de “civilidade”, que tinha por inspiração o modelo e a mentalidade social européia, especialmente da corte francesa.

No seio da classe letrada, que se imbricava à política e à administração pública, foi fomentado e articulado um discurso modernizador[435], cujo ambicioso projeto englobava o ajuste da realidade brasileira - considerada retrógrada e em desacordo com o *modus vivendi* dos grandes centros urbanos europeus - a uma nova racionalidade.

---

[430] Ibidem, p. 61.
[431] Ibidem p. 10.
[432] CABRAL, 1979, p. 183.
[433] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis Provinciais de Santa Catarina 1841-1847. Lei nº 220, de 9 de maio de 1845 (Aprova o Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo).
[434] Ibidem Idem.
[435] O conceito de moderno está sendo utilizado para denotar uma mudança de atitude, indo muito além da sua significação enquanto avanços tecnológicos, científicos ou ações modernizadoras como ocorreu durante o surto concreto de modificações das cidades brasileiras, ou seja, no período em que elas tem reformulações mais drásticas, no início da República Velha, quando as reformas urbanas estão sendo colocadas em prática.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

A existência de europeus radicados no Brasil, e o hábito da elite desterrense de enviar os filhos para estudarem na Europa, ou na Província do Rio de Janeiro, corroboraram para a assimilação da realidade européia. A grande maioria se formava em Medicina, Engenharia e Direito, áreas afins à produção dos saberes e à pertença do aparelho de poder.

Ao tecer considerações sobre a instrução na Província de Santa Catarina, o brigadeiro Antero José Ferreira de Brito constata que alguns alunos das suas escolas deixavam o país, abandonando seus estudos incompletos, confirmando que esses alunos saiam de Santa Catarina para estudar no exterior. Sobre a freqüência de alunos nas disciplinas existentes, afirma ele que:

> A de gramática latina é freqüentada apenas por seis discípulos e esses mesmos, poucos que a ela vão ou abandonam antes de completa a instrução que aí devem beber, e se a completam ou deixam o país ou não se dedicam a estudos maiores [436].

Guardadas as devidas proporções, o contato de alguns catarinenses letrados com o modelo europeu, e os interesses advindos de países como a Inglaterra, acarretaram uma melhor absorção dos valores liberal burguês, que passaram, gradativamente, a fazer parte dos bastidores da política e, conseqüentemente, das normas do cotidiano.

Personalidades de destaque na política desterrense tiveram formação na Corte, exercendo, em algum momento, cargos políticos em outras províncias e mesmo no Rio de Janeiro. A exemplo disso, poder-se-ia citar Jerônimo Francisco Coelho, Patrício Antônio de Sepúlveda Ewerard, Diogo Duarte Silva, José da Silva Mafra, dentre outros. Todos eles foram membros da Sociedade Patriótica e deputados estaduais da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina.

Jerônimo Coelho esteve por longo tempo fora da Província, foi Conselheiro e Ministro do Império. Ao voltar para Desterro e fundar o jornal “O Catharinense”, Coelho fez questão de demonstrar sua educação diferenciada, posto que foi criado na corte do Rio de Janeiro:

> Nascido entre vós, posto que educado ao longe, sempre conservei no fundo do coração um sentimento oculto que me chamava para vós. Embora eu não tivesse idéia alguma de nossa terra, minha imaginação constantemente

[436] BRITO, Antero José Ferreira. Fala que o Presidente da Província O Brigadeiro Antero José dirigiu à Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina na abertura da sua sessão ordinária em 1° de março de 1841. (Apud: http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u902/index.html)

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> a pintava como a mais vela, porém minhas circunstâncias o impossibilitaram, até que, finalmente, oferecendo-se agora ocasião favorável, voluntariamente me apressei a voltar para a terra que me viu nascer. Esta minha deliberação não foi movida pelo sórdido interesse, e sim pelo amor pátrio, pois deixei a corte, onde fui educado, onde vivi por mais de vinte anos, e onde finalmente deixei grande número de amigos para vir com mera passagem para nossa Província[437].

Em 1844, foi nomeado para chefiar a comissão de engenheiros que deveria, em Santa Catarina, medir, demarcar e levantar a planta de 25 léguas quadradas de terras destinadas a constituir parte do dote da Princesa Dona Francisca, pelo seu casamento com o Príncipe de Joinville. Foi Deputado da Província de Santa Catarina por várias legislaturas consecutivas, além de ter sido eleito Presidente da Província do Pará (1848-1850) e, posteriormente, Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1856)[438].

O major de engenheiros, Patrício Antônio de Sepúlveda Ewerard, comandou o corpo de artilharia de posição, participando da Guerra da Cisplatina. Teve também, por algum tempo, a incumbência de supervisionar e gerir as obras públicas de Desterro.

Diogo Duarte Silva representou Santa Catarina na Assembléia Constituinte e Legislativa do Império. Curiosamente, foi um dos poucos portugueses a participar da Sociedade Patriótica, pois ela exigia que seus membros fossem brasileiros natos ou adotivos[439]. Por sua vez, José da Silva Mafra estudou num seminário no Rio de Janeiro, de onde se desligou para cursar direito em São Paulo, retornando posteriormente à sua cidade natal[440].

O hábito de estudar fora da Província, principalmente na primeira metade do século, ligava-se, em linhas gerais, a quatro fatores: primeiro porque as escolas eram diminutas na Província; segundo porque inexistia ensino secundário na primeira metade do século XIX; terceiro porque inexistia curso superior e quarto porque interessava ao governo Provincial habilitar profissionais qualificados que pudessem atuar junto ao espaço público. Por essa razão, auxiliava, com subsídios,

---

[437] Centro de Memória da ALESC. Jornal O Catharinense. nº 1, de 28 de julho de 1831.
[438] PIAZZA, Walter (Org.) Dicionário Político Catarinense. 2ª ed. Revista e ampliada. Florianópolis: Edição da ALESC, 1994, p. 195.
[439] O Estatuto da Sociedade Patriótica foi publicado no jornal "O Catharinense" em 18 de agosto de 1831. Os seus artigos estipulavam as condições necessárias para ser candidato a sócio. Dentre outros pré-requisitos, existia a obrigatoriedade de ser brasileiro nato ou adotivo. Os adotivos solteiros deveriam morar há pelo menos vinte e cinco anos no Brasil. Quanto aos casados com mais de quatro filhos nascidos no Brasil, tinha a obrigatoriedade de residir há um período maior ou igual há 10 anos.
[440] PIAZZA, 1994, p. 425.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

pessoas da sua escolha a fim de que elas ingressassem nas Universidades da Corte, como se pode perceber nessa postura:

> É mais autorizado a mandar habilitar outro indivíduo, de sua escolha, na escola de arquitetos medidores daquela Província (Rio de Janeiro) com a pensão mensal de trinta mil réis, o qual, findo os seus estudos será empregado em ensinar as mesmas doutrinas nesta província, ficando obrigado a qualquer serviço público compatível com os seus conhecimentos profissionais e ao que houver de estabelecer-se por ulteriores disposições legislativas, terá ordenado de seiscentos mil réis[441].

A veiculação dos novos valores, proveniente de um modelo burguês europeu, em voga no Rio de Janeiro, pouco ou nada tinha em comum com o comportamento da maior parte da população desterrense. Depois de completados os seus estudos, os membros da elite intelectual de Desterro retornavam à cidade, com um discurso alicerçado nos jargões relativos a *civilis,* procurando, então, plagiar aquele modelo.

O conceito de civilização, veiculado em larga escala no decorrer do século XIX, estava imbricado ao discurso da política brasileira imperial, no bojo da construção da imagem do recém formado Estado nacional. A sua invocação objetivava fazer a distinção entre as categorias sociais[442], através da observação dos detalhes da vida cotidiana, insinuando que, somente os homens civilizados, entendidos como os que seguiam um padrão de comportamento polido teriam a capacidade e a competência, para exercer de forma plena os direitos civis.

Para analisar o conceito de civilidade deve-se levar em consideração que a palavra tem força simbólica, pois há, no que se fala, um significado implícito, que é encoberto pelo seu sentido literal. A origem do termo "palavra", do grego parabolé, remete-se à parábola, que significa alegoria, indicando a conotação simbólica das palavras. Compreender, portanto, as alusões ao conceito de civilidade, implica em apreender seus desdobramentos, sobreposições, simbologia e imagem mental, formada quando da sua evocação.

A apologia feita à civilidade se imiscuía na auto-regulamentação da sociedade civilmente organizada, adentrando em questões pertinentes ao interesse público, e desaguando na busca do ordenamento das condutas, que então deveriam se basear na obediência e respeito às premissas determinadas pelo Estado.

---

[441] Centro de Memória da ALESC. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1841-1847, Lei n° 151 de 26 de março de 1841, artigo 2º.
[442] SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998, p. 196.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Para Norbert Elias, a noção de civilização se entrecruza com a distribuição dos papéis sociais, acionando as engrenagens de um aparelho automático de autocontrole do indivíduo, visando prevenir as transgressões do comportamento moral e socialmente aceitos. Afirma ele que:

> A diferenciação em marcha das funções sociais, porém, é apenas a primeira e mais geral dentre as transformações que observamos ao estudar a mudança na constituição psicológica conhecida como "civilização". Lado a lado com a divisão das funções em andamento, ocorre a total reorganização social[443].

Por outro lado, é elucidativo lembrar, que a organização da sociedade civil trouxe à baila reflexões sobre as qualidades que deveriam nortear o homem público, cordial e civilizado, influenciando, profundamente, a cultura ocidental. Do mesmo modo, as teorizações sobre o pacto social desenvolveram uma linha argumentativa que, a partir das digressões sobre o bem geral, buscava provar a necessidade de submissão do cidadão à razão do Estado. “Não gostando cada indivíduo de outro projeto de governo, se não do que se refere ao seu particular interesse, custa perceber das vantagens que deve tirar das contínuas privações que as boas leis lhe impõem[444]”.

A ascensão de um modelo europeu de civilidade ocultou outros senões, que atingiram o modo de viver da população brasileira no império. Contrapondo-se a tudo que lembrasse a animalidade, denotada como uma das características essenciais das categorias sociais desqualificadas, tais como os negros, os pobres, os mendigos e as prostitutas, a civilidade implicava em um perfil de comportamento, que ia desde a etiqueta à mesa, até às maneiras e à postura adotada no espaço público.

Esse conceito se espraiou pelo Brasil no decurso do século XIX, ganhando maior notoriedade na segunda metade do século, nos anúncios dos jornais, que divulgavam igualmente a moda européia. Em Desterro, essa exaltação ao comportamento polido é lembrada nas páginas do periódico “O Novo Íris”:

> Na mesa de jantar se conhece o homem de educação fina, conforme o seu comportamento naquela ocasião. Também se percebe o vexame em que

[443] ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador: Formação do Estado e da Sociedade. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar , 1993, p. 197

[444] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Novo Íris, nº 150, de 2 de setembro de 1851 p.3.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> está o malcriado que nunca comeu entre gente, vendo-se todo atrapalhado com o talher; se lhe pedem que trinche, tais artes faz e tais trejeitos que quebra um prato travessos antes de partir um peru assado[445].

A apologia à moda e ao modelo europeu, propalado no Rio de Janeiro, é feita no jornal "O Argos", por meio de anúncios das casas comerciais, que vendiam artigos como: perfumes, tecidos, sabonetes, incensos, bebidas, mobiliários etc.

> O abaixo assinado, com loja de fazenda no largo do Palácio nº 4ª faz ciente aos seus fregueses e ao respeitável público que acaba de chegar do Rio de Janeiro, aonde escolheu um lindo sortimento de fazendas, modernas e de bom gosto, acham-se a venda na dita loja sendo:
> Vestidos de nobreza bordados de veludo preto e de cores, capas de nobreza e de pano preto, paletós de nobreza preta, manteletes de dita, ditos de cassa branca, zuavos de seda de cores, ditos de fustão e cambraia branca bordados, xales de lã granje de seda, lenços de linho bordado, ditos de seda, um rico sortimento de organdys e chitas em cassa, dito de morim fino, dito de fustão de cores e branco, irlanda de linho fino, um completo sortimento de chapéus para homens, senhoras e crianças, e um dito de fazendas de lei e miudezas, tudo por preço razoável[446].

À sombra dos valores estéticos viu-se disseminar, em Desterro, uma carga discursiva que deu aval, legitimidade e sustentação a algumas das iniciativas estatais. Pautado em argumentos, que procuravam justificar a necessidade de uma efetiva ação tutelar, com capacidade para civilizar e moralizar uma parcela da sociedade, o poder público agia no sentido de remodelar as condutas sociais.

As teorizações, que contrapunham "Civilização" e "barbárie", fundamentavam a instituição de novos hábitos para a população, reforçando a retórica sobre higiene, salubridade. Schwarcz reforça essa idéia, afirmando que: "Junto com a civilidade vinha, portanto, o aumento do embaraço e da vergonha sob a forma de refinamento ou como civilização. É por isso mesmo que, em nome da etiqueta, destacavam-se as regras de higiene enquanto marcas de civilidade[447]".

No que concerne à etimologia da palavra civilidade, grife-se que descende da mesma árvore latina de *civis, civitatas*, *civitas* e *civilitatis,* que se referem ao habitante da cidade, em contraposição ao camponês, de modos rudes e grotescos. É o cidadão urbano e educado, instruído e respeitoso para com os semelhantes. Em outras palavras: "O comportamento nobre e cortês passa a ser comparado aos

---

[445] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras. Jornal O Novo Íris, Ano II, nº 178, de 12 de dezembro de 1851 p. 2.
[446] Biblioteca Central UFSC. Setor de Obras Raras, Jornal O Argos, Ano VI, nº 907, de 7 de fevereiro de 1862 p. 4.
[447] SCHWARCZ, 1997, p. 14.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

modos do camponês, rudes, e a postura oposta à deste é recomendada e ensinada a adultos e crianças[448]".

A posteriori, a apropriação do conceito de civilidade e a sua fusão com outros valores, advindos de uma mudança de mentalidade, vinda de cima para baixo, dará ensejo a teorizações sobre civilizado e civilização.

Civilização, palavra cognata de civilidade, revela bem mais do que um conjunto de conquistas tecnológicas ou econômicas, incluindo, implicitamente, o padrão de comportamento. Sua significação idiossincrática está relacionada à distinção social, implicando na desqualificação de determinados modelos de conduta, que refletem o padrão cultural.

De acordo com Norbert Elias:

> O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideais religiosas, aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma 'civilizada' ou 'incivilizada'[449].

Genericamente, a evocação do conceito de civilidade trazia, implícito em seu cerne, a desqualificação do outro, tendo como principal função, garantir as distâncias sociais, que separavam um mundo de privilégios e direitos, de um mundo de obrigações e deveres[450].

O luxo e a ostentação marcavam sua presença, em um pequeno número de famílias abastadas, na cidade desterrense, que buscava, por meio dele, se destacar socialmente. "O interior das casas, atestando a riqueza do dono, era revestido com papel importado da Inglaterra. Mobílias de jacarandá também eram importadas[451]". Entre bailes, jantares e saraus, esse pequeno grupo exibia o fino mobiliário de suas casas[452], as roupas feitas com tecidos importados[453] e toda uma série de artigos advindos da Europa. Nesse cenário se espargiam as alegorias sobre a civilidade,

---

[448] Ibidem, p. 11
[449] ELIAS, 1994, p. 23.
[450] HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. vol. 3 Tomo II: O Brasil Monárquico: reações e transições. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1997. p. 149.
[451] PEDRO, 1994, p. 31.
[452] CABRAL, 1979, p. 255.
[453] Ibidem p. 319.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

cujas insígnias estavam assentadas na moda, nos tecidos, nos perfumes e utensílios.

Nesse ambiente se desenrolava a apologia ao modelo cordial, se propagando as reverberações sobre a civilidade, cuja carga simbólica estava enxertada por interesses da categoria dirigente da cidade.

De acordo com Schwarcz, a criação de símbolos:

> [...] não é gratuita e arbitrária; não se faz no vazio social. Ao contrário, os símbolos são reelaborados em razão do contexto cultural em que se inserem, além de que o maior ou menor sucesso de sua manipulação encontra-se diretamente vinculado a uma comodidade de sentidos. Portanto, para compreendermos por que em momentos de mudança certos símbolos vingam e outros não, devemos atentar não só para a emissão como também para a recepção e divulgação, ou seja, para o consumo desses mesmos símbolos, que não é em si aleatório nem mero objeto de manipulação[454].

O homem cordial e civilizado se solidificava, então, como a idealização de um padrão comportamental, que o tornava distinto dos demais atores, divulgando uma imagem pública, que lhe conferia *status* social, e lhe garantia um *lócus* de poder.

A civilidade se apresentava não apenas como peça argumentativa de um esquema que trazia para o centro da sociedade um grupo seleto, mas carregava nos seus interstícios um manto de significações, protagonizando os direitos civis, dentro de uma sociedade patriarcal e escravocrata, orquestrando, indiretamente e de forma subjetiva a manipulação do poder.

No que se refere ao gênero feminino - mesmo as mulheres de boa educação, pertencentes ao alto escalão social e, portanto, civilizadas, não tinham participação no espaço público, já que, a distinção social das mulheres foi construída a partir da esfera privada.

Na opinião de Pedro*:*

> O isolamento das mulheres nas atividades de esposa, mãe e dona-de-casa tornou-se forma de distinção para uma classe urbana abastada e, também, para funcionários público, pequenos comerciantes e proprietários urbanos, estes desejando ascensão social[455].

Cabia à mulher o zelo pela família, representando a mãe dedicada, a esposa amável e subserviente, a administradora das tarefas do lar e das escravas

[454] SCHWARCZ, 1998, p. 20.
[455] PEDRO, 1994, p. 31.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

domésticas. Nesse caso, não era a falta de civilidade que restringia os direitos civis e a participação no espaço público, mas a definição do papel feminino dentro da sociedade.

A ênfase dada ao conceito de civilização, buscando significar o padrão comportamental e social considerado adequado, se correlacionava à idéia de superioridade européia. A freqüência da sua invocação estava norteada por uma construção eurocêntrica que, padronizando a cultura européia como superior, imputou a outros grupos, como os indígenas, os pretos e pardos, a tarja de incapacidade para desempenhar funções organizativas da sociedade civil, necessitando, portanto, da tutela do Estado.

Mesmo na década de 1880, auge das altercações sobre os maus efeitos da escravidão no Brasil, as considerações sobre a incapacidade, inferioridade moral, inaptidão política e social da raça africana, se mantiveram[456]. Embora a aplicação do conceito possua diferenças relacionadas ao lugar temporal no qual está inserido, da sua significação, depreende-se um juízo de valor que estabelece a fronteira da hierarquia de poder.

Em Desterro, o discurso sobre civilização aparece tramado por uma gama de interesses, implícitos nas iniciativas do Estado e no discurso de alguns membros da sociedade, que desejavam mudar a fisionomia dos seus habitantes, o perfil da população (composta por uma boa quantidade de escravos e libertos, de indivíduos "de má fama"), metamorfoseando o convívio social, e adequando-o a uma nova ordem econômica, que já perfazia o universo mental da época.

Itamar Siebert indica que:

> A noção de Civilização aparece com muita freqüência no discurso jornalístico e nos enunciados que outras instituições e pessoas mandavam publicar pelos jornais. A freqüência com que era invocada dá-nos a sensação de uma necessidade irredutível de afirmação e urgência, pois este conceito pulsava enquanto prática e objeto de discurso de inúmeras instituições, além de servir como amparo às ações do Estado[457].

Na Europa, desenvolvia-se um saber médico, desde o século XVII, aplicado, dentre outras coisas, à normalização e disciplina do corpo social, à organização do espaço urbano, à vigilância do comportamento, ao desenvolvimento econômico.

---

[456] HOLANDA, 1997. p. 149.
[457] SIEBERT, Itamar. Um biênio de provações e entusiasmos nas origens do jornalismo catarinense (1855-56): entre a polêmica política e o processo civilizador,. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC, 1995, p.8.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Madel Luz afirma que:

> A medicina é, desde suas origens institucionais na sociedade brasileira do século XIX, nitidamente, não só uma forma de conhecer – através do organismo humano – o corpo social, mas também uma forma específica de intervir politicamente neste corpo. Trata-se de cuidar não só da saúde dos cidadãos, mas também da saúde das cidades. As regras de higiene propostas, as normas de moral, e costumes prescritos, sexuais, alimentares, de habitação e de comportamentos sociais fazem parte, desde a constituição do primeiro império brasileiro, da maioria das propostas que os médicos submetem ao Estado, do qual são consultores,assessores, conselheiros, críticos[458].

A falta de higiene, os maus cheiros ocasionados pelos despejos, e o medo das doenças miasmáticas, também se traduziam ao sabor das digressões sobre a ausência da civilidade. Ao falar sobre o problema da aglomeração humana, e da necessidade de uma legislação especial, para regulamentar o direito à saúde, Almeida alertava que: “[...] nenhuma nação civilizada deixou de legislar nesse sentido[...][459]”. Assim, as queixas em relação ao ambiente público, paulatinamente, matizaram um cenário adequado ao estabelecimento de ações capazes de coibir as práticas e costumes, considerados inadequados à civilidade e à moralidade.

De outro modo, a presença do ideário social, e dos valores estéticos e morais, provenientes do modelo europeu, já se fazia sentir nos discursos da elite, a partir do início do século XIX.

1.3 AS SACERDOTISAS DA SÍFILIS

Remetendo-se ao passado, se percebe que romper com o comportamento moralmente desejável significava dotar a mulher de uma adjetivação negativa. Assim, a quebra dos esquemas rígidos de conduta feminina acarretava em um ônus, criando uma comunidade de sentido, que bloqueava o seu espaço de atuação.

No século XIX, a mulher estava investida da função maternal, competindo-lhe a posição de guardiã da família, resignada a salvaguardar sua castidade, e a desenvolver suas atividades no espaço privado.

Nesse sentido, o Dr. Cunha elucida a mentalidade com relação ao papel masculino e feminino ao afirmar que:

---

[458] LUZ, 1982, p. 13.
[459] ALMEIDA, 1864, p. 2.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> O homem, reservando para si os perigos e trabalho da vida, constituindo-se campeão do sexo frágil, confiou às mulheres a guarda do templo sagrado da castidade; e a própria natureza parece tê-las destinado para este fim concedendo-lhe exclusivamente o pudor, que é o mais belo colorido da virtude, que é como um arrebique inocente que faz sobressair a graça de que ela as dotou[460].

A esfera pública estava restrita ao homem, e a intromissão feminina, nesse espaço, acarretava sua desqualificação. Circular por lugares públicos, em certas horas da noite, freqüentar determinados ambientes, ou emitir opinião, em assuntos que não condiziam com o universo feminino, dava margem a interpretações duvidosas sobre a decência. Afinal, esse tipo de comportamento representava a quebra do código feminino, podendo acarretar no rótulo de prostituta.

Do mesmo modo, o tom de voz, o uso da palavra, a forma de se comportar, o modo de vestir, poderiam ser alvo de olhares maliciosos. Na sua estada em Desterro, Saint-Hilaire levou a seguinte impressão, da forma de se vestir das mulheres locais*:*

> As mulheres do campo, que não trabalham fora de casa e em nada se parecem com as nossas camponesas, não se apresentam, como as de Minas, com os ombros e colo nus; todas elas, sem exceção, usam vestidos de chita ou de musselina e um xale de seda ou de algodão[461].

A título de esclarecimento, é válido lembrar que a categorização de uma prostituta estava filiada a leitura de uma gama de atributos morais e sociais. Não era apenas a comercialização do corpo, que rotulava o gênero feminino como prostituta, mas seus gestos, sua falta de recato, a ausência de compostura, a violação da sua castidade e a s desconfianças sobre a sua pureza.

Conforme Cunha:

> Empregamos, portanto, a palavra prostituição no sentido o mais lato; por ela designaremos (conforme a linguagem de um alvará de El-Rei D. Manoel, de 8 de julho de 1521), nem só as mulheres que com seu corpo ganham dinheiro publicamente, não se negando aos que a elas quiserem ir fora da mancebia, como também aquelas que, havendo-se transviado das regras da honestidade, entretém relações ilícitas com mais de um indivíduo. Ambas estas classes exercem poderosas influência na propagação do vírus sifilítico, e por isso não podemos prescindir de falar nelas, e de traçar seus

[460] CUNHA, 1845 p. 40.
[461] SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. São Paulo: USP, 1978, p. 173.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> principais caracteres, adotando a divisão, estabelecida por outros, da prostituição em pública e clandestina[462].

Considerava-se a prostituta "uma chaga social, fonte de males e enfermidades, epílogo de vícios[463]", responsável pela disseminação da sífilis, e toda a sorte de doenças venéreas, acreditando-se que seus instintos torpes atacavam as famílias, destruindo a saúde com o seu desregramento moral e prenunciando a morte.

Ao tratar sobre o tema da prostituição no Rio de Janeiro, o Dr. Cunha, exaltou a importância de medidas legislativas, para combater o mal moral, causador da sífilis, pois a ciência acreditava que os desvios de conduta degeneravam os corpos, causavam as doenças, e desbaratavam a força para o trabalho.

Estabelecendo um elo de ligação entre os princípios morais e a civilização Cunha afirmava:

> Na América, e em geral em todos os povos selvagens, que desconhecem este princípio de moral que é fruto da civilização, não se aquilata a castidade das mulheres e, por conseguinte, entre eles a prostituição não é mais do que o exercício de uma função natural[464].

Assim, o discurso sobre a prostituição aparece imerso em uma trama de outras discussões, que tem nos seus bastidores: o padrão de conduta moral – responsável pela manutenção da salubridade pública[465] - e a contenção das paixões[466], peças chaves das nações civilizadas.

Para tanto, fazia-se imperativo uma polícia médica atuante e leis disciplinadoras rígidas, que contivessem o furor sexual de mulheres de caráter impudico[467]. Logicamente, esse discurso médico possuía recônditos objetivos, visando o controle das práticas cotidianas das "mulheres de cor" e das portuguesas vindas dos Açores.

As portuguesas, citadas por Cunha, provinham das classes menos abastadas, pois ele especifica, que se tratavam de lusitanas, trazidas ao Brasil com o fim de se

---

[462] CUNHA, 1845, p. 16.
[463] Ibidem p. 1.
[464] Ibidem p. 10.
[465] Ibidem p. 1.
[466] Ibidem p. 4.
[467] Ibidem p. 59.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

empregarem em trabalhos domésticos , incluindo-as no rol das prostitutas de segunda ordem[468].

Segundo ele, moldando-as e impingindo-lhes o reajustamento social, se alcançaria bons resultados sanitários:

> Na França, Inglaterra, Alemanha, Portugal e outras nações as mulheres públicas existem hoje sobre a sujeição da mais severa disciplina policial, e os mais felizes resultados, tanto pelo lado moral como pelo sanitário, tem sancionado as vantagens das medidas adotadas pelos governos contra a devassidão pública[469].

Por outro lado, Cunha ressalta que a concupiscência originava mais do que a prostituição, já que, as causas, responsáveis pelo seu aparecimento, seriam as mesmas que produzem os salteadores e os assassinos. A linha argumentativa de Cunha sugere que a prostituição, no Brasil, se frutificou por meio de um ciclo vicioso, pois: "[...]soldados, marinheiros, aventureiros e homens depravados, que a metrópole para aqui enviava, como para espiarem seus delitos, tais foram as primeiras condições que naturalmente houveram de alimentar a prostituição neste novo torrão[470]".

Quanto à salubridade pública, a prostituição causava alarde, dentre outras coisas, por disseminar a sífilis. O comportamento sifilítico abarcava a soldadesca que, além de habitar nas mesmas imediações das prostitutas, serviam-se dos seus préstimos, relacionando-se com elas, e estabelecendo laços de proximidade.

Em Nossa Senhora do Desterro, a Figueira era o bairro célebre pela "imoralidade" de seus moradores. Habitado por um grande número de prostitutas e freqüentado pelos soldados, o local congregava a desordem da cidade, sendo considerado um foco de epidemias e desregramento urbano[471].

Além disso, a qualidade dos seus moradores e de suas casas, via de regra de porta e janela, incomodava as autoridades, mobilizando as ações da polícia local. De acordo com o que informa o Dr. Almeida sobre o bairro:

> Situado no extremo da cidade oposto a Toca, junto ao mar e a montanha da Rita Maria, construído sobre terreno argiloso-silicoso, é este bairro varrido pelo vento Sul, que sopra quase fronteiro.

---

[468] Ibidem p. 19.
[469] Ibidem p. 16.
[470] Ibidem p. 13.
[471] MORTARI, 2000, p. 28.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> É habitado em grande parte por meretrizes da mais baixa classe, que aí vivem aos grupos em casinhas mais ou menos célebres nos anais da polícia do Desterro. Bairro tenebroso, onde o assassinato não é extremamente raro, e onde os que nele tentam aventuras senão perdem a vida ou a bolsa, pelo menos sofrem gravemente na saúde, eis o que acontece a soldados e marinheiros[472].

A correlação de idéias está clara no estudo do Dr. Almeida, pois a má fama, dos habitantes do bairro da Figueira, se ligava à sua condição social que, segundo as observações generalizantes do médico, se restringia a prostitutas, gatunos, soldados, e homicidas.

Além disso, se não havia como eliminar de vez com a prostituição, dever-se-ia controlá-la, vigiá-la, cadastrando as meretrizes junto à polícia sanitária. “Na Europa hábeis escritores, sentindo a urgência de pôr um açamo à fera da libertinagem, que atacava a decência e saúde dos povos, arremeteram contra ela, e se não conseguiram exterminá-la, puderam ao menos conter-lhe a sanha[473]”.

Conforme informa o ensaio de patologia, as prostitutas do Desterro, como as de todo Brasil, não eram arroladas. Em parte alguma do império faziam-se visitas domiciliares à elas, sequer existindo o respaldo institucional dos dispensários, como ocorria nos países mais adiantados em civilização[474].

No rol das prostitutas, incluíam-se as escravas e libertas acusadas de viverem na promiscuidade, retomando-se o imaginário de que a lascívia repousava sobre o caráter dos negros e pardos, asseverando-se que eram impudicos por natureza, sujos, moralmente desviados e, portanto, fonte de doenças e degradação humana. Se já havia um olhar pejorativo sobre os negros e pardos, que se dirá da mulher proveniente desses segmentos étnicos.

> Além das prostitutas domiciliadas, que a nenhuma investigação sanitária são sujeitas da parte de quem quer que seja, há que notar o grande número de escravas e libertas, que em libertinagem levam vantagem as primeiras, com raras exceções. Em parte alguma do império se permite aos escravos, o que aqui lhes é lícito fazer. O resultado de tudo isto é que a sífilis entronizou-se[475].

Em uma sociedade do tipo patriarcal agrária, como era o caso brasileiro, convinha que se fizesse uma intensa diferenciação entre homem e mulher. Somado a isso, há o caráter religioso, que reforçava os atributos da mulher, exaltando-se a

[472] ALMEIDA, 1864, p. 46.
[473] CUNHA, 1845, p. 1.
[474] ALMEIDA, 1864, p. 51.
[475] ALMEIDA, 1864, p. 69.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

sua qualidade de genitora, pura, casta, virgem, fiel, restrita ao ambiente privado, amorosa e assexuada.

Eis o papel das mulheres brasileiras do século XIX, responsáveis por parir os filhos da nação, genitoras do futuro nacional, grávidas do destino brasileiro, guardiãs da família e dos bons princípios, zelosa do lar, defensora do casamento, subserviente ao marido, obediente aos deleites do seu esposo e senhor, limitada às atividades do lar, isolada do espaço público, restringindo seus laços de familiaridade aos filhos, à parentela, às amas, às velhas, aos escravos[476].

Assim, a prostituta contrapunha-se ao comportamento da mulher honesta, desenvolvendo suas atividades no espaço que estava destinado ao homem por excelência, qual seja, o público.

As meretrizes estavam investidas da qualidade de destruidoras dos lares, inocentando a conduta dos homens da escolha de procurá-las. Acusadas de sedutoras, carregavam o pejo de instigar os homens a assumirem um comportamento desviante, de modo que a lógica nesse ponto se inverte: é a astúcia dolosa de “Eva” que derruba e faz derrocar a retidão de “Adão”. É o ser feminino que está dotado de um poder de persuasão, que perturba o masculino, seduz, amarra, hipnotiza, arrebatando-o por seus desejos e paixões. A prostituta, ente feminino, sexo frágil e inferior, estava investida da inexorável capacidade de arrebatar o homem do seio familiar, arrastando-o para os prazeres, levando-o ao desregramento e ao sensualismo.

Segundo Cunha, se a prostituição era capaz de impor o adultério para os homens, desencadeava também as fragilidades das esposas, que, ao se verem traídas, abandonadas e mal amadas, procuravam o amor em outro leito, a cumplicidade, o afeto que lhes faltava no lar, a dedicação e a solicitude em outro homem[477].

Por outro lado, Cunha afirmava que a prostituição afetava a moral e a saúde pública, degradava e enfraquecia a raça, fazia com que degenerassem as forças dos indivíduos, disseminava a sífilis e as doenças venéreas, ultrajava o seio familiar, envergonhava a sociedade brasileira, marcava a lassidão do seu povo, pois dava

[476] Ibidem Idem.
[477] CUNHA, 1845, p. 28.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

origem a uma população debilitada, com tendências ao raquitismo, à desnutrição e a doenças, cujas causas tinham fundo sifilítico[478].

Aqui reaparece implícita a preocupação com a tipologia da população brasileira, prisioneira da degeneração e degradação provocada pela sífilis, que [...] cria entes franzinos, débeis e enfermos, e os predispõe para as alterações, linfáticas ou serosas, as desordens da inervação, convulsões, afecções cerebrais, diátese escrofulosa, dartrosa, tuberculosa, etc[...][479].

Nessa discussão, as africanas e mestiças, que se prostituíam, eram denotadas como os piores casos, pois além de propagarem a sífilis, desestruturavam o núcleo familiar, e solapavam a moral da senhora.

> Quantos homens há por aí que deixam o leito nupcial para irem conspurcar-se nas imundas senzalas onde dorme a escrava, que é preferida a uma esposa terna e amável? Tais desatinados esquecem que mais tarde a injúria, que atiram as faces de sua mulher será vingada pelo adultério e, vociferando contra aquela, que não fez mais do que seguir seu exemplo, promovem explosões de escândalos, e lançam ao domínio do povo segredos que retalham profundamente a sua moral[480].

Embora a prostituição fosse uma via possível de sobrevivência a mulheres de diversas categorias sociais, inferiorizava em especial as escravas, que tinham uma maior mobilidade, encarregadas dos serviços externos, como fazer as compras dos víveres no centro da cidade.

A prostituição fazia parte das relações sociais, tendo suas causas, motivos, mecanismos e especificidades. Todavia, o discurso se voltava sempre contra as prostitutas, negando o acordo tácito entre as partes envolvidas, onde estavam implícitos interesses de ambos os lados. Havia a naturalização da busca do homem em se relacionar com as prostitutas, como um comportamento esperado, padronizado e necessário à manutenção da masculinidade.

Por outra vertente, a espinha dorsal, das preocupações do século XIX, estava centrada no destino nacional e, por extensão, na periculosidade que a prostituição oferecia enquanto destruidora da família e instituto de propagação de doenças:

> É a contagiabilidade que tem tornado a sífilis o mais pertinaz e cruel flagelo das grandes cidades, flagelo mais terrível que o da peste, pois se esta, rodeada de todo o aparato da morte, com suas rápidas devastações,

[478] Ibidem, p. 46
[479] Ibidem Idem.
[480] Ibidem, p. 24.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

> difunde pânico terror por entre a humanidade, aquela, folgando entre prazeres, e disfarçada com os atrativos de amor, vaga pelo meio das cidades, entende com o coração do homem, a quem afaga e seduz para lançá-lo depois nos braços da morte ou da miséria. A peste mata com rapidez, vai-se e não volta senão depois de longos anos; a sífilis estabelece morada fixa nas povoações, manhosamente se insinua no organismo, consegue por meio da tenacidade o que a outra faz pela violência[481].

São as alterações orgânicas que a prostituição e a sífilis suscitam no indivíduo, prejudicando a economia humana, que importavam aos médicos do século XIX. Embora o discurso sobre a moralidade e o comportamento sexual também estivesse nas entranhas das considerações acerca do assunto, as teorizações sobre a sífilis vêm, principalmente, ao encontro dos cuidados com os seus efeitos dilacerantes sobre os povos.

Os malefícios advindos da sífilis, de fato, ocasionavam conturbações, já que o seu desenvolvimento implicava no esgotamento das forças físicas e intelectuais.

Assim se expressa o Dr. Cunha:

> [...] a sífilis é um veneno que circula em todas as veias, penetra os princípios vitais, enerva em suas fonte as forças de que o homem, abarbado com uma situação dificultosa, carecia para dela triunfar, ele enfraquece de uma vez tanto vigor do físico, como a potência intelectual [482].

A fórmula adotada foi o combate aos comportamentos que ofereciam riscos à empresa brasileira, eliminando os vícios pela raiz, evitando que o operário se familiarizasse com a sífilis, tornando-se relapso e expondo-se cada vez mais ao seu contágio. Eis a receita secreta para arrancar a *terra brasilis* da devassidão, colocando-a nos trilhos da civilização propugnada pela Europa.

> [...] Em primeiro lugar, o operário, havendo interrompido o seu trabalho, e forçado a contrair empréstimos para ocorrer as despesas do seu tratamento, coloca-se nas circunstâncias de jamais poder desempenhar-se e de perder desta sorte o crédito de que gozava, e de que podia dispor: e quem será tão míope que não enxergue as conseqüências de um tal estado, tanto para o indivíduo como para a sociedade? Em segundo lugar, o operário começa por perder o horror que tinha à sífilis, já não cuida de evitá-la, expõe-se à ela com afoiteza, não trata mais de socorrer-se à medicina, torna-se preguiçoso, indolente, pusilânime, perde a energia, e a generosidade de seu caráter, a força de sua vontade; seus costumes se pervertem, e daí a pouco ei-lo familiarizado com o vício[483].

[481] CUNHA, 1845, p. 46.

[483] CUNHA, 1845, p. 20

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Ao seu revés, comparando a prostituição brasileira à Parisiense, o Dr. Cunha afirmava, que não é a torpeza da prostituição que ocasionava tantos problemas, mas a ausência de um maior controle institucional da higiene e das regras fundamentais, para se manter a salubridade pública.

Dessa forma, urgia que fossem feitas diversas adequações na máquina administrativa, a fim de sanar os sofríveis desfalques de que padecia. A ladainha era interminável, pois que as reclamações iam desde a falta dos regulamentos policiais concernentes à prostituição, passando pela escassez de hospitais de venéreos, e desembocando na ausência de casas onde se refugiassem:

> [...] aquelas mulheres que, pungidas do arrependimento, sentem a necessidade de abandonar o caminho de erros que levavam; não temos finalmente nem um desses meios que hoje empregam as nações da Europa para quebrar a violência à torrente da sífilis[484].

No que toca às questões que envolviam o tema da prostituição - ambíguas, controversas e conflituosas – o argumento sobre a sua necessidade não cessava de ser defendido, sendo habilmente sustentado por opiniões que se contrastavam. Filósofos, teólogos, moralistas, médicos, políticos, todos eles, em algum momento, se dirigiram ao assunto, emitindo pareceres controversos, que não chegavam a um consenso ou conclusão.

De acordo com Dr. Cunha, Cícero e Santo Agostinho - profundos estudiosos das paixões humanas - as messalinas seriam necessárias para conter o furor da juventude[485].

> Duchatelet opina que as meretrizes são tão inevitáveis em uma aglomeração de homens, como os canos de despejos, as sentinas e os depósitos de imundícies, e que a conduta da autoridade deve ser atenuar, quando for possível, os inconvenientes que lhes são inerentes, e por isso, escondê-las nos cantos mais obscuros. Portanto, imbuídos no princípio enunciado por Sabitier e que quando um abuso é indestrutível, é de uma sã política estabelecer certa ordem no seio mesmo da desordem; convencidos, pela história e pelo estado do homem da inutilidade e do perigo de qualquer lei proibitória da prostituição, cremos que esta víbora deve ser tolerada, vigiada, e regulada em seus movimentos até certo ponto: mas que jamais deve ser uma instituição civil. Outorgar ao vicio todas as largas para satisfazer-se, é não somente favorecê-lo como acoroçoá-lo: é ferir todos os princípios de moral[486].

[484] Ibidem
[485] Ibidem, p. 59.
[486] Ibidem Idem.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Apesar do médico condenar a prostituição, saía em sua defesa para que ela não se extinguisse, pois representava um mal, irremediavelmente necessário. Na mesma medida em que dirige duras críticas sobre essa atividade, sustentando que a prostituição é um [...] gênio destruidor, a favor das sombras da noite[...][487] que oculta cenas torpes e imundas, propagando a peçonha, argumentava que não há como acabar com essa prática, devendo as autoridades tomar iniciativas para remediar o mal dela advindo.

E prossegue dizendo, que as mulheres públicas devem estar sob sujeição direta do olhar vigilante das autoridades, necessitando ser fiscalizadas e controladas; seus espaços de atuação necessitam de limitações.

Esse olhar atencioso, para o movimento das categorias mais baixas da sociedade, possuía também relações com um fenômeno evocado pela urbanização. O medo emanado do imaginário urbano, as incertezas suscitadas pelo inchaço das cidades, se manifestaram de diferentes formas: medo da aglomeração de pessoas e dos seus efeitos, inseguranças causadas pelas ameaças de epidemias, ojeriza aos maus cheiros, aos despejos, à falta de higiene pública e às doenças.

As noções sobre higiene se alteraram paralelamente à percepção dos cheiros, das imundícies, dos miasmas, tornando-se uma vertente discursiva que declinava do estranhamento de determinados costumes, ou do fato de percebê-los agora como uma ameaça.

Dessa forma, o crescimento urbano e as preocupações com o auto-retrato da nação brasileira punham em voga a necessidade de se adotar um novo código social, o qual, exigiu, dos membros da sociedade, uma maior formalidade de conduta, um comportamento civilizado e polido. A padronização do comportamento se torna uma necessidade sem peias, submetendo o corpo social a coações que buscam conformar a sociedade brasileira a um novo modelo.

O emprego de novas maneiras, mais requintadas, apartadas de tudo quanto lembrasse o grotesco, os modos barbarescos[488], ditava a nova dinâmica dos centros urbanos.

Incluía-se nas discussões sobre a sociedade brasileira o “gentio”, tipificado por seus hábitos barbarescos, e comparado à fera selvagem, devendo, portanto, ser expurgado do território brasileiro e mantido à distância dos centros urbanos.

487

488 CUNHA, 1845, p. 4

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Quanto aos pretos e pardos, foram igualmente discriminados, degradados e inferiorizados, por inúmeras adjetivações negativas. Num primeiro momento, justificou-se a sua inferioridade por argumentos religiosos, demonstrando que precisavam ser recuperados do poder das trevas e serem conduzidos para o lugar da luz, seguindo uma lógica de purificação por meio do martírio.

Os argumentos utilizados passavam pela inferioridade física e psicológica do afro-brasileiro e do africano. Falar sobre o negro, no século XIX, remete ao conceito de raça, entendida como a divisão do grupo humano em três categorias: o branco, o negro e o amarelo, pesando sobre o negro a tarja pejorativa de irracionalidade, incivilidade, sensualismo, paganismo, tendo implícito metáforas depreciativas, cobrindo-lhes com as vestes do obscurantismo, associando a população negra à escuridão, às trevas do inferno, demonizando com seu padrão cultural.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As insatisfações com as problemáticas existentes nas cidades brasileiras, e com a qualidade dos seus habitantes, penetraram profundamente no ambiente mental da intelectualidade, gestora dos projetos para o país.

Notadamente, esses ideais estavam imersos num mosaico de elaborações e reelaborações, próprios de um momento histórico de transição. Alheio às questões internas do país, a serem resolvidas, havia as influências multifacetadas dos pensadores da nação, dado que, falar freqüentemente em elite brasileira não significa considerá-la homogênea.

Para apreender os projetos multifacetados da política imperial se faz necessário juntar as peças do emaranhado discursivo em voga no Império, que tinham, como ponto comum, o objetivo de demonstrar as razões do atraso brasileiro, apontando as saídas possíveis para implementar o desenvolvimento das suas potencialidades. Pautados por argumentos científicos, esses projetos se alastraram pelos diversos centros urbanos brasileiros, arregimentando os papéis sociais, e remodelando as condutas para o uso dos espaços citadinos.

No que tangencia o âmbito das práticas, o fato das intenções, da elite política, estarem em desacordo com os costumes e necessidades de uma grande parcela da população desterrense, mitigou os efeitos do ordenamento do espaço urbano. A inversão de valores que se pretendia, naquele momento, estava na contramão do modo de vida de grande parte dos habitantes de Desterro que, em nome da sobrevivência, tanto cultural como física, não coadunaram, nem acataram, as imposições normativas das instituições político-administrativas da cidade.

Como resultado das desordens urbanas, da articulação de um modelo burguês de sociedade, da organização do Estado-nacional brasileiro, e do surgimento da Medicina Social, tem-se uma legislação voltada para readequar a salubridade e os aspectos estéticos e organizacionais dos núcleos urbanos brasileiros.

Todavia, essas modificações tiveram os seus desdobramentos em conformidade com os diferentes ambientes econômicos e sócio-culturais de cada local, dando especificidade às suas repercussões. Ressalte-se que a lógica de transformação obedece a condições específicas e peculiares de cada lugar, que imprimem o ritmo e o ajustamento dos projetos a realidades díspares.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

O projeto político, de transformação urbana, precisou ser ajustado ao contexto e a condições pré-determinadas, para ter efetividade de aplicação. Pode-se dizer que isso não foi uma regra exclusiva da cidade desterrense, abarcando os demais centros urbanos brasileiros, ainda que em graus diferenciados, obedecendo as condições especificas de cada cidade.

Por outro lado, muitas das medidas legislativas, adotadas em Nossa Senhora do Desterro, seguem o modelo das demais cidades brasileiras, daí a similaridade encontrada, nos registros da documentação local, com o de outras cidades, tanto no que diz respeito à medidas legislativas e administrativas, quanto no que se refere ao cotidiano nos núcleos urbanos brasileiros. Problemas de falta de higiene, padrão cultural, atividades paralelas desenvolvidas pelos escravos, burlas na fiscalização, queixas a respeito do ajuntamento de escravos, toda uma gama de características similares, próximas, que possuem grau de afinidade, soam parecido, embora não sejam iguais.

Daí a dificuldade, de se traçar a semelhança das coisas diferentes, e a diferença das coisas semelhantes, de que falava Montesquieu, já que elas dependem de uma análise ampla, aprofundada, que leve em consideração uma multiplicidade de fatores gerais e específicos.

Quebra-cabeça enigmático, dado a fluidez e inexatidão que suas peças apresentam, abrindo espaço para um holograma de idéias, trazendo à tona personagens que reaparecem como interlocutores, para sussurrar aos ouvidos uma faceta do passado, instigando a que se perpetuem as reminiscências entre o possível, o provável e o imaginável, instigando, ao produtor do conhecimento, a dar suas pitadas de subjetividade e interpretação.

Ainda que desnecessário, vale a pena ressaltar a inexistência de imparcialidade na análise dos historiadores, que por mais que se resguardem de avaliações anacrônicas, sem fundamentação, ou baseada no factual, atribuem significado aos seus objetos históricos, inferem, levantam possibilidades, valoram e enfatizam determinados pontos em detrimento de outros, concedendo uma maior riqueza à produção do saber histórico.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

FONTES

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina
Relatório do Presidente da Província José Joaquim Machado de Oliveira à Assembléia Legislativa Provincial 1837
Relatório do Presidente da Província João Carlos Pardal à Assembléia Legislativa Provincial 1838-1839
Relatório do Presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andréa à Assembléia Legislativa Provincial 1840
Relatório do Presidente da Província Antero José Ferreira de Brito à Assembléia Legislativa Provincial 1841
Ofícios do Chefe de Polícia e Juízes de Direito para Presidente da Província 1833-1840; 1842-1854
Ofícios da Força Pública para Presidente da Província 1836-1851
Ofícios da Força Pública e Juiz de Paz para Presidente da Província 1833-1838.

Arquivo Público Municipal Professor Oswaldo Rodrigues Cabral
Ata da Sociedade Patriótica de Santa Catarina 1831-1836
Registro de correspondência - Rua do Desterro; Registro de Ofícios designados a oficiais, fiscais, deputados. Licença – Arte do Boticário 1817-1831.
Registro de Ofícios 1839.

Biblioteca do Estado de Santa Catarina
Microfilmes
Jornal “O Catharinense” nº 01 - 28/07/1831; nº 02 - 18/08/1831; nº 22 – 25/01/1832; nº 01 – 31/10/1860.
Jornal O Expositor nº 01 – 08/12/1832; nº 11 – 16/02/1833.

Centro de Memória Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Coleção de Leis da Província de Santa Catarina 1835-1840; 1841-1847; 1848-1853.
Livro de Ofícios da Assembléia Legislativa da Província de Santa Catarina 1835-1848.

Biblioteca da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
Coleção de Leis do Império do Brasil 1828; 1830; 1835

Fundação Biblioteca Nacional
Obras Raras:
ALMEIDA, Pedro José de. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Algumas considerações higiênicas acerca das habitações. RJ: Tipografia e livraria Francesa, 1845.
ALVES, Antônio José. Considerações sobre os enterramentos. Tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Tipografia de Epifanio José Pedrosa, 1841.
AMERICANO, Domingos Marinho de Azevedo. Sobre a Frenologia. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. RJ: Tipografia Brasiliense, 1838.
CAMARGO, Ernesto Frederico Pires de. Considerações médico-philosophicas sobre a influência do estado moral, na produção, marcha e tratamento das moléstias e como contra-indicações nas operações cirúrgicas. Tese

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro RJ: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1845.
CUNHA, Herculano Augusto Lafsance. Dissertação sobre a prostituição em especial na cidade do Rio de Janeiro. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro RJ:Tipografia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1845.
DURÃO, José Ferraz de Oliveira. Breves considerações acerca do emprego higiênico e terapêutico dos banhos de mar. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. RJ: Tipografia de Teixeira & Cia, 1845.
GROSSO, Severiano d'Araújo Mello. Dissertação sobre o ar atmosférico e sua influência na economia animal. Tese apresentada e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Tipografia de Galdino José Bezerra e companhia, 1843.
MACEDO, Manoel do Rego. Algumas considerações sobre a incerteza dos sinais da morte. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. RJ: Tipografia Universal de Laemmert, 1845.
NASCIMENTO, Alfredo. O centenário da Academia Nacional de medicina. RJ: Imprensa Nacional, 1929.
PASSOS, José Ferreira. Breves considerações sobre a influência perniciosa das inumações praticadas intramuros, precedidas de um epítome histórico relativo à matérias. RJ: Tipografia de Teixeira e Companhia, 1846.
SOCIEDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. Tratamento das febres intermitentes vulgarmente das sezões ou aviso que se dá aos habitantes dos lugares pantanosos do Rio de Janeiro. RJ: Tipografia de Lessa & Pereira, 1833.
VIRTUE, James. Algumas observações sobre a história, sintomas, e tratamento e da escarlatina. These apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. RJ: Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1845.

Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina

COELHO, Manoel Joaquim D'Almeida. Memória Histórica da Província de Santa Catarina. Reimpressa em 1877. Santa Catarina: Tipografia de J. J. Lopes, 1863.
PAIVA, Arcipreste Joaquim Gomes D'Oliveira e. Notícia Geral da Província de Santa Catarina. Desterro: Tipografia da Regeneração, 1873.

Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina - Setor de Obras Raras

ALMEIDA, João Ribeiro de. Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia sobre a Ilha de Santa Catarina e em particular da cidade do Desterro, 1864.
MOURA, Antônio Ribeiro de. Manual do Edificante do proprietário e do inquilino ou novo tratado dos direitos e obrigações. RJ.
Jornal "O Novo Íris" 1850, 1851,1852.
Jornal "O Conciliador" 1849, 1850, 1851.
Jornal "O Conservador" 1854, 1855.
Jornal "O Argos" 1856, 1861, 1862.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História da Vida Privada no Brasil 2. Império: A corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das letras, 1999.

ARAÚJO, Hermetes dos Reis. A invenção do litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 1989.

ROMANO, Ruggiero (org.) Enciclopédia Einaudi. v. 5: Anthropos - Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BERGER, Paulo (org.) Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 2ª ed., Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa, 1984.

BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no Século XVIII. RJ: editora Civilização brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Difel, 1999.

_____. O desencantamento do mundo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BRANCHER, Ana; AREND, Silvia Maria Fávero (orgs.) História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CABRAL Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. 2° ed. Florianópolis: Editora Laudes, 1970.

_____. Medicina, Médicos, e charlatães do passado. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística, Estado de Santa Catarina. Publicação nº 25.

_____.Nossa Senhora do Desterro. Notícia I. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. (org) Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. A construção da ordem. A elite política imperial. Teatros e sombras. A política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

_____. Pontos e Bordados: Escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. 1. artes de fazer. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

CHEREM, Rosângela Miranda. Caminhos para muitos possíveis. Desterro no final do Império. Dissertação de Mestrado. SP: Universidade de São Paulo, 1992.

COELHO, Manoel Joaquim D'Almeida. Memória Histórica da Província de Santa Catarina (1852), Desterro, J. J. Lopes, 1877.

CORBIN, Alain. Saberes e Odores: O olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. Trad. Ligia Watanbe, São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CORRÊA, Carlos Humberto P. História da cultura catarinense: O Estado e as idéias. vol. 1. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder: Em São Paulo no século XIX. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DOLNIKOFF, Miriam. (org.). Projetos para o Brasil (José Bonifácio de Andrade e Silva). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1994.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

GARCIA, Carla Laner. Nas ruínas do passado: Cotidiano e projeto civilizador em Desterro, 1830-1850. Monografia de História. Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

GEISON, Gerald L. A ciência particular de Louis Pasteur. Rio de Janeiro: Fiocruz: Contraponto, 2002.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras. (ed. original em italiano: 1976).

GUARESCHI, Pedrinho A. JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). Textos em representações sociais. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

HOBSBAWN, Eric J. A Era das Revoluções 1789-1848. 16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) História Geral da Civilização Brasileira. vol. 3 Tomo II: O Brasil Monárquico: reações e transições. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1997.

_____. Raízes do Brasil. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora J. Olympio, 1982.

HOORNAERT, Eduardo. História da igreja na América Latina e no Caribe (1945-1995). O debate metodológico. Petrópolis: Vozes, 1995.

HÜBENER, Laura Machado. O Comércio da cidade de Desterro no século XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

LAPLANTINE, François. TRINDADE, Liane. O que é imaginário. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997.

LUZ, Madel Terezinha. Medicina e ordem política brasileira: Políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. Natural, racional, social: Razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: Bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MACHADO, Wanderlei. Espaço público como palco de atuação masculina: A construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850 - 1884). Dissertação de mestrado. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

MACHADO, Roberto (et. Al.) Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAFFESOLI, Michel. A conquista do presente: Por uma sociologia da vida cotidiana. Natal(RN): Argos, 2001.

MAFFESOLI, Michel de. A Transfiguração do político. A tribalização do mundo. Porto Alegre: Editora Sulina, 1997.

MALERBA, Jurandir. A corte no exílio: Civilização e poder no Brasil as vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MAUCH, Claudia. (colab.) Porto Alegre na virada do século XIX: Cultura e sociedade. Porto Alegre: Editora da ULBRA, 1994.

MERCADANTE, Paulo. A consciência conservadora no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1972.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

MERHY, Emerson Elias. O capitalismo e a saúde pública: A emergência das praticas sanitárias no Estado de São Paulo. 2. ed. Campinas: Editora Papirus, 1987.

MORAES, Laura do Nascimento Rótulo de. Cães, Vento Sul e Urubus: Higienização e curas em Desterro 1830-1918. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS): Porto Alegre. 1999.

MORTARI, Claudia. Os homens pretos do Desterro. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa senhora do Rosário (1841-1860). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS): Dissertação de Mestrado, 2000.

NEVES, Delma Pessanha. As 'curas milagrosas' e a idealização da ordem social. Niterói, Rio de Janeiro: CEUFF, 1984. 64p.

NOVAIS, Fernando A. História da vida privada no Brasil: Império, a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Henrique Pereira. Os Filhos da Falha: Assistência aos expostos e remodelação de condutas em Desterro (1828-1887). Dissertação de Mestrado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 1990.

PÁDUA, Jose Augusto. Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PAIVA, Arciprestes Joaquim Gomes d'Oliveira e. Notícia geral da Província de Santa Catarina. Desterro, Tipografia da Regeneração, 1873.

PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado: A imprensa de Desterro no séc. XIX. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

_____.Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PIAZZA, Walter (Org.) Dicionário Político Catarinense. 2ª ed. Revista e ampliada. Florianópolis: Edição da ALESC, 1994.

_____. Dicionário Político.

_____; SOARES, Iaponan. O poder legislativo catarinense: Das suas raízes aos nossos dias, 1834-1984. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

PIMENTA, João Paulo G.; SLEMIAN, André. O "nascimento político" do Brasil: As origens do Estado e da nação (1808-1825). Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

PIRES, Feliciano Nunes. Relatório e fala no governo de Santa Catarina 1833-1835. Arquivo do Estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, 1986.

RAMOS, Denise Gimenez. A psique do corpo: Uma compreensão simbólica da doença. São Paulo: Summus, 1994. 135p

RÉMOND, Réne. O século XIX, 1815-1914. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1981.

RIBEIRO, Márcia Moisés. A ciência dos trópicos: A arte médica no Brasil XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROMERO, Marisa. Medicalização da Saúde e Exclusão Social. São Paulo, Cortez, 2002.

ROSEN, George. Da policia medica a medicina social: Ensaios sobre a historia da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem a Curitiba e Santa Catarina. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

SANT'ANNA, Álvaro Cumplido. Academia nacional de medicina: Resenha histórica. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. (org.). Código de bom-tom: Ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SIEBERT, Itamar. Um biênio de provações e entusiasmos nas origens do jornalismo catarinense (1855-1856): Entre a polemica política e o processo civilizador. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

SIGOLO, Renata Palandri; MARCHI, Euclides; Em busca da 'sciencia medica' : A medicina homeopática no início do século XX . Tese de Doutorado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.1999.

SILVA, José Bonifácio de Lima e Silva. Projetos para o Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SEVALHO, Gil. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. Cadernos de saúde pública. v. 9. nº 3. Rio de Janeiro Julho/setembro 1993.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

SODRÉ, Nelson Werneck. Panorama do Segundo Império. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SUSKIND, Patrick; KOTHE, Flávio Rene. O perfume. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes,1994.

VIGARELLO, Georges. O limpo e o sujo. São Paulo: M. Fontes, 1996.

Create PDF with PDF4U. If you wish to remove this line, please click here to purchase the full version

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo